

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

ELENICE DA FONSECA UZAN

QUESTÃO DE MORADIA:
ÁREAS DE RISCOS NATURAIS NO RECREIO SÃO JORGE E NOVO
RECREIO GUARULHOS – SP

MESTRADO EM GEOGRAFIA

SÃO PAULO 2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ELENICE DA FONSECA UZAN

QUESTÃO DE MORADIA:

ÁREAS DE RISCOS NATURAIS NO RECREIO SÃO JORGE E NOVO

RECREIO GUARULHOS – SP

MESTRADO EM GEOGRAFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Geografia sob a orientação da Profa. Doutora Marisia Margarida Santiago Buitoni.

SÃO PAULO
2008

Banca Examinadora

À você, minha filha Vitória,
dedico:

Agradecimentos

A realização deste trabalho representa uma importante conquista, na qual muitas pessoas amigas e profissionais participaram. A todas, gostaria de expressar meu profundo agradecimento, e em especial àquelas, cuja ajuda foi fundamental para as idéias e a materialização desta dissertação:

- À Profa. Dra. Marísia M. Santiago Buitoni, minha orientadora, profissional que muito admiro e que antes de tudo, se mostrou colega, amiga e incentivadora.
- Aos demais professores do programa de pós Geografia pela contribuição em suas aulas, tão valiosas para a pesquisa como também para o enriquecimento do meu conhecimento.
- Aos Profs. Dr. Francisco C. Scarlato e Dr. Gustavo G. Coelho pelas contribuições na banca de qualificação.
- À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo financiamento da bolsa de estudo.
- À Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação pelo fornecimento de dados sobre o perfil do município.
- Ao Eng. Reinaldo da Secretaria da Defesa Civil pelos dados sobre as áreas de riscos do município.
- À Eng. Adriana da Secretaria do Meio Ambiente pelo fornecimento de estudos sobre o Cabuçu/Recreio São Jorge e Novo Recreio.
- À Secretaria da Educação pelo fornecimento de dados sobre educação nos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio.
- Ao Sr. Laércio Pereira do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) pelo fornecimento de material fotográfico do Cabuçu e por importantes informações concedidas.
- Ao Sr. Ronaldo Saraceni e sua esposa pela entrevista concedida.
- À amiga e Prof. Ivanira e a minha sobrinha Carolina pelas revisões de português/inglês.
- A todos os entrevistados da Comunidade do Recreio São Jorge e Novo Recreio, pelas informações necessárias a minha pesquisa.
- Aos colegas de curso, em especial a Dulcimara Lugoboni Marinheiro, pelo ombro amigo em tantas horas
- À minha família pelo apoio, compreensão e incentivo.

Resumo:

A presente dissertação buscou analisar as formas específicas da expansão do espaço urbano-residencial de Guarulhos, especialmente dos grupos de menor renda, vivendo em áreas de riscos naturais nos loteamentos de Recreio São Jorge e Novo Recreio São Jorge, as novas territorialidades criadas, os fatores determinantes, os principais agentes estruturadores dessas modificações e, principalmente, relacionar tais dinâmicas a um processo mais geral de reprodução do capitalismo e da própria sociedade. Nessa perspectiva, as desigualdades sociais resultam da materialização espacial da cidade, portanto, pode-se afirmar que o espaço urbano não se reproduz sem conflitos e contradições, ligado estruturalmente à própria lógica capitalista e à reprodução de uma sociedade dividida em classes, onde, cada vez mais, a valorização do solo em certas áreas, aliada às estratégias imobiliárias, limita as possibilidades de uso do espaço pelos segmentos sociais de menor renda. Nesse sentido, as mudanças nos atuais padrões residenciais dos grupos de menor poder aquisitivo implicam transformações na organização espacial intra-urbana de Guarulhos, criando novas necessidades e novos arranjos espaciais, relacionados ao processo de construção da atual dinâmica socioeconômica do município e à adoção de políticas públicas que interferem diretamente nas distintas formas de ocupação de seu espaço e as permeiam.

Palavras-chave: urbano, moradia, segregação, riscos natural.

Abstract

This dissertation analysed the specific forms of expansion in the urban-residential area of Guarulhos, especially the low income groups, living in areas of natural hazards in blends of Recreio São Jorge and Novo Recreio São Jorge. The new territories created, the determinant factors, the main structural agents these modifications and, especially, making a link with these dynamics in a general process of reproduction of capitalism and the society. In this perspective, the social inequalities are resulting of the materialization spatial of the city, so we can affirm that the urban space it does not reproduce without conflicts and contradictions, structurally linked to the capitalist logic and reproduction of a society divided in different classes, where increasingly, the land valorization in some areas, combined with the real estate strategies, limits the possibilities for use of space for social segments of low income. In this way, the changes in current patterns of residential groups with low purchasing power, involve changes in the intra-urban spatial organization of Guarulhos, creating new needs and new spatial arrangements, related with the process of building the current socioeconomic dynamics of the county and the adoption of political public that interfere directly in the different forms of occupation of the space and permeate it.

Keywords: urban, home, segregation, natural risks

SUMÁRIO

Dedicação	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Sumário	v
Índice de figuras	vi
Índice de gráficos	vii
Índice de tabelas	viii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Justificativas da escolha do tema, da área e dos objetivos da pesquisa	1
1.2. Fontes e Procedimentos da pesquisa	5
CAPÍTULO 2 – PROCESSO URBANO, PRODUÇÃO SOCIAL DA CIDADE E RISCO AMBIENTAL	12
2.1. Processo Urbano e metropolização.....	12
2.2. Produção Social da cidade e segregação socioespacial.....	21
2.3. Risco ambiental e vulnerabilidade.....	25
CAPÍTULO 3 – O ESPAÇO DE GUARULHOS	29
3.1. Evolução e dinâmica intra-urbana	30
3.2. Segregação, riscos e a lei	56
3.3. Dimensões sociais e políticas públicas do município	72
CAPÍTULO 4 - ÁREA DE ESTUDO: RECREIO SÃO JORGE E NOVO RECREIO	90
4.1. Características socioeconômicas de bairros da zona Norte.....	90
4.2. Recreio São Jorge e Novo Recreio – lugar proibido.....	97
4.3. Condições socioambientais do Recreio São Jorge e Novo Recreio.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

ÍNDICES DE FIGURAS

FIGURA 1 – ÁREA DE ESTUDO.....	11
FIGURA 2 – MAPA POPULACIONAL DA RMSP (1970).....	17
FIGURA 3 - MAPA DA RMSP -TGCA – 1970-1980.....	18
FIGURA 4 – MAPA DA RMSP - TGCA 1980-1991 e 1991- 2000	19
FIGURA 5 – POPULAÇÃO DA RMSP (2000).....	20
FIGURA 6 - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....	30
FIGURA 7 – SISTEMA VIÁRIO DE GUARULHOS.....	31
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO URBANA DE GUARULHOS.....	34
FIGURA 9 - IMAGEM SATÉLITE – MANCHA URBANA RMSP.....	35
FIGURA 10 - PARTE DO ESTADO DE SÃO PAULO NO ANO DE 1897 COM IDENTIFICAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS GUARULHOS.....	37
FIGURA 11 - GUARULHOS EM 1938 (TRECHO).....	39
FIGURA 12 – GUARULHOS DÉCADA DE 60.....	41
FIGURA 13 – GUARULHOS 2007.....	42
FIGURA 14 - RODOVIA PRESIDENTE DUTRA – 1958.....	45
FIGURA 15 – PREDOMINÂNCIA DA ORIGEM DO CHEFE DO DOMICÍLIO POR SETOR CENSITÁRIO – 1991 – 1996.....	49
FIGURA 16 - MAPA DO RODOANEL.....	55
FIGURA 17 - MAPEAMENTO DE SUPERFÍCIE DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS ÁREA URBANIZADA ENTRE OS ANOS DE 1975 E 2000.....	60
FIGURA 18 - APTIDÃO PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS.....	62
FIGURA 19 – HIPSOMETRIA – GUARULHOS.....	64
FIGURA 20 – PLANO DIRETOR - ÁREAS DE SITUAÇÃO DE RISCOS.....	66
FIGURA 21 – USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO - GUARULHOS.....	72
FIGURA 22 - INDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL DE GUARULHOS.....	75
FIGURA 23 - DIVISÃO REGIONAL DE GUARULHOS.....	77
FIGURA 24 - CENTROS ADMINISTRATIVOS/CONDIÇÕES HABITACIONAL E PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR.....	81
FIGURA 25 – MAPA DAS ZEIS-L (Lei 6253/07).....	83
FIGURA 26 – CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NA RMSP.....	86
FIGURA 27 – PROJETO CINGUARU.....	87

FIGURA 28 – MAPA DE INDICADORES ASSOCIADOS ÀS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO E PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	88
FIGURA 29 – NÚCLEO CABUÇU – RECREIO SÃO JORGE.....	91
FIGURA 30 – USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO – MAPA DE ZONEAMENTO – ANEXO 19 – 2007 – BAIRRO DO CABUÇU.....	92
FIGURA 31 - RIO CABUÇU.....	93
FIGURA 32 - BAIRRO DO CABUÇU.....	94
FIGURA 33 - IPVS – CABUÇU.....	96
FIGURA 34 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	97
FIGURA 35 - IMAGEM SATÉLITE - RECREIO SÃO JORGE E NOVO RECREIO.....	100
FIGURA 36 - ÁREA DE ESTUDO – RECREIO SÃO JORGE/NOVO RECREIO.....	101
FIGURA 37 - CESTA PARA COLETA DE LIXO – NOVO RECREIO SÃO JORGE.....	103
FIGURA 38 - ATIVIDADES ECONOMICAS DOS LOTEAMENTOS.....	104
FIGURA 39 - POSTO DE SAÚDE IMPROVISADO NA GARAGEM DE UMA MORADORA – NOVO RECREIO.....	106
FIGURA 40 – VISTA PARCIAL DO SETOR 2 – A JUSANTE DA RUA PALMIRA ROSSI.....	108
FIGURA 41 – VISTA PARCIAL DOS SETORES 1 E 2, NO TALUDE A JUSANTE DA RUA PALMIRA ROSSI.....	108

INDÍCES DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DO PIB BRASILEIRO – 1999-2002.....	32
GRÁFICO 2 – PRODUTO INTERNO BRUTO – ESTADO DE SÃO PAULO - 2000	32
GRÁFICO 3 – ORIGEM DA POPULAÇÃO DE GUARULHOS POR ESTADO (%).....	50
GRÁFICO 4 - BAIRROS EM ÁREAS DE RISCOS DE ESCORREGAMENTOS.....	65
GRÁFICO 5 - RENDIMENTO MÉDIO DO CHEFE DO DOMICÍLIO – 2000.....	76
GRÁFICO 6 – RENDA CHEFE DE FAMÍLIA – 1991.....	76
GRÁFICO 7 – RENDA CHEFE DE FAMÍLIA 2000.....	77
GRÁFICO 8 - COMPARATIVO DE RENDA – BAIRROS DA ZONA NORTE.....	78
GRÁFICO 9 - COMPARATIVO DE INFRA-ESTRUTURA – BAIRROS DA ZONA NORTE	78
GRÁFICO 10 - RENDA E INFRA-ESTRUTURA (COMPARATIVO) – 2000.....	95

ÍNDICES DE TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO RURAL E URBANA E TOTAL DO BRASIL.....	14
TABELA 2 – POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL.....	16
TABELA 3 - REGIÕES METROPOLITANAS, ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL: TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE – 1980/91-1991/2000.....	17
TABELA 4 – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 1980-2007.....	20
TABELA 5 - DEZ MAIORES MUNICÍPIOS, SEGUNDO PIB DE SÃO PAULO – 2004.....	33
TABELA 6 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DE GUARULHOS 1940 A 2007.....	44
TABELA 7 – ÁREAS DE RISCOS NAS MACROZONAS – 2004.....	67
TABELA 8 - CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DO GRAU DE PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DE PROCESSOS DE INSTABILIZAÇÃO DO TIPO DE ESCORREGAMENTOS EM ENCOSTAS OCUPADAS E SOLAPAMENTO DE MARGENS DE CÔRREGOS.....	68
TABELA 9 - TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES VOLTADAS À REDUÇÃO DE RISCOS ASSOCIADOS A ESCORREGAMENTOS EM ENCOSTAS OCUPADAS E A SOLAPAMENTOS DE MARGENS DE CÔRREGOS.....	69
TABELA 10 - ORDEM DE PRIORIDADE E OS BAIROS EM ÁREAS DE RISCOS.....	70
TABELA 11 - INDICADORES QUE COMPÕEM O ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL – IPVS - GUARULHOS – CENSO 2000.....	74
TABELA 12 – BAIROS EM ÁREAS DE RISCOS – GUARULHOS.....	79
TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR CLASSE ECONÔMICA NOS CENTROS ADMINISTRATIVOS.....	80
TABELA 14 – ZEIS-L.....	84
TABELA 15 - RISCOS EM ÁREAS DE ENCOSTAS - RECREIO SÃO JORGE E NOVO RECREIO.....	109

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Justificativas da escolha do tema, da área e dos objetivos da pesquisa

Nas regiões metropolitanas dos países de industrialização tardia como o Brasil, o crescimento urbano tem reproduzido um padrão de desigualdade relativo à distribuição de riqueza e às oportunidades de educação, trabalho e moradia.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP¹), as desigualdades socioespaciais podem ser detectadas pela insuficiente infra-estrutura de transportes, saneamento e serviços, presença de habitações precárias, além de escassos equipamentos da rede escolar e médico-hospitalar, sobretudo nos bairros mais recentes, resultantes da autoconstrução.

Muito já se discutiu sobre a questão da segregação residencial, principalmente nas regiões metropolitanas. Porém, tal problemática vem se agravando nos últimos 30 anos e isso pode ser percebido no déficit habitacional e na exclusão de parcela da população do mercado imobiliário formal, ainda que o direito a uma moradia digna seja assegurado constitucionalmente.

A terra não pertence a todos, mesmo que sua produção se dê coletivamente, a sua apropriação é definida pelo direito de propriedade, regulada pelo mercado e garantida pelo Estado, restando para a população de baixa renda, ocupar áreas pouco atrativas ao capital ou áreas reservadas pelo patrimônio público e mesmo as que oferecem riscos à permanência humana, simplesmente conhecida como “áreas de riscos”.

Essa é a dramática situação habitacional dos grupos sociais excluídos do mercado imobiliário e do processo de acúmulo de riqueza! Por falta de alternativas,

¹ RMSP – Região Metropolitana de São Paulo, criada pela Lei complementar Nº 14/73 de 08.06.1973 e disciplinada pela Lei Complementar Estadual Nº 94/74 de 29.05.1974.

ocupam irregularmente o solo urbano e vivem clandestinamente em favelas e em áreas de riscos, sem ou com pouca infra-estrutura, sofrem com a constante escassez de água, deslizamentos de encostas e transbordamentos de rios e córregos.

Os problemas ambientais decorrentes dessa forma de ocupação indiscriminada também são graves, tais como: assoreamento de rios, erosão, perda de vegetação original, menor vazão dos rios, entre outros.

No entanto, não é possível simplesmente atribuir aos cidadãos que ocupam a "cidade irregular" a responsabilidade por esta situação. Sem acesso ao mercado imobiliário formal, eles apenas buscam alternativas para garantir um abrigo, nem sempre em conformidade com as normas legais.

A moradia é uma mercadoria, que deve ser adquirida mediante compra. Isso gera especulação imobiliária, que lança os pobres para a periferia, onde cresce uma verdadeira cidade informal, geralmente não mapeada, dotada de precária infra-estrutura e ocupada pela população de baixa renda, desassistida pelos órgãos públicos.

A questão de moradia configura-se num dos maiores desafios para o poder público, sendo necessário o aprofundamento de estudos para solucionar os problemas emergenciais e persistentes, relacionando os agentes e interesses envolvidos, os planos urbanísticos condizentes com a realidade, além de atitudes políticas e implantação de medidas pensadas para cada situação e lugar. Nessa perspectiva, o presente trabalho espera trazer contribuições para os estudos de Geografia Urbana, focalizando o município de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo, a mais importante do país.

O município de Guarulhos, selecionado neste estudo, não foge dos problemas enfrentados por outras cidades de grande porte. O crescimento rápido e sem planejamento, aliado a forte especulação imobiliária resultou em péssimas condições de vida para grande parcela de sua população e grandes áreas naturais degradadas.

Apesar de Guarulhos se destacar economicamente, abrigar o principal aeroporto do país, ser denominada de cidade “símbolo” ou do “progresso”, nas campanhas publicitárias e gestões municipais para atrair novos investidores, é importante avaliar que este progresso não tem beneficiado seus habitantes de maneira satisfatória, o que pode ser facilmente observado em sua paisagem.

A segregação socioespacial é detectada em quase todos os bairros da cidade de Guarulhos, principalmente nos núcleos mais distantes da área central, onde se verifica um número crescente de moradias precárias, que avançam em direção às áreas de proteção ambiental e com restrições à ocupação devido a topografia, vivendo na condição de espoliação total. Ressalte-se nesse avanço também a presença da construção de alto padrão, geralmente bem planejada e dotada de equipamentos e serviços, formando ilhas ou territorialidades urbanas, diferenciadas do padrão de baixa renda que costuma caracterizar as áreas periféricas.

Esta realidade observada e vivenciada por mais de duas décadas como moradora em Guarulhos e professora da rede pública estadual, instigou a elaboração desta dissertação de Mestrado.

Inserida na área de Geografia Urbana, o objetivo geral da pesquisa consiste em investigar o processo de crescimento da cidade de Guarulhos, levando-se em conta, as diferentes formas de ocupação e produção do espaço urbano,

especialmente as relacionadas à desigual distribuição de riqueza, de oportunidades de educação, trabalho e moradia.

Dentre os objetivos específicos destaca-se a análise de moradias em áreas de riscos, das condições socioambientais, bem como do cotidiano dos moradores dos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio, no bairro do Cabuçu-Zona Norte, buscando compreender como a população excluída do “progresso” alcançado pela cidade se insere na mesma.

Os loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio, de acordo com o Censo 2000 e o estudo da Secretaria da Defesa Civil do município de Guarulhos (2004), correspondiam à área do município que apresentava maior número de pessoas em situação de riscos de escorregamentos, além de estar em situação irregular do ponto de vista fundiário e ambiental.

Uma parcela da população guarulhense desconhece estes loteamentos, outros já ouviram falar e outros, ainda, denominam de “mata”, de “lugar feio”. Mas, na realidade, o feio é atribuído a vários fatores: privação de recursos, desemprego, pobreza das casas, infra-estrutura incompleta, lixo a céu aberto, desmatamento acelerado e ausência de políticas públicas que pudessem minimizar os efeitos desta espoliação e agressão ao ambiente natural.

No entanto, faz-se necessário refletir sobre qual risco é mais significativo para essa população. O risco imposto pela natureza, de morrer acidentalmente em um deslizamento de terra ou o risco imposto pela sociedade, de ser removido dali onde está tecendo sua rede de relações, porque não possui título de propriedade? O fato de não dispor de condições socioeconômicas de escolher para onde ir é um drama vivido por essa população que foi sendo espoliada, no decorrer do processo de

produção capitalista da cidade, intensificado nas últimas décadas do século passado.

Compreender a dinâmica do ambiente construído, a interação entre a sociedade e a natureza é sempre um grande desafio, porém, o que não é “bonito” também é realidade, precisa ser mostrado e discutido, a fim de encontrar caminhos possíveis para se trilhar em busca de direito à cidadania e melhoria na qualidade de vida da população de baixa renda da cidade.

1.2 – Fontes e Procedimentos da pesquisa

No primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico com o objetivo de construir um referencial teórico sobre a urbanização brasileira, destacando a produção social da cidade, o risco ambiental e a vulnerabilidade social, como temas fundamentais para embasar a pesquisa.

As fontes e procedimentos utilizados procuraram contemplar especificidades da expansão urbana processada nos moldes capitalistas, bem como a relação sociedade-natureza na área selecionada. As interpretações obtidas a partir das entrevistas com moradores foram incluídas, entendendo-se que espaços, paisagens e lugares podem ser experienciados como atributos do mundo vivido

Sabendo dos limites e possibilidades de um trabalho acadêmico, no decorrer da pesquisa foram identificadas importantes variáveis do crescimento urbano e de seus desdobramentos, que vêm contribuindo com o aumento e a permanência dos espaços segregados de Guarulhos.

As causas deste processo diferem na visão dos diversos autores que estudam o ambiente urbano, por isso a interlocução no texto contemplou tal diversidade, na

tentativa de fornecer condições para a análise dos problemas urbanos de Guarulhos, cujo enfoque é a questão de moradia em áreas de riscos de deslizamentos.

Para RODRIGUES (1989, 2007) O ato de morar faz parte da própria história do desenvolvimento da vida humana. Isso significa dizer que não podemos viver sem ocupar lugar no espaço. Entretanto as características desse ato mudam de acordo com cada contexto sociopolítico e econômico.

Pode-se dizer, então, que o ato de morar tem um conteúdo político, social, econômico e, principalmente, espacial. No contexto dessa espacialidade, pode-se observar características diversas da habitação e, por conseguinte, formas espaciais diferentes, concretizando uma produção diferenciada da cidade, portanto estas variáveis são responsáveis pela construção do espaço.

A acumulação de riqueza nas cidades capitalistas têm-se ampliado na medida em que se intensifica a precarização do trabalho, resultando em péssimas condições de moradia e em sua extensão, nos serviços de transporte, de saúde, de educação, de lazer, de áreas verdes.

KOWARICK (1993) atribui à "industrialização periférica" na América Latina, ou ainda, a "metrópole do subdesenvolvimento industrializado" como um processo causador da "deterioração das condições reprodutivas", ou da "espoliação urbana", devido à diminuição do emprego, redução do salário real e concentração da renda, assim como à intensificação das migrações internas (campo-cidade) que produziam o "crescimento incontrolável" das grandes cidades.

Pensar no processo de segregação socioespacial do espaço urbano é pensar também na atuação dos diversos agentes econômicos dominantes, tais como: incorporação imobiliária, empresas de construção civil e o próprio Estado que atuam

no controle de mercado de terras, na organização e na produção dos espaços urbanos.

MARICATO (1996 e 2002) considera que a ausência do poder público torna este espaço urbano lócus de violação, por outro lado o processo de ocupação do solo urbano, sob as regras capitalistas de produção e apropriação, vai delineando as desigualdades sociais nele contidas. Acrescenta ainda que há um grande desconhecimento da cidade concreta, ao mesmo tempo, em que há uma profunda separação entre a cidade real e a ordem legal, conseqüentemente o conflito.

O crescimento das ocupações ilegais e das favelas no município de Guarulhos é resultante de um processo histórico de urbanização orientado por uma lógica expansiva, seletiva e excludente. O produto desta dinâmica é um espaço revelador de contradições, através do uso do solo, da justaposição entre riqueza e pobreza, da segregação estampada na paisagem, como é constatado nos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio.

Se a cidade de Guarulhos vem se expandindo e conformando do mesmo modo desde os primórdios de sua urbanização, é porque, de certa forma, a postura dos gestores perante a cidade e as relações políticas, econômicas e sociais que nela acontecem ainda são as mesmas.

É possível que o início de um processo de mudanças esteja em gestões interessadas no conhecimento da totalidade da cidade, - em suas "dimensões" - como aponta LEFEBVRE (2006 – p.65), na utilização dos capitais para benefícios mais abrangentes, na possibilidade da cidade para todos. Só então o planejamento urbano será capaz de mudar Guarulhos.

Por outro lado, no entendimento de LEFEBVRE (2006, p-112), a reforma urbana, só é possível quando há a participação da classe operária. "Quando a

classe operária se cala, quando ela não age e quando não pode realizar aquilo que a teoria define como sendo sua missão histórica, é então que faltam o sujeito e o objeto”. Sem ela a integração não tem sentido e a desintegração continuará.

O passo seguinte foi o cumprimento das leituras relacionadas à dinâmica urbana, ao meio físico e às condições socioambientais do município, constando material cartográfico, documental (livros, teses, jornais e revistas), dados estatísticos oficiais (IBGE, Seade, Emplasa), estudos realizados pela Agência Austin Rating, jun/2007, disponível no site da prefeitura do município. A legislação ambiental, o plano diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, importantes norteadores das políticas públicas fizeram parte desses estudos.

Nesta etapa, foi essencial à pesquisa, o apoio da Secretaria Planejamento do Município de Guarulhos com o fornecimento de dados gerais do município e dos bairros. A Secretaria da Habitação também foi consultada sobre os programas habitacionais, sendo fornecido material sobre os programas habitacionais recentes, pois não há dados das administrações anteriores à atual.

Na leitura do bairro do Cabuçu, foram consultadas a Secretaria do Meio Ambiente, com fornecimento de estudos e imagens do bairro como também a legislação ambiental.

A leitura dos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio foi possível a partir dos estudos realizados pela Secretaria da Defesa Civil (2004) sobre as áreas de riscos do município, também foi analisado o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), em 2004, apresentado pelo município ao Ministério das Cidades com o objetivo de obter recursos junto ao governo federal e material cartográfico disponibilizados pela Prefeitura do Município. Foi consultada a Secretaria da

Educação que forneceu dados sobre as escolas das duas comunidades e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) com o fornecimento de imagens.

Buscando compreender como essa população se insere na cidade, quais são as dificuldades enfrentadas pelos moradores foram realizadas diversas visitas ao local.

A realização de entrevistas junto à comunidade foi efetuada com moradores e líder de associação dos loteamentos. A preocupação não foi com dados quantitativos, porque essa forma não poderia corresponder à realidade, devido à condição em que se encontram. Privilegiaram-se dados qualitativos, pois não caberia aqui tratá-los estatisticamente, já que a riqueza dos detalhes contida nas conversas é que foi importante para captar elementos esclarecedores das questões relacionadas à vivência e experiência dos moradores com as áreas e com o poder público e sua reação frente aos riscos.

Com base nesses dados, o trabalho estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo corresponde à introdução, onde estão descritas as circunstâncias que levaram ao desenvolvimento da pesquisa, seus objetivos e procedimentos. No segundo capítulo será tratado o processo urbano, o crescimento industrial, a produção social da cidade capitalista geradora da segregação socioespacial, os riscos ambientais e a vulnerabilidade social, a partir da RMSP, cujo crescimento do Município de Guarulhos é parte fundamental das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais para embasamento de nossa pesquisa.

No terceiro capítulo discute-se como esse processo se deu em Guarulhos, não deixando de analisar o processo histórico que propiciou as condições desta reprodução. Pretendeu-se compreender como e por que ocorreu, repercutindo de maneira significativa nas condições de moradia de sua população.

Aborda-se a legislação pertinente às áreas de riscos e as medidas preventivas que o município tem adotado, pois a área de estudo encontra-se no bairro que apresenta maior número de pessoas em situação de risco. São também analisados os instrumentos urbanísticos vigentes como importantes norteadores das políticas públicas e as condições socioeconômicas da população comparando-as com os programas habitacionais implantados pela administração pública como forma de atenuar a carência habitacional do município, que ainda persiste.

No quarto capítulo, a Zona Norte do município é caracterizada, focalizando-se o processo histórico, a segregação, as áreas de riscos e as condições socioambientais do bairro do Cabuçu, destacando-se os loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio.

Na última parte estão as conclusões finais acerca do que foi apresentado e as contribuições do estudo voltadas à melhoria das condições de vida dos moradores que ocupam áreas de risco no município.

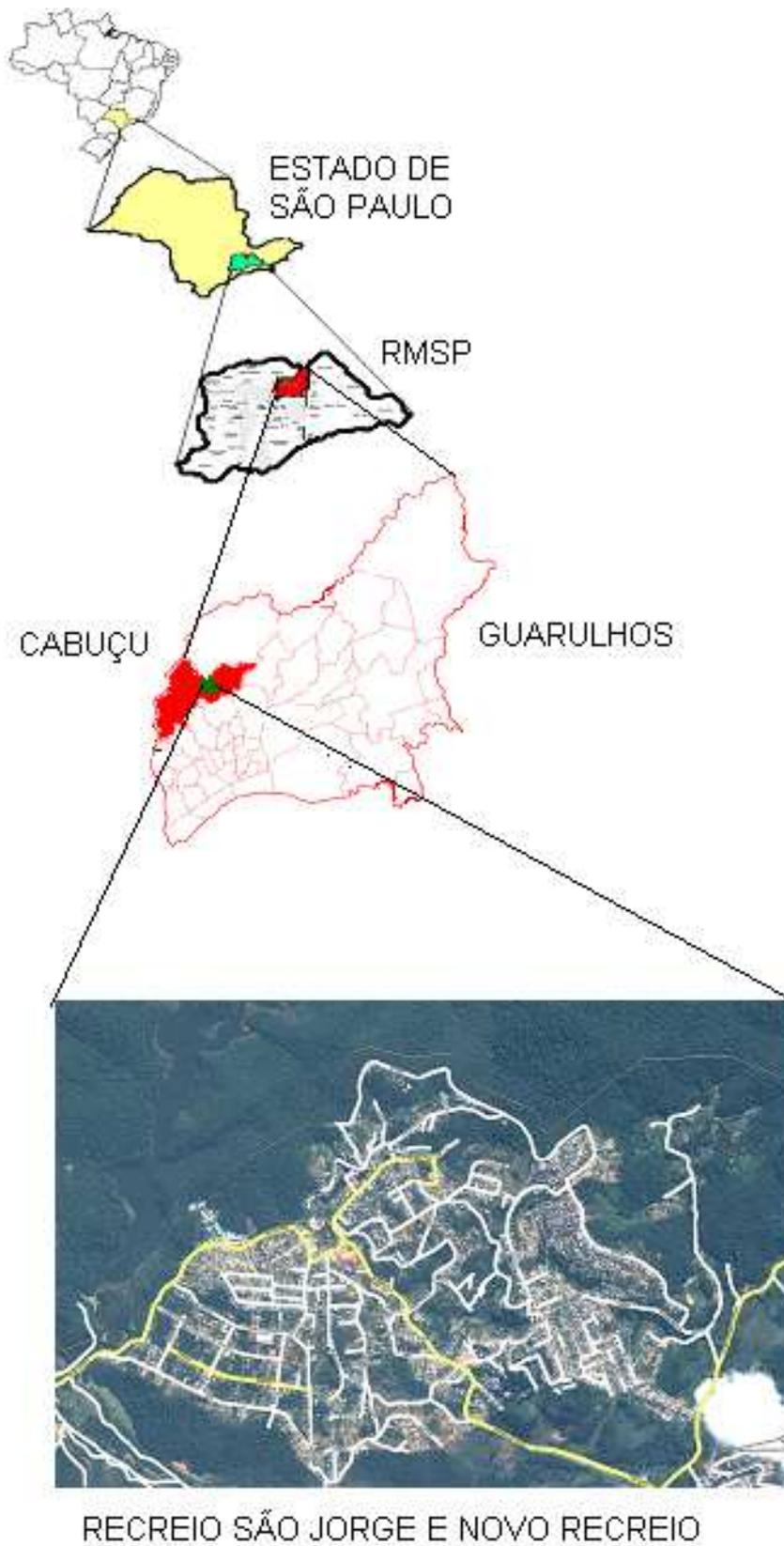


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – RECREIO SÃO JORGE E NOVO RECREIO SÃO JORGE

Fonte: Uzan, Elenice da Fonseca – 2006

2 - PROCESSO URBANO, PRODUÇÃO SOCIAL DA CIDADE E RISCO AMBIENTAL.

2.1 – Processo urbano e a metropolização

Neste capítulo discute-se o processo urbano, o crescimento industrial, a produção social da cidade capitalista geradora da segregação socioespacial, os riscos ambientais e a vulnerabilidade social, a partir da RMSP, cujo crescimento do município de Guarulhos é parte fundamental das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais para embasamento de nossa pesquisa.

Em todos os ciclos econômicos brasileiros, a flora sempre foi considerada como um obstáculo a ser destruído e essa devastação verificada faz parte da ocupação que caracterizou a colonização européia.

O desconhecimento dos recursos naturais e das potencialidades econômicas produz distorções no campo social, seja por meio de intervenções inadequadas, programas de incentivos sem embasamento científico apropriado ou pela escassez de recursos econômicos contínuos para o apoio em várias áreas.

De maneira geral, os impactos ambientais mais significativos encontram-se nas regiões industrializadas, que oferecem mais oportunidades de emprego e infraestrutura social, acarretando, por isso, as maiores concentrações demográficas.

Para Mendonça (1994, p.10), “A degradação do ambiente e, conseqüentemente, a queda da qualidade de vida se acentua onde o homem se aglomera: nos centros urbano-industriais”.

Na resolução da Conama 01/86, o termo impacto ambiental é definido como “toda alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer matéria ou energia resultante das atividades humanas que

direta ou indiretamente afetam o bem-estar, segurança, a saúde da população, a biota e qualidade dos recursos naturais”.

Segundo SPOSITO (2003, p.295), “o ambiente não se restringe ao conjunto de dinâmicas e processos naturais, mas das relações entre estes e as dinâmicas e processos sociais”.

A partir de meados dos anos de 1950, o Brasil apresentou importantes e profundas transformações em seu contexto social e econômico, em razão do amplo processo de modernização (substituição das importações e planos de metas).

São mudanças relacionadas com as condições favoráveis proporcionadas pelo acúmulo do ciclo cafeeiro que favoreceu o processo industrial, pelas condições naturais, como clima, localização, rica rede hidrográfica, como também pelos transportes, permitindo a ligação entre grandes cidades.

Porém, essas mudanças provocaram fortes pressões ambientais, como poluição dos rios, assoreamentos, erosão, desmatamento, áreas de escorregamentos entre outros. Para LEVI e CARVALHO (1992, p.17) “Os problemas ambientais nascem da relação entre os seres humanos e a natureza”.

No campo social, um dos principais impactos provocados por tais mudanças foi à acentuada redução do número de trabalhadores empregados no campo desencadeando um intenso processo migratório das áreas rurais para as urbanas em todo o país. Processo que provocou mudanças significativas na estrutura produtiva, no padrão tecnológico e na densidade espacial nas cidades, principalmente em São Paulo, apesar de que em Guarulhos, o processo migratório campo-cidade não foi tão intenso quanto ao da capital, mas sofreu suas conseqüências.

MARICATO, (1996), aponta várias causas para esse processo, tais como:

“A concentração fundiária, a introdução de tecnologia em certos setores da produção rural voltados à exportação e, ainda, a estagnação das relações trabalhistas no campo, constituíram a base do processo de migração campo-cidade”.

Excluídos desse processo e atraídos pela modernização, partem para a “cidade grande” em busca de melhores condições de vida, citado por SANTOS M., (2005, p.41):

“esse deslocamento para as cidades responde, quase sempre, a uma preocupação pela melhoria das condições de vida. Os novos meios de comunicação e os fluxos são, em parte, responsáveis por esta revolução”.

E assim, a partir de 1970 a população urbana brasileira chega a 55,90%, ultrapassando a população rural que era de 44,10%. Em 2000, o país apresentava 81,25% da sua população vivendo em áreas urbanas, enquanto que a população rural correspondia a apenas 18,75% (tabela 1).

ANO	POPULAÇÃO RURAL (%)	POPULAÇÃO URBANA (%)
1940	68,77	31,23
1950	63,80	36,20
1960	55,30	44,70
1970	44,10	55,90
1980	32,30	67,70
1991	24,50	75,50
2000	18,75	81,25

TABELA 1 – POPULAÇÃO RURAL E URBANA E TOTAL DO BRASIL

Fonte: Censo 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

A urbanização proporciona a centralidade das cidades, através dos atributos econômicos, políticos e culturais. SANTOS, Ferreira dos (1983, p.84) define o urbano da seguinte forma:

“O urbano é como um campo de tensões. Uma invenção humana que conseguiu articular de forma compacta e comprovadamente eficiente, em face da evidência histórica, tendências opostas à ordem e à desordem”.

RODRIGUES (2007, p.3) considera o urbano como um conceito, por qualificar um modo de vida que atinge a maioria da sociedade. Enquanto que CORRÊA (2004, p. 9), define-o como “espaço fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”.

O crescimento urbano e industrial aumenta a acumulação do capital e a exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que cresce os conflitos entre capital e trabalho. Neste sentido, esse processo passa a ser o fim e não o meio de conceder à população a qualidade de vida desejada, restringindo-se à capacidade de escolha, delimitando o grau de integração de uma parcela da população.

Na década de 70, o crescimento de grandes cidades ocorreu em todas as regiões do país, caracterizando o processo de metropolização no Brasil.

“Essas características fazem com que não só as práticas sociais, mas inclusive as identidades dos lugares fiquem sujeitas aos novos códigos metropolitanos. São esses códigos os avatares dos novos valores e signos da sociedade contemporânea”. (LENCIONI, 2003, p.35).

Em 1973, foi aprovada a Lei complementar nº 14/73 de 08.06.1973, criando oficialmente as primeiras regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Curitiba e Belém e a Lei Complementar Estadual nº 94/74 de 29.05.1974, disciplinou a RMSP.

Parte significativa da população brasileira migrou para as regiões metropolitanas conforme tabela 2. São Paulo, pela sua estrutura econômica, atraiu o maior número dessa população.

Regiões Metropolitanas	Taxa de crescimento 1980/1991 (%)	Taxa de crescimento 1991/2000 (%)
Belém	2,65	2,82
Fortaleza	3,49	2,43
Recife	1,85	1,49
Salvador	3,18	2,15
Belo Horizonte	2,52	2,37
Rio de Janeiro	1,01	1,15
São Paulo	1,86	1,63
Curitiba	3,64	3,17
Porto Alegre	2,15	1,69
Total	1,98	1,77

TABELA 2 – TAXA DE CRESCIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL

Fonte: Anuário Estatístico IBGE 1980 a 2000

A metropolização voltada para a integração e o fortalecimento econômico intensificou a concentração populacional em alguns municípios integrantes das regiões metropolitanas, agravando as condições de moradia e degradando grandes áreas naturais.

A partir da década de 80, dados de algumas metrópoles apresentaram redução no crescimento populacional. Diversas razões contribuíram para essa desaceleração, tais como a interiorização das indústrias, a busca por redução de custos por parte das empresas, o impacto da crise de 80 sobre o movimento migratório, a queda da taxa de fecundidade, os investimentos imobiliários, a valorização do solo urbano nas áreas centrais e a oferta de mão-de-obra maior que a oferta de trabalho.

No Estado de São Paulo e na metrópole paulista também ocorreu diminuição, como constatado pela tabela 3. Guarulhos, no período de 1980/91, apresentou crescimento de 4,79%, no entanto, em 1991/2000, apresentou índice maior de crescimento em relação à Campinas, à cidade de São Paulo e à RMSP com 3,60%.

Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo e do Brasil	TGC (%)	
	1980/1991	1991/2000
Regiões Metropolitanas SP	2,26	1,78
São Paulo	1,86	1,63
Guarulhos	4,79	3,60
Estado de São Paulo	2,13	1,80
Brasil	1,98	1,77

TABELA 3 - REGIÕES METROPOLITANAS, ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL: TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE – 1980/91-1991/2000.

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Elaboração: Emplasa 2002

Na década de 70, a capital e a região sudeste da RMSP, que corresponde ao ABC, apresentou as maiores concentrações populacionais, com mais de 700 mil habitantes, enquanto que Guarulhos a Nordeste possuía 237.900 habitantes, outros municípios do Sudoeste e Norte não ultrapassaram 200 mil habitantes (figura 2).

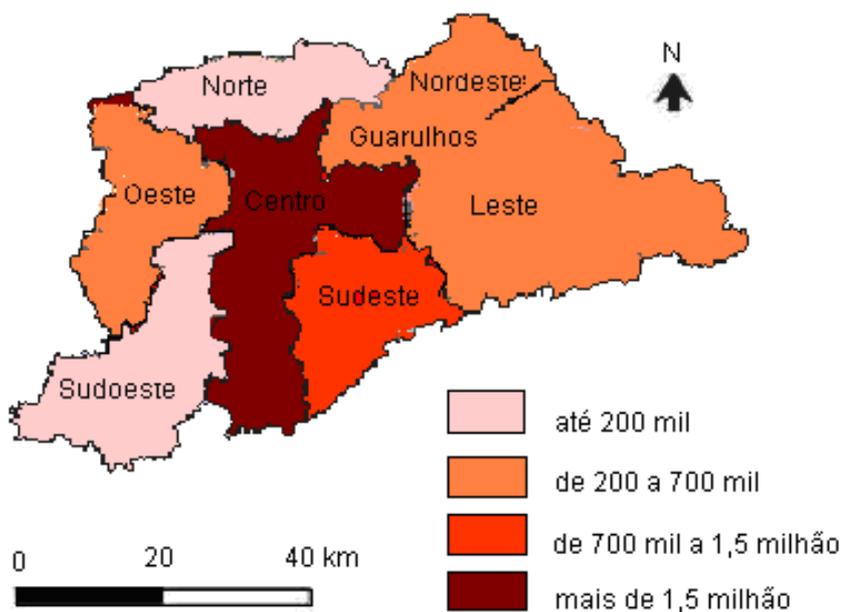


FIGURA 2 – MAPA POPULACIONAL DA RMSP (1970)

Adapt de: <http://lume.fau.usp.br> acessado em 10/05/2007

Apesar da concentração populacional na capital e na região do ABC, as maiores taxas geométricas de crescimento anual nas décadas de 1970-1980, encontravam-se na região nordeste, oeste e sudoeste, superiores a 8% (figura 3). A população de Guarulhos em 10 anos duplicou, de 237.900 em 1970, passou para 532.726 habitantes em 1980.

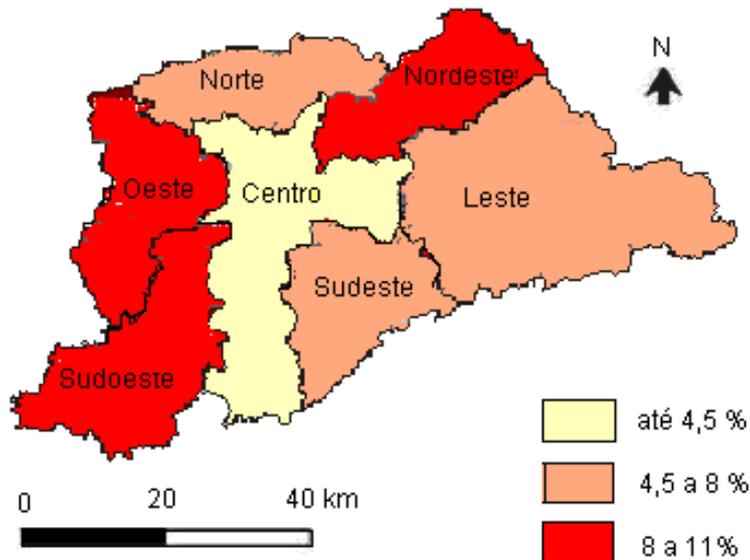


FIGURA 3 - MAPA DA RMSP -TGCA – 1970-1980

Adapt de: <http://lume.fau.usp.br> acessado em 10/05/2007

Na leitura da figura 4, é possível notar que as taxas de crescimento geométrico anual da RMSP, a região norte foi a que apresentou maior crescimento populacional nos períodos de 1980-1991 e 1991-2000, com taxas entre 4,5 a 8% enquanto que as regiões Sudoeste, Leste e Nordeste permaneceram com taxas de 3 a 4,5%.

Guarulhos apresentou, respectivamente, taxas de 4,79% e 3,60%, enquanto que as regiões, Centro (capital) e Sudeste (ABC), que na década de 70 apresentavam as maiores taxas, nesses dois períodos mantiveram-se abaixo de 3%.

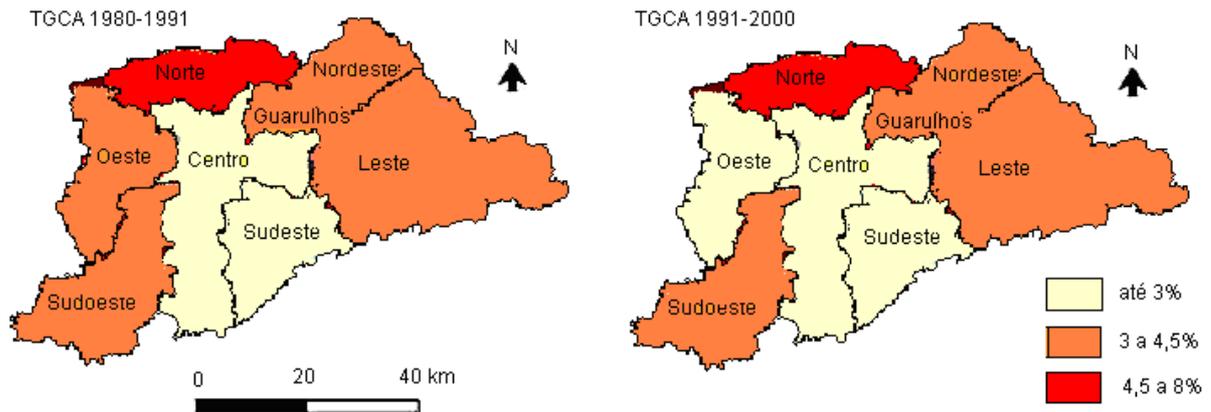


FIGURA 4 – MAPA DA RMSP - TGCA 1980-1991 e 1991- 2000

Adapt de: <http://lume.fau.usp.br> acessado em 10/05/2007

O município de São Paulo continuou apresentando uma redução expressiva na participação da taxa de crescimento populacional em relação às Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.

O crescimento da capital foi de 0,91% ao ano, no período de 1991/2000, e 0,55% no período de 2000/2007, enquanto que, na maior parte dos municípios metropolitanos, ocorria o inverso. Houve um esvaziamento populacional das áreas centrais, mas por outro lado, ocorreu o crescimento da expansão urbana na periferia.

A noção de periferia mencionada compreende um lugar afastado não só pela distância física entre o centro da cidade e os bairros considerados não-periféricos, mas, sobretudo, pelas condições de vida que entram em contraste em relação a esses outros lugares. Ainda que nessas áreas exista a construção de alguns condomínios fechados, a população de baixa renda é predominante. OJIMA (2006, p.1) faz as seguintes considerações em relação a esta questão:

O termo “periferização”, portanto, passa a ser entendido como um paradigma teórico que abre mão da descrição física e trata da segregação das camadas sociais de baixa renda aos espaços periféricos da economia urbana.

A população do território metropolitano se dispersou, reduzindo, significativamente, o número de habitantes da cidade de São Paulo e crescendo a

dos demais municípios integrantes da RMSP. Enquanto que Guarulhos teve alto crescimento populacional, sendo que no período de 1991/2000 foi de 3,6% e no período de 2000/2007 foi de 2,67%, superiores às taxas da Capital e da própria RMSP, como pode ser visualizado na tabela 4.

	1980/1991	1991/2000	2000/2007
	(%)	(%)	(%)
Guarulhos	4,79	3,6	2,67
São Paulo	1,13	0,92	0,55
RMSP	1,86	1,66	1,33
Estado de São Paulo	2,12	1,78	1,50

TABELA 4 – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 1980-2007

Fonte/IBGE/Emplasa/Seade

Elaborado por Uzan, Elenice da Fonseca - 2007

De acordo com o Censo 2000 (figura 5) as regiões Oeste, Centro e Sudeste apresentavam mais de 1,5 milhões de habitantes e quanto à cidade de Guarulhos, atingiu 1.071.268 habitantes. Em 2007 (Seade), Guarulhos atingiu 1.286.523 habitantes, com 98,16% vivendo na área urbana.

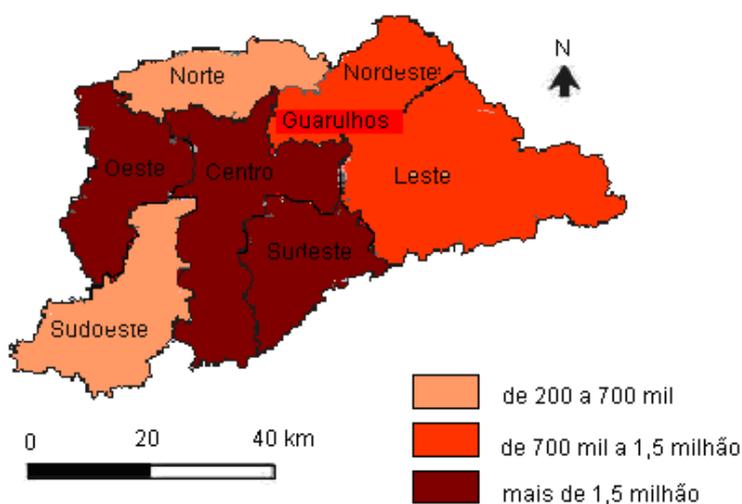


FIGURA 5 – POPULAÇÃO DA RMSP (2000)

Adapt de: <http://lume.fau.usp.br> acessado em 10/05/2007

O espraiamento das atividades econômicas, o mercado de terras com alto preço, a ausência de políticas habitacionais capazes de atender a demanda e as reformas urbanas, verificadas na metrópole paulista após a década de 70, provocou sérios impactos de vizinhanças, pois grande parcela da população buscou municípios vizinhos com características sócio-econômicas semelhantes às da capital, como aponta (Kowarick, 1993, p.41).

A migração que tem ocorrido para os municípios da RMSP por uma população desprovida de recursos agrava os problemas existentes nesses municípios, principalmente de moradia. Guarulhos se beneficiou com o crescimento econômico, mesmo com a saída de algumas indústrias, não deixou de ser industrializada. Além da ampliação do setor terciário, continuou sendo um pólo de atração populacional, tornando-se um receptáculo de população, principalmente da parcela com baixo ou sem poder aquisitivo.

2.2 – Produção social da cidade capitalista e a segregação socioespacial

A estrutura social e econômica de cada sociedade, além de mecanismos específicos de produção e apropriação do espaço, irá determinar as formas diferenciadas de acesso à cidade, conseqüentemente, boa parte de seus moradores ficarão privados de condições de vida consideradas adequadas, ou seja, excluídos.

O processo de exclusão já se percebia com a lei de Terras de 1850, projeto elaborado pelo fazendeiro e Senador do Império, Nicolau dos Campos Vergueiro, definia que todas as terras devolutas como propriedade do Estado e sua ocupação ficariam sujeita à compra e venda. As terras livres passaram a ser propriedade do Estado que poderia vendê-las a quem tivesse condições de pagar. A lei acabou por influenciar no aumento do valor dos terrenos nas áreas urbanas.

Na economia capitalista, o acesso à cidade está condicionado ao poder aquisitivo de cada cidadão. Isso porque, neste sistema socioeconômico, tudo se transforma em mercadoria, inclusive a cidade (espaço produzido, habitação, serviços diversos, localização). Tal situação irá determinar uma das mais marcantes características da cidade capitalista, uma clara separação, uma segregação sócio-espacial entre as classes sociais.

“A habitação enquanto mercadoria, que se diferencia de outras mercadorias, tem algumas características específicas, como: uso prolongado, elevado valor de troca, absorvedora de espaço, apta a internalizar valor. Seu uso, acoplado, ao mesmo tempo que é consumido pelo valor de uso, pode aumentar seu valor graças à incorporação das externalidades”. (PERUZZO, 1984, p.45).

Ainda PERUZZO, (1984, p.45), na segunda metade da década de 70, com a queda da bolsa de valores, provocaram a fuga de capitais do mercado de títulos. Uma das alternativas para estes capitais foi o mercado de terrenos urbanos, cujo crescimento da demanda provocou a elevação do seu preço, que, aliada ao achatamento salarial deste período, contraiu a oferta da mercadoria habitação.

Para ocupar o solo urbano é necessário pagar por ele, aqueles que não podem pagar serão empurrados para os locais onde seus custos são acessíveis, neste caso as áreas de menor valor imobiliário, em face da localização, ausência de serviços e infra-estrutura e, muitas vezes, em situação de risco.

Segundo MOREIRA (1985 p.72), para adquirir os meios de subsistência é preciso transformar sua força de trabalho em meios de compra (salário), vendendo no mercado. Nas palavras de SILVA, (2003, p. 33): “É a ausência de uma política habitacional abrangente que gera um número expressivo de sem teto, população de rua e áreas de riscos, agravando os problemas ambientais urbanos”.

As cidades são lugares que apresentam alterações significativas nos recursos naturais como o solo, a água, o ar e os organismos.

“[...] as pressões exercidas pela concentração da população e de atividades geradas pela urbanização e industrialização, concorrem para acentuar as modificações do meio ambiente, com o comprometimento da qualidade de vida”. (MONTEIRO, 1987).

A paisagem urbana da maioria das cidades não possui apenas prédios, praças, parques, indústrias e pessoas circulando, mas, dentre outros, de grandes conjuntos habitacionais populares, favelas, cortiços, enfim, de inúmeros assentamentos, sobremaneira nas periferias, sem condições dignas de vida, contribuindo para o agravamento do problema ambiental das cidades.

As áreas “livres” destinadas à proteção ambiental, uso comum do povo, proteção das drenagens naturais, equilíbrio do clima, proteção de fauna e flora, como também para a construção de equipamentos de uso coletivo, são ocupadas de forma desordenada, agravando ainda mais os problemas sócio-ambientais vividos nas cidades.

CARLOS, (2005, p.70) coloca que “A cidade não é apenas um *lócus* da produção do capital, é também condição, meio e produto da reprodução da sociedade”. Ao ocupar o espaço, ele transforma e produz um novo espaço, garantindo a sua sobrevivência, desenvolvendo as relações sociais.

Esse processo conduzirá a uma complexidade de relações cada vez maior, com constantes conflitos de disputa pelo espaço e seus melhoramentos. O setor público para harmonizar tais conflitos e garantir a reprodução do capital, executa alguns tais “melhoramentos”, não solucionando o problema da população e a questão ambiental, mas como controle social.

RODRIGUES (2007, p.5-6) coloca que “as políticas públicas visam eliminar os “inimigos” da ordem “social”, que são os que produzem a cidade real”.

Já KOWARICK (1993, p.41) diz que: “O poder público impõe reformas, cujo custo está fora do alcance dos moradores mais pobres, forçando com isso sua transferência para as áreas da periferia”.

Como não é atendida pelo mercado imobiliário formal, a informalidade se torna uma opção, onde o valor é menor, e como garantia da compra recebem um contrato que, juridicamente, é ilegal, quando o tem.

Mudaram-se as formas de produção do espaço urbano ao longo dos anos e, no entanto, as mentes administradoras permaneceram com práticas arcaicas. O que constata na fala de LEFEBVRE (2006, p.53) é que:

“A cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, como suas conseqüências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações cidade-campo, nas relações de classe e de propriedade”.

A cidade convive com o acúmulo de problemas do passado, somados com os do presente cuja solução está no futuro, mas um futuro que nunca chegará.

Se, anteriormente, a natureza era um obstáculo a ser vencido pelo Homem, na cidade, além da natureza, a população pobre torna-se um obstáculo e deve ser removida para dar passagem à reprodução do capital.

Entretanto, remover essa parcela da população é “assumir” a existência do problema e de alguma maneira buscar meios de pelo menos minimizar a questão, e esses novos espaços ocupados por esse processo, exigirá no mínimo ampliação dos serviços públicos, caso já exista algum.

Conforme considerações de BORDIEU (2001, p. 83) “O mundo social não é uma relação de causalidade mecânica que, freqüentemente, se estabelece entre o meio e a consciência, mas uma espécie de cumplicidades ontológica. [...] de

pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história”.

Assim, uma cidade ou um bairro pode ser analisado por meio de diferentes critérios: econômico, político, das relações sociais ou de suas formas e características físico-espaciais.

No entendimento de SANTOS M. (1985, p.49), o espaço “constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. Para este autor, a sociedade somente pode ser definida através do espaço, uma vez que ele é fruto da produção do trabalho realizado pelos homens num determinado tempo.

O objetivo geral dessa pesquisa consiste em investigar o processo de crescimento da cidade de Guarulhos, levando-se em conta, as diferentes formas de ocupação e produção do espaço urbano, especialmente as relacionadas à desigual distribuição de riqueza, de oportunidades de educação, trabalho e moradia.

2.3 – Risco ambiental e vulnerabilidade social

Diversas áreas do conhecimento têm desenvolvido estudos que envolvem a questão de moradia, a vulnerabilidade e os riscos naturais, como o aqui abordado, os riscos naturais de escorregamentos. Na geografia, geologia, demografia, engenharia, arquitetura, entre outras. A preocupação socioambiental é de interesse interdisciplinar, apesar que, segundo MENDONÇA (1994, p.32),

“O meio ambiente é formado por elementos naturais e sociais conjuntamente. Esta compreensão faz parte da origem da Geografia e isso lhe confere o mérito de ter sido a primeira das Ciências a tratar o meio ambiente de forma mais integralizante”.

Vivemos em uma sociedade global de riscos (Beck e Giddens). Sejam eles, naturais, sociais e tecnológicos. Para alguns autores, já não é mais possível esta distinção devido à complexidade existente (Castro Peixoto e Rio, 2005).

Para GIDDENS (2006, p.34), “Risco é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou aos caprichos da natureza”.

Neste trabalho, enfatiza-se os riscos de escorregamentos naturais de origem exógenos devido à probabilidade de movimentação das massas. Para alguns autores, são denominados de riscos induzidos, em face de pressão exercida pela concentração populacional ou risco fabricado, que diz respeito a situações em cujo confronto tem-se pouca experiência histórica. (GIDDENS, 2006, p. 36).

VEYRET (2006, p 64) define os riscos naturais como “[...] aqueles que são pressentidos, percebidos e suportados por um grupo social ou um indivíduo sujeito à ação possível de um processo físico, de uma álea”.

A noção de risco pressupõe situações de perigo real ou potencial, tanto para o indivíduo como para a sociedade, que pode resultar em perdas materiais, econômicas, humanas e sociais.

“Acredita-se que a construção do risco ambiental pauta-se pela premissa de que o espaço e tempo são elementos próprios à idéia de risco, que deve ser admitido como um processo estruturado ao longo do tempo e a dinâmica cotidiana das cidades”. (CASTRO PEIXOTO e RIO, 2005, p.11).

As diferentes paisagens estão sujeitas aos diferentes graus de intensidade, que variam desde o curto até longo prazo, portanto considera que está relacionada com o tempo e o espaço.

Diante disso, como não existe “risco zero”, então é preciso gerenciá-los, como coloca VEYRET (2006, p.15).

O lado mais complexo ainda é o grau de aceitação individual e coletiva dos riscos, o que variar de acordo com as condições objetivas e subjetivas, em que os benefícios provenientes da aceitação de certa dose de riscos dependem de fatores econômicos, sociais e culturais.

ROLLO MAY (2004) ressalta que no instante em que vivemos, imersos a uma obstinada objetividade, nossas ações e percepções, em geral, expressam uma visão restrita de mundo decorrente de um contínuo adestramento de nossas subjetividades.

Já, GIDDENS (2006, p.34) atribui à aceitação do risco como também a uma condição para entusiasmo e aventura, além da possibilidade de riqueza que estes riscos podem gerar numa sociedade moderna.

Mas qual será o risco mais significativo para essa população que ocupa irregularmente áreas de encostas, de mananciais? O risco ao ocupar áreas irregulares, proibidas, o risco de escorregamento, o risco da remoção, que pode significar “transferência” como também “afastar”, “fazer desaparecer” (Michaelis, 2007, on line) e não ter a opção de escolher para onde ir?

Segundo MORIN, (2003, p.85), [...] “a realidade não é facilmente legível. As idéias e teorias não refletem, mas traduzem a realidade, que podem traduzir de maneira errônea. Nossa realidade não é outra senão a nossa idéia da realidade”.

O risco de escorregamento, portanto, pode tornar-se menos significativo, quando para essa população o risco maior está em não ter onde morar, o risco de não ter uma renda suficiente para garantir a sua subsistência.

Além do mais, as riquezas naturais disponíveis nesses espaços, como a madeira, a pesca, nem sempre são os meios de sobrevivência desta população. Usam a terra apenas para construir sua moradia, portanto esta pode não ser

entendida apenas como sinônimo de riqueza e poder, mas a sua posse também significa segurança na vida, significa “morar”.

Esta forma de ocupação, não se constitui em simples ato de desrespeito à legislação urbanística e ambiental. É antes uma manifestação ou materialização da lógica excludente da produção social das cidades capitalistas, que longe de ser apenas o lócus da produção, é ela própria espaço de lutas entre as classes sociais e objeto de acumulação de rendas e riquezas, pela ação do capital imobiliário e o Estado como mediador desta relação.

De acordo com MARICATO (2002, p.122) “para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias”.

A grande problemática não está somente na forma de ocupação, que ocorre de forma espontânea e desordenada, por iniciativa individual ou coletiva. Mas, nas suas conseqüências, resultando quase sempre áreas de risco, devido às formas de apropriação do solo e a carência de infra-estrutura, envolvendo desmatamento, cortes inadequados de vertente e outros processos que provocam profundas alterações ou danos não só de ordem ambiental, mas também social.

Associa-se a essa causa estrutural, outra de natureza gerencial ou governamental que é a ausência de políticas públicas ou praticas das que já existem condizentes com a cidade real, que abrandem os efeitos socioeconômicos, evitando a ocupação dessas áreas.

MARICATO, (2002, p.124) deixa claro que:

“Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. [...] mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão”.

Para atenuar esta problemática, é necessário que os órgãos públicos tracem planos de ação conectados com as necessidades desses habitantes, que clamam anos e anos por melhorias que nunca chegam, ou chegam apenas às migalhas. Por muitas vezes não exige tanto, apenas o mínimo para viver dignamente. Por outro lado, a melhoria urbana de qualquer natureza repercute no valor dos terrenos e nem sempre esta parcela da população consegue continuar morando, que buscará novas áreas e geralmente próximas para habitar, resultando em mais áreas degradadas e de proteção ambiental ocupadas, comprometendo a qualidade de vida da população.

3 – O ESPAÇO DE GUARULHOS

Este capítulo teve como objetivo apresentar como o espaço de Guarulhos foi se reproduzindo, não deixando de analisar o processo histórico que propiciou as condições desta re-produção, buscando compreender como e por que ocorreu, a fim de identificar as causas que contribuíram e mantém grande parte da população segregada.

Abordando ainda, as áreas de riscos de escorregamentos, a legislação pertinente e as medidas preventivas que o Município tem adotado, pois a área de estudo encontra-se no bairro que apresenta maior número de pessoas em situação de risco. O Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação de Solo vigente foram analisados, como importantes norteadores das políticas públicas e as condições socioeconômicas da população comparando-as com os programas habitacionais implantados pela administração pública como forma de amenizar a carência habitacional do município.

3.1 – Evolução e a dinâmica intra-urbana

Guarulhos denominada de “cidade símbolo” ou do “progresso” localiza-se a nordeste da Região Metropolitana de São Paulo, sendo um dos 39 municípios que a integra. Faz limite com vários municípios, sendo Arujá, Itaquaquecetuba e Santa Isabel a Leste; Mairiporã ao Norte e São Paulo à Sul e Oeste. (vide figura 6).

Ao longo de sua história atendeu às necessidades infra-estruturais exigidas pela capital, tornando-se um pólo importante da RMSP, influenciando as cidades vizinhas, como Arujá e Santa Izabel.

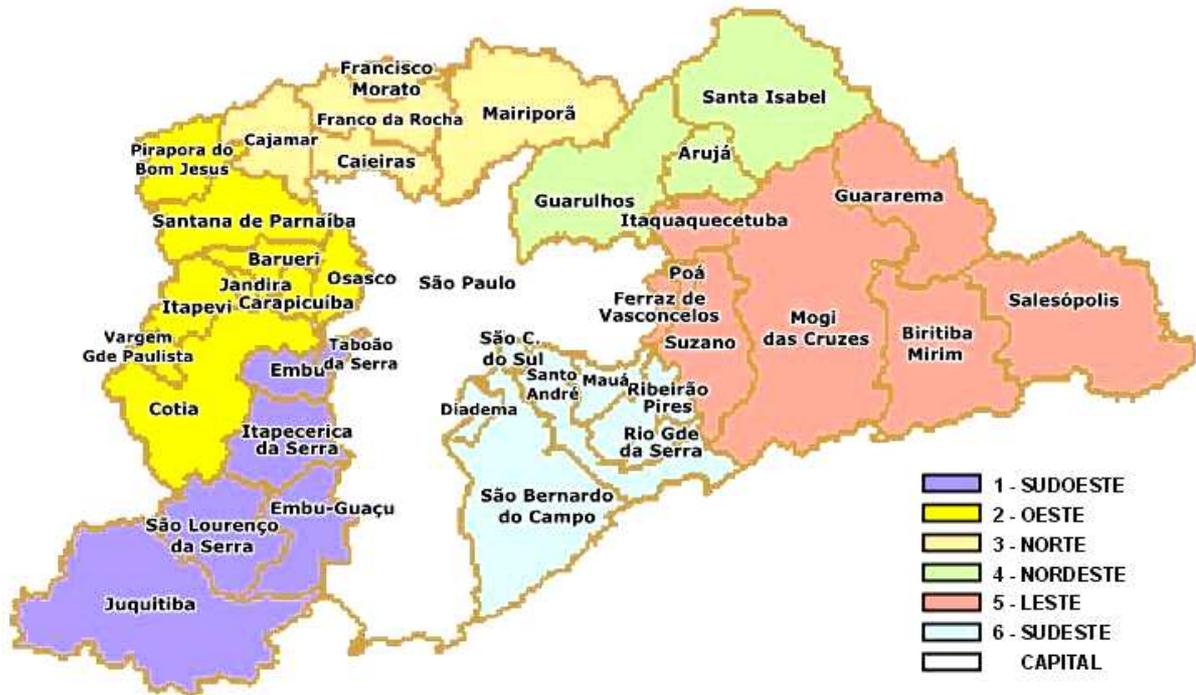


FIGURA 6 - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Fonte: <<http://www.cmtsp.com.br/img/mapa.jpg>> acessado: 12.05.2006

Ocupa uma área de 341 km² e está a 17 km da capital; sua localização é privilegiada por ocupar uma posição estratégica no eixo SP-RJ e SP-MG, além de possuir uma vasta rede de transportes, como a Rodovia Presidente Dutra, Ayrton Senna, Fernão Dias e o Aeroporto Internacional de Cumbica, vide figura 7.

Sua economia está voltada para a produção industrial, comércio e prestação de serviços. Abrigando um dos maiores parques industriais diversificados do Brasil (autopeças, químicos, materiais plásticos e borracha, entre outros), com mais de 2.500 indústrias, concentrando-se ao longo da Rodovia Presidente Dutra, nos bairros de Cumbica, Itapegica, Bonsucesso e Taboão. Abriga o maior aeroporto da América Latina e possui significativa rede hoteleira, comércio e prestação de serviços.

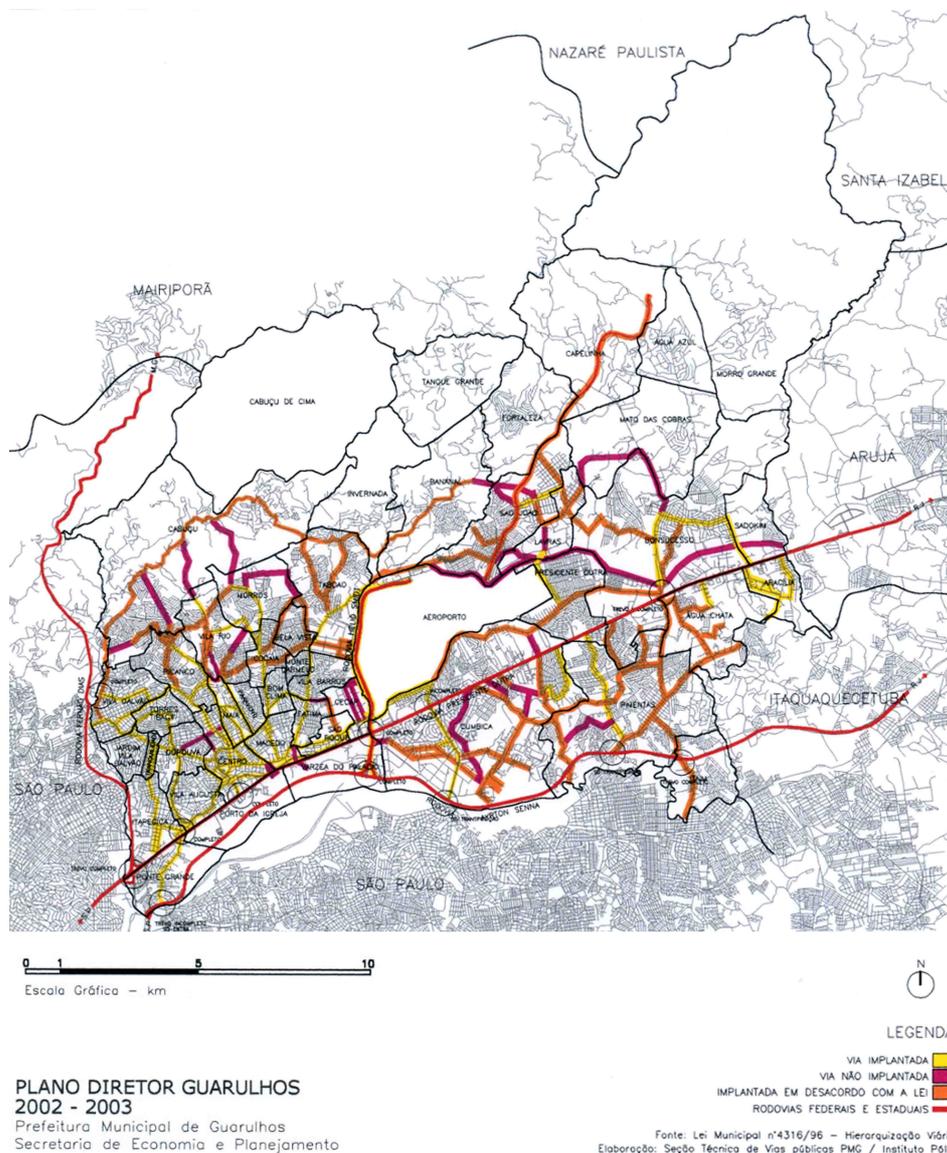


FIGURA 7 – SISTEMA VIÁRIO DE GUARULHOS
Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento/IGC

A expansão de Guarulhos motivada pelas atividades industriais diversificadas elevou sua participação para a 8ª colocação no PIB nacional em 2002, como aponta o IBGE, ficando atrás apenas de grandes capitais nacionais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba (gráfico 1).

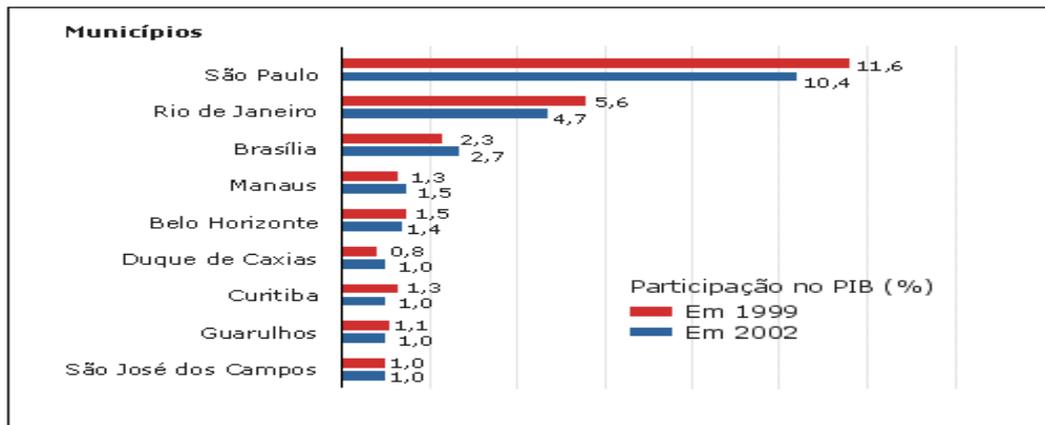


GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DO PIB BRASILEIRO – 1999-2002

Fonte: IBGE <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u95906.shtml>> 03/05/2005

Em 2000, possuía o segundo maior PIB do Estado de São Paulo, ficando atrás somente da capital, verificado no gráfico 2.

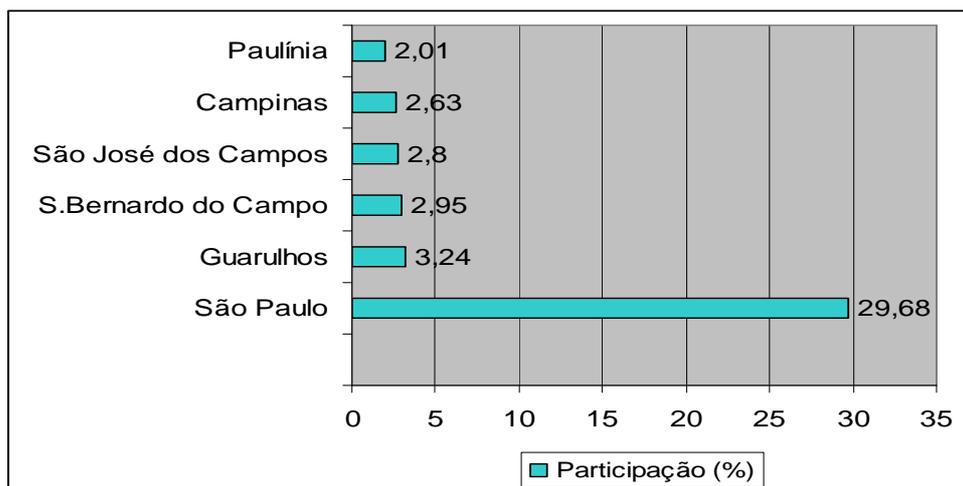


GRÁFICO 2 – PRODUTO INTERNO BRUTO – ESTADO DE SÃO PAULO - 2000

Fonte: Fundação Seade; IBGE. Censo 2000 - (1) Valores correntes.

Elaborado por: Uzan, Elenice da Fonseca - 2007

Em 2004, de acordo com dados do Seade (tabela 5), Guarulhos continuou ocupando a segunda colocação em nível estadual, enquanto que outros municípios da região metropolitana não mantiveram suas posições.

Município	Valor adicionado			PIB	Total R\$ milhões correntes
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Total do Estado	33.552,94	238.016,43	242.978,99	514.548,36	546.606,82
São Paulo	22,37	59.888,26	92.561,89	152.472,52	160.637,53
Guarulhos	13,59	8.923,24	7.568,76	16.505,59	18.194,92
São José dos Campos	28,2	12.088,36	4.473,72	16.5901,35	17.679,81
São Bernardo do Campo	1,09	10.050,43	5.231,79	15.283,31	16.906,08
Campinas	85,05	5.367,42	6.581,06	12.033,53	14.716,83
Barueri	-	5.038,24	5.019,83	10.058,07	11.346,63
Paulínia	35,51	5.766,59	3.605,90	9.408,01	10.010,04
Santo André	0,21	4.957,97	3.690,14	8.648,32	9.629,90
Osasco	-	2.079,25	9.267,65	11.346,90	9.496,52
Sorocaba	14,41	4.977,43	2.844,87	7.836,70	8.524,11

TABELA 5 - DEZ MAIORES MUNICIPIOS, SEGUNDO PIB DE SÃO PAULO - 2004

Fonte: Fundação Seade

Estudos realizados pela Agência Austin Rating, jun/2007, aponta Guarulhos como uma das cidades mais seguras para investir, recebendo nota de A-, superior a capital de São Paulo (BBB), Belo Horizonte (BBB) e aos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A classificação favorável de Guarulhos se deve, entre outros motivos, ao baixo nível de endividamento do município apontado pela relação entre a dívida consolidada líquida (DCL) e a receita corrente líquida (RCL); à redução de despesas da administração pública com pessoal; ao crescimento e diversificação da participação do setor industrial; à inovação tecnológica no processo de arrecadação de tributos e controle de custos da máquina administrativa; ao bom nível de investimentos em saúde e à logística privilegiada.

No entanto os espaços não são homogêneos, os indicadores econômicos que coloca a cidade num patamar privilegiado não expressam a realidade dos diferentes bairros que compõe a cidade, principalmente entre a cidade consolidada na sua porção sudoeste (divisa com São Paulo) e as áreas de mananciais ao norte, onde se verifica o contraste destes dados.

A expansão urbana de Guarulhos ocorreu de forma desordenada, sem planejamento, aliada a especulação imobiliária, seguindo uma lógica excludente acabou por gerar a sua própria periferia.

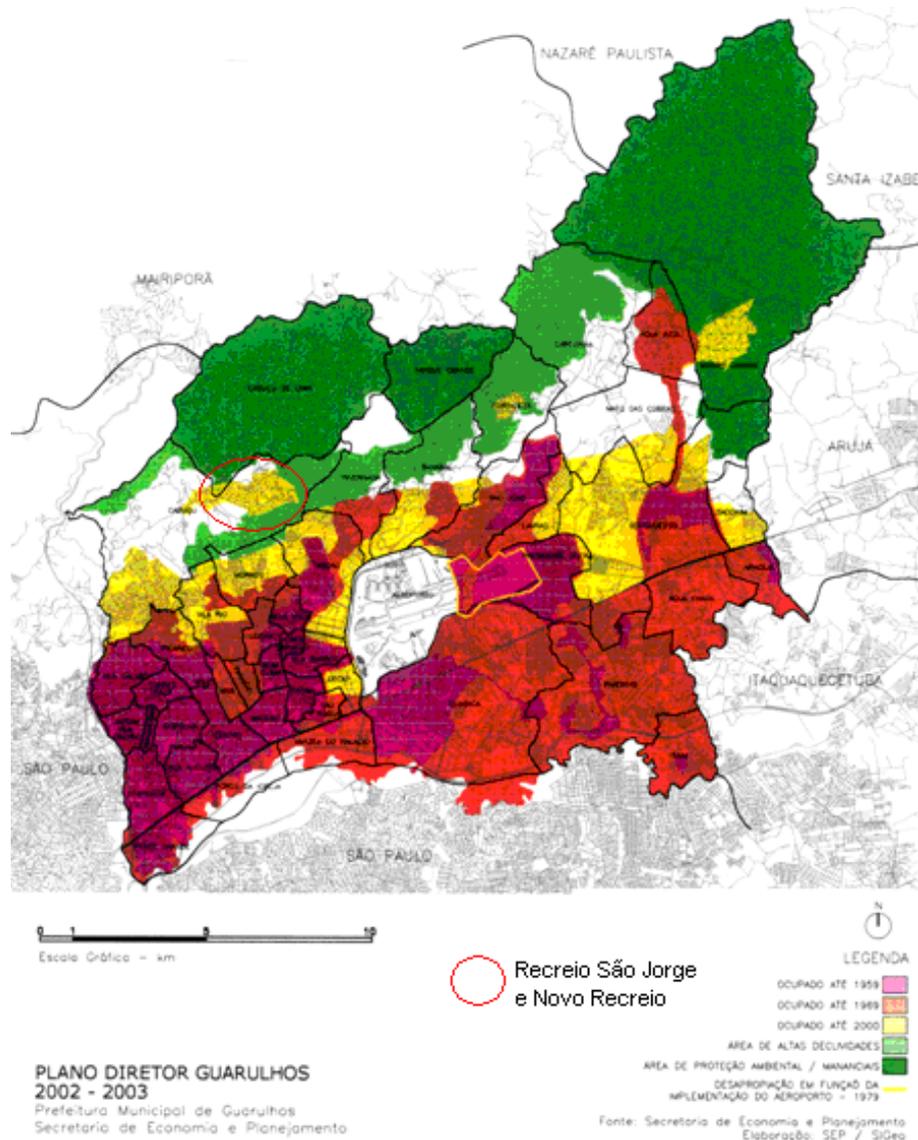


FIGURA 8 – EVOLUÇÃO URBANA DE GUARULHOS
Fonte: Prefeitura Municipal de Guarulhos
Secretaria de Economia e Planejamento

Na leitura do mapa de evolução urbana (figura 8) até 1960, a população concentrava-se nos núcleos próximo a São Paulo, onde havia mais infra-estrutura. A partir da década de 70, a concentração ocorria mais ao sul, próximo à Dutra, onde havia maior número de indústrias. A partir de 1980 as áreas ao Norte começaram a ser ocupadas, intensificando-se nas décadas seguintes, na proximidade com áreas de proteção ambientais e rurais, transformando significativamente a paisagem natural.

Entre 1991 e 2000 o crescimento da população rural foi de 9,8%, mas isso não significou aumento das atividades agrícolas, e sim devido aos loteamentos irregulares ou invasões nas áreas verdes do município.

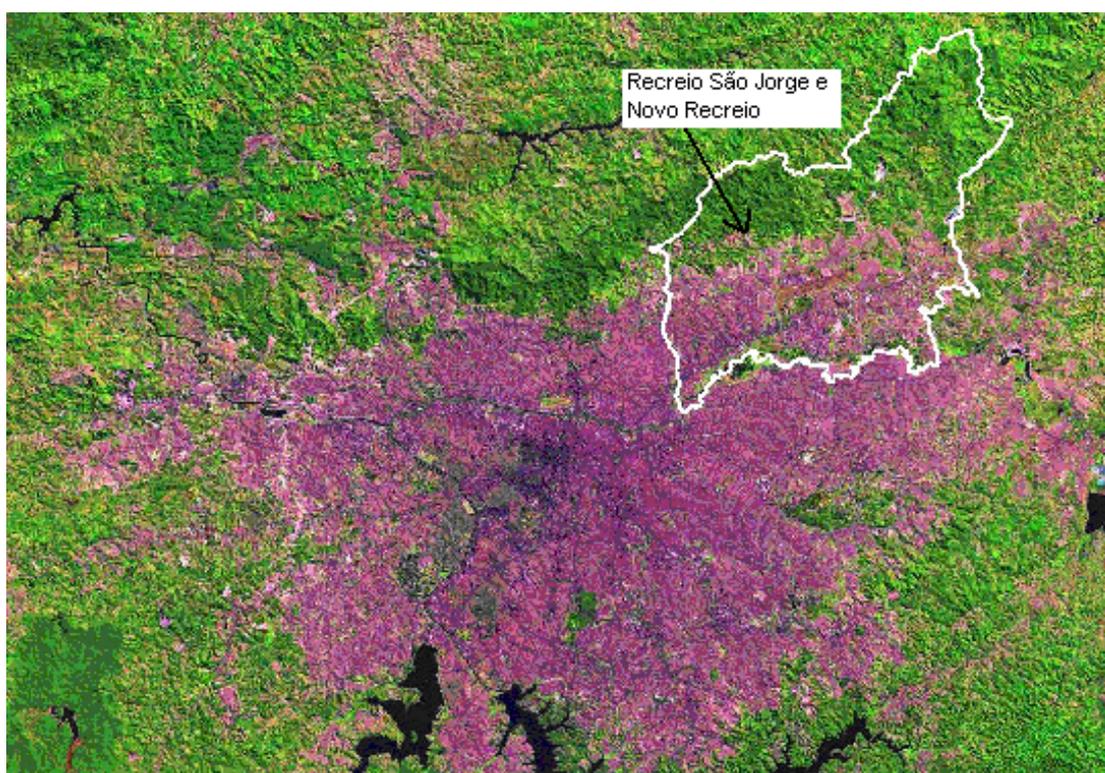


FIGURA 9 - IMAGEM SATÉLITE – MANCHA URBANA RMSP

Fonte: <www.embrapa.gov.br> acessado: 12.05.2006

Na leitura da imagem de satélite (figura 9), é possível constatar o relativo isolamento em que vivem os habitantes do Recreio São Jorge e Novo Recreio,

principalmente das áreas de maior concentração industrial (Leste), onde oferece maiores oportunidades de trabalho, como também dos bairros que concentram os serviços básicos principalmente relativos à saúde e a educação, já que nesta região são escassos ou nem tem esses serviços.

Por outro lado, esse isolamento dificulta a implantação de equipamentos urbanos que proporcionaria melhoria da qualidade de vida para essa população. Apesar que mesmo nos núcleos contíguos às áreas centrais constata-se escassez e a precariedade de vários equipamentos.

Em muitos bairros, a população só conseguiu alguns serviços públicos depois de muitas reivindicações através de seus moradores e associações. Ao longo dos anos, muitos bairros foram esquecidos, como apontava (GAMA, 1998, p. 71).

“A região do Cabuçu é um dos exemplos mais concretos do descaso da Administração pública municipal. Era uma das periferias mais antigas, uma vasta área de extensão urbana e rural [...]. Dentre os problemas que ocorria, o mais grave era a falta de água e esgoto”.

A maioria dessas áreas carece de direitos básicos tais como voz política, moradia decente, esgoto, acesso à água, escolas, cuidados médicos e transportes confiável e seguro para o trabalho. Alguns bairros apresentam infra-estrutura adequada aos desejos da elite do município, enquanto outras áreas continuam à margem do progresso urbano. Fisicamente pertencem à cidade, mas socialmente excluídos.

A seguir, será analisado o processo histórico de Guarulhos, buscando compreender como e por que ocorreu, a fim de identificar as causas que contribuíram e mantém grande parte da população segregada.

Guarulhos teve sua origem como elemento de defesa do povoado de São Paulo. Com a denominação de Nossa Senhora da Conceição é fundado em 8 de dezembro de 1560 o aldeamento dos índios Guarus da tribo dos Guaianases,

integrantes da nação Tupi, pelo Padre Jesuíta Manuel de Paiva. Em 1675, tornou-se Distrito, em 1685 passa a ser Freguesia e somente em 1880 é que ocorreu sua emancipação, mais tarde houve a separação do Bairro da Penha (anexado a SP) e Juquery (Mairaporã) (RANALI, 2002, p.18).

Na figura 10, identificou-se a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição.



FIGURA 10 - PARTE DO ESTADO DE SÃO PAULO NO ANO DE 1897 COM IDENTIFICAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS GUARULHOS

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

Retirado da Dissertação de Mestrado: Ensino Público Primário em Guarulhos: As Escolas Isoladas na primeira República – Universidade São Marcos, Maria Genaina de Almeida Ribeiro Reder, 2005, p.12.

Ainda, segundo RANALI, (2002), Guarulhos teve quatro ciclos econômicos significativos: mineração, agricultura e pecuária, comércio e a industrialização.

Seu crescimento econômico deu-se, inicialmente, em função da mineração de ouro.

"Houve pelo menos seis lavras em território guarulhense que se localizam em pontos diferentes de uma vasta área, compreendendo algumas dezenas de quilômetros quadrados, onde se acham os bairros de Lavras, Catas Velhas, Monjolo de Ferro (esta deve ter sido a chamada "Lavras Velhas do Geraldo"), Campo dos Ouros, Bananal e Tanque Grande". (NORONHA & ROMÃO, 1980).

Entre os séculos XVII e XVIII, a economia do município foi marcada pela mineração e agricultura, estendendo até o século XX, com a produção de álcool e aguardente.

Em 1915 foi inaugurado o Ramal ferroviário Guapyra-Guarulhos, o trem da Cantareira, com a justificativa de que era para atender às riquezas naturais da região, mais especificamente à produção de madeira, pedra, além da produção de tijolos, devido ao grande número de olarias em funcionamento, sendo que toda a produção estava direcionada às crescentes edificações da capital.

Como principal meio de transporte, a ferrovia, ao mesmo tempo em que facilitava a ida para a capital, foi um fator determinante na formação de novos núcleos urbanos no município como aponta SARACENI, N.Z. (2005, p.10-11):

"A estação era bem pequena, mas muito movimentada. Comerciantes iam levar e buscar suas mercadorias [...] estudantes desciam correndo a Cerqueira César parecendo sempre atrasados para o trem das 10 horas. Mais de uma hora, em ritmo muito lento, com cerca de seis paradas em outras estações".

Foram cinco estações em território guarulhense: Vila Galvão, Torres Tibagy, Gopoúva, Vila Augusta e Guarulhos, além do prolongamento até a Base Aérea que funcionou até 1965.

Segundo PIETÁ (1992, p-29), a Estrada de Ferro favorecia o trabalho em São Paulo, pois Guarulhos por muitos anos foi considerada uma cidade-dormitório e periferia da capital.

Outras infra-estruturas foram chegando, favorecendo a instalação de empresas e atraindo populações para o município. Em 1923, a Shell, distribuidora de derivados, abriu a primeira concessão de serviço em Guarulhos, o Posto Energina, instalado na atual avenida de mesmo nome. Em 1928, Januário Matroni, família tradicional do município, instalou o primeiro posto de abastecimento, período em que charretes e carros de boi ainda faziam parte dos principais meios de transportes. Neste período, havia no município apenas 2 automóveis, um Ford e um Chevrolet.

Em 1926, foi inaugurada a primeira linha de ônibus, que fazia o percurso Guarulhos até a Penha e pertencia a Paulo Faccini, uma das famílias tradicionais da cidade.

O interesse do município em estreitar cada vez mais sua ligação com São Paulo através dos investimentos públicos voltados para instalação de infra-estruturas é evidenciado por RANALI (2002, p.233).

“As rendas públicas sobriamente administradas apressaram a pavimentação das nossas principais vias de circulação, a principal delas a D.Pedro II, e a Avenida Guarulhos, o nosso mais importante elo com a capital”.

Ronaldo Saraceni, em entrevista a autora em 19 de abril de 2007, disse que seu avô José Saraceni, imigrante italiano, veio para São Paulo no porão do navio em 1905, onde trabalhou como artesão (perneiras), obtendo sucesso. Vindo para Guarulhos em 1919, comprou da família Endres uma grande área, incluindo o terreno onde foi construída a empresa Olivetti que atualmente é o Shopping Internacional de Guarulhos, devido ao baixo preço da terra. Fundou a Fábrica de Artefatos de Couros, uma das primeiras fábricas do município. Como a mão-de-obra

e o transporte eram escassos, ele construiu próximo o fábrica, residências para os seus operários e familiares vindos da capital.

Na figura 12 é identificada a propriedade da família Saraceni, onde mais tarde, década de 60 foi construída a empresa Olivetti na proximidade da Rodovia Presidente Dutra, aparece a Avenida Guarulhos e ao fundo as casas construídas para os operários da Fábrica da família Saraceni.

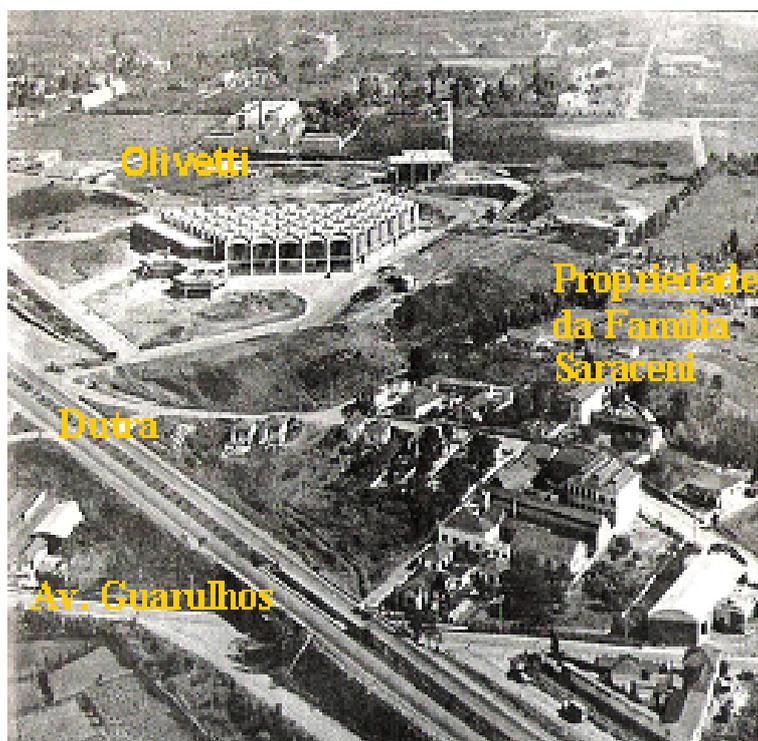


FIGURA 12 – GUARULHOS DÉCADA DE 60

Autor desconhecido

Fonte: Revista Êxito – Guarulhos 437 anos, 1997, p.120

Elaborado por: Uzan, Elenice da Fonseca

Neste mesmo espaço em 2000 (figura 13), construiu-se o principal shopping da cidade - “Internacional”. A rodovia presidente Dutra já tinha sido duplicada, a propriedade da família transformou em um enorme estacionamento e a casa da família Saraceni que faz parte do patrimônio histórico da cidade, só não foi derrubada para ampliar o estacionamento porque houve interferência de pessoas influentes da cidade.



FIGURA 13 – SHOPPING INTERNACIONAL DE GUARULHOS – 2007

Fonte: <http://www.guarulhos.sp.gov.br/images/empresarial/> - acessado em 20.08.2007

Ao longo dos anos, o espaço foi transformando, assim como outros da cidade, novos usos, novas relações de trabalho, necessidade de ampliação da infraestrutura que proporcionasse melhoria na qualidade de vida e meios que garantisse a inserção da população no mercado de trabalho.

Outras melhorias foram chegando, como energia elétrica (Light & Power), instalação da rede telefônica, licenças para implantação de indústrias, de atividades comerciais e dos serviços de transporte de passageiros. Muitos proprietários da cidade trocavam terra por instalação de energia em suas propriedades com pessoas influentes da capital paulista.

Nos atos da Câmara Municipal já existia a preocupação com o desmatamento, poluição das águas, caça de pássaros, implantação de esgoto, abastecimento de água potável e a implantação de leis estipulando a construção de muros (proibindo cercas de arame) nas ruas, que a Câmara definia para regularizar e assentar guias. (PMG, 2006).

Os anos 30 foram marcados pelos atos de Intervenção Federal, Constituição da Junta Governativa de Guarulhos e pelo Movimento Constitucionalista. (Reflexos da Revolução de 30 - fins da República).

Na década de 40 chegaram ao Município indústrias do setor elétrico, metalúrgico, plástico, alimentício, borracha, calçado, peças para automóveis, relógios e couros.

Vários planos de loteamento e arruamento foram aprovados pela Câmara Municipal no decorrer dessa década, o setor de obras da Prefeitura adquiriu máquinas, ampliou-se o Paço Municipal e a iluminação das vias públicas. (PMG, 2006).

Além dos aspectos acima, outros fatores condicionaram a urbanização do município, tais como: proximidade com a capital, terrenos mais baratos além de isenção de impostos locais por 15 anos; Base Aérea instalada em 1945 e considerada como área de segurança nacional; importantes vias de acesso foram construídas no esforço de modernização da indústria nacional a partir dos anos 50 (Plano de Metas - Política Desenvolvimentista), mobilizando trabalhadores de todo país em direção ao Sudeste, inclusive para Guarulhos.

Em 1956, a cidade contava com 90 indústrias de grande porte e 80 pequenas fábricas, 250 olarias, incremento da indústria extrativa de areia e pedregulho, 40 portos nas margens dos rios, principalmente do Tiête, além de 3 abatedouros de animais.

Essa era a realidade de uma cidade sem estrutura empresarial que pudesse gerar empregos e que ganhava mais força na medida em que a maioria da população vinha de fora e, portanto, mantinha vínculos com suas cidades ou bairros paulistanos de origem.

Guarulhos cresceu pelo transbordamento de São Paulo, porque as pessoas vinham construir suas casas em terrenos mais baratos do que os encontrados nos bairros da Zona Leste da Capital – Penha e Tatuapé, ou Zona Norte – Santana e Tucuruvi, por exemplo.

Segundo KOWARICK (1993, p.41):

“Após os intensos desfavelamentos que ocorreram na capital nos anos 60, as favelas tenderam a seguir o fluxo do desenvolvimento econômico que ocorria nas áreas mais industrializadas da Grande São Paulo”

A leitura da tabela 6, constatou que entre os anos de 1960 e 1980 a população cresceu praticamente 5 vezes, reduzindo significativamente nas últimas décadas.

Ano	População Guarulhos	Crescimento Populacional Anual (%)	
		Período (ano)	(%)
1940	13.439		
1950	35.523	40/50	16,43%
1960	101.273	50/60	18,51%
1970	237.900	60/70	13,49%
1980	532.726	70/80	12,39%
1991	787.866	80/91	4,79%
2000	1.071.268	91/2000	3,60%
2007	1.286.523	2000/07	2,67%

TABELA 6 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DE GUARULHOS 1940 A 2007

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

A construção da rodovia Presidente Dutra em 1951 e Fernão Dias em 1961 estreitou as ligações entre Guarulhos e São Paulo, favoreceu a implantação de indústrias, principalmente ao longo da rodovia Presidente Dutra; impulsionou a implantação de loteamentos industriais e habitacionais nas regiões de Cumbica, Lavras, Bonsucesso e Taboão.

O Jornal Estado de São Paulo, em janeiro de 1951, anunciava:

“no próximo dia 19, o General Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, fará entrega ao tráfego de um trecho da Estrada de Rodagem, entre Viúva Graça (no estado do Rio de Janeiro) e Av. Guarulhos (São Paulo), dos 405 km da rodovia, serão entregues ao tráfego 338 km ou, aproximadamente, 85% do total. (O estado de São Paulo, 1951)”. (SP 110 anos de indústria 1880-1990 – ed. 1992).

A figura 14 reproduz trecho da rodovia Presidente Dutra em 1958, onde, atualmente, este espaço encontra-se totalmente modificado, e está próximo da avenida que liga a Dutra ao aeroporto. Verifica-se a instalação de algumas indústrias próxima à Dutra, como a Toddy (1) e Mannesman (2), a Base Aérea de Guarulhos (3), onde o caminho ainda era feito por terra, parte da vegetação era original e a região ainda era pouco povoada.

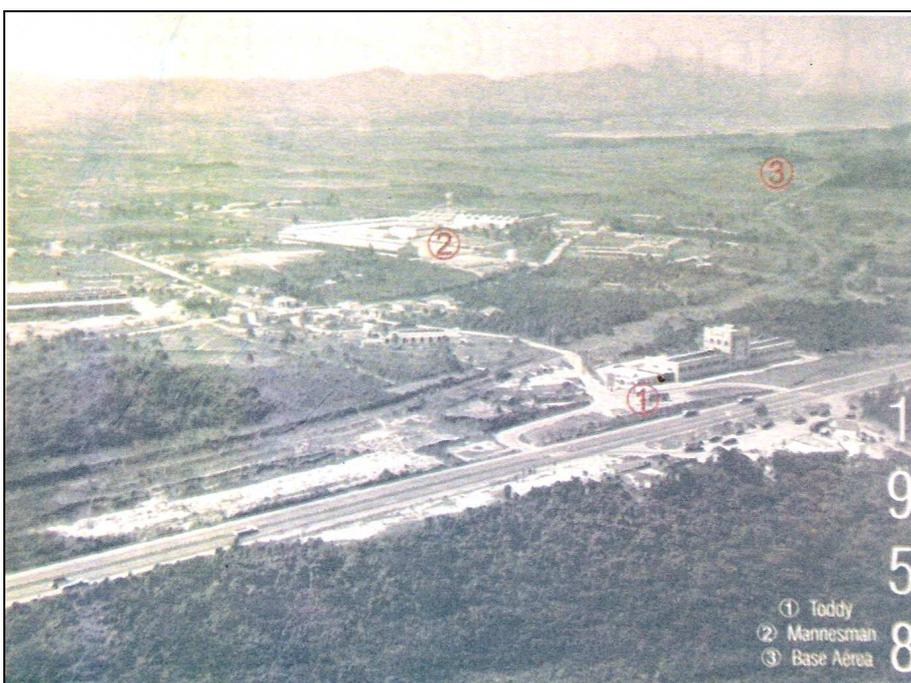


FIGURA 14 - RODOVIA PRESIDENTE DUTRA – 1958

Fonte: Guarulhos 446 anos, Jornal Folha Metropolitana, Caderno B4, 08/12/2006.

Neste período, os núcleos populacionais e comerciais concentravam-se na parte Leste da cidade, nos arredores da Rua D. Pedro, atual centro antigo da cidade

e nos bairros próximos à capital, na Penha, por exemplo, atual bairro da capital, além de ter mais infra-estrutura. AZEVEDO (1958, p.19): definia Guarulhos como:

“Sob muitos aspectos, Guarulhos, nada mais é do que um prolongamento da Penha, e, graças à Rodovia Presidente Dutra, entrosou-se definitivamente à vida da Metrópole Paulista, de que sua população participa sobre diferentes formas, da maneira mais estreita”.

Muitos proprietários de terra fizeram fortunas, alguns se dedicaram ao comércio, outros à indústria e outros se tornaram agentes imobiliários, vendendo parte de suas terras e deixando outros lotes vazios, aguardando valorização ao mesmo tempo em que estavam no comando da administração pública. Outros proprietários vendiam suas terras para loteadores vindos de São Paulo.

Enquanto, “O dinheiro entre os mais pobres era escasso, os contos de réis engordavam apenas as burras dos coronéis e comerciantes abastados, já que naqueles tempos viviam sob a tutela de influentes políticos” (revista Êxito, 1997, p.75).

RANALI (2002, p.18) dizia que:

“Cidade que proporciona arrecadações que não fossem malbaratadas em pleitos e ambições meramente eleitoreiras, seria mais que suficientes para a implantação dos aprestos indispensáveis, para que o povo viva dentro dos padrões de dignidade e de civilização”.

Em algumas matérias dos jornais locais, é possível constatar a influência dos agentes imobiliários no processo urbano da cidade.

No Jornal Pool Imobiliário (1999, p.2), Dona Iolanda, proprietária de uma das primeiras imobiliárias da cidade, Vila Galvão, instalada na década de 50, coloca que uma das maiores conquistas do setor imobiliário da cidade foi viabilizar a ocupação do município, trazendo grandes indústrias e operários através da venda de lotes baratos. “Se não fosse o trabalho do corretor buscando compradores para as áreas

industriais e residenciais da cidade, certamente Guarulhos estava ainda com a característica de vila da década de 50”.

Ainda o jornal Pool (1999, p.1), enfatiza que a história da cidade pode ser dividida em duas partes: uma antes e outra, depois da chegada dos corretores de imóveis. Foram eles os responsáveis pelo boom do setor a partir de 1951.

O progresso lento e gradual até início da década de 50, ganha impulso a partir da segunda metade da década de 50 até 80, e a cidade conheceu grande crescimento econômico industrial e grande incremento no comércio, o que resultou na manutenção da população na cidade, além de atrair grandes contingentes populacionais, vindos de vários lugares do país.

Na década de 70, 43,62% da população eram do interior de São Paulo e 16% de outros estados: Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, da região Nordeste e Norte.

Foram décadas de grande ascensão econômica, sendo que a localização e a ampliação das atividades industriais direcionavam os fluxos migratórios. As diferentes administrações locais priorizavam os fluxos viários, a infra-estrutura que propiciava a instalação de indústrias, enquanto que as questões habitacionais e sociais não faziam parte das pautas.

A produção do espaço social da cidade já se apresentava complexa. Em 1977, no documento da Assembléia dos Problemas Sociais da Paróquia de Bonsucesso (apud PIETÁ, 1992, p.19), dizia que a região crescia de forma desordenada, ou seja, sem planejamento, notando-se o surgimento de favelas na maioria dos bairros e bolsões com apenas uma entrada.

A partir da década de 80, com a crise econômica, a reestruturação econômica, descentralização/interiorização, o desemprego e a modernização mudaram sensivelmente o caráter migratório da RMSP, refletindo nos municípios integrantes.

WHATELY, MARUSSIA et al, (2006, p.20) em seu trabalho sobre a construção do Sistema Cantareira assinala que apesar dos impactos positivos trazidos por este sistema, trouxe também vários impactos negativos, entre eles destaca-se a migração em face de desapropriações ocorridas neste período para sua construção:

“Os proprietários de terra foram indenizados pela área inundada, mas por falta de alternativas, grande parte da população acabou migrando para os centros urbanos da região, entre eles Bragança Paulista, Atibaia e Guarulhos”.

SINGER (1979) coloca que, “A falta de empregos acarretou a ausência de recursos para a aquisição de moradias ou terrenos para a construção destas ou até mesmo para o pagamento de um aluguel periódico”.

A cidade buscou reorganizar seu espaço econômico, apesar de que algumas empresas saíram da cidade, mas as atividades terciárias foram ampliadas. A implantação do Aeroporto Internacional de São Paulo (1985), a ampliação da Rodovia Presidente Dutra, a implantação da Rodovia Ayrton Senna contribuíram para impulsionar o crescimento econômico de Guarulhos, atraindo novos investidores e novos contingentes populacionais, alterando o fluxo migratório interno da cidade. Intensifica-se a ocupação em direção à região Leste do Aeroporto e ao Sul da via Dutra e, de forma menos intensa, na região Norte do município.

Na década de 1980 dos 532.724 habitantes, 71,3% eram migrantes, sendo que 40,5% vieram do Estado de São Paulo (PMG). Em 1990, atingiu 787.866 habitantes com crescimento anual de 4,79%.

Entre 1991 e 1996, conforme pode-se visualizar na figura 15, a maior parte da população que migrou para Guarulhos, veio da própria região Sudeste (66%) e 97,80% do estado de São Paulo. Como aponta a Revista Êxito (1997, p. 74): “O alto custo de vida acabou “exportando” os paulistanos para municípios vizinhos e boa parte instalou-se aqui”.

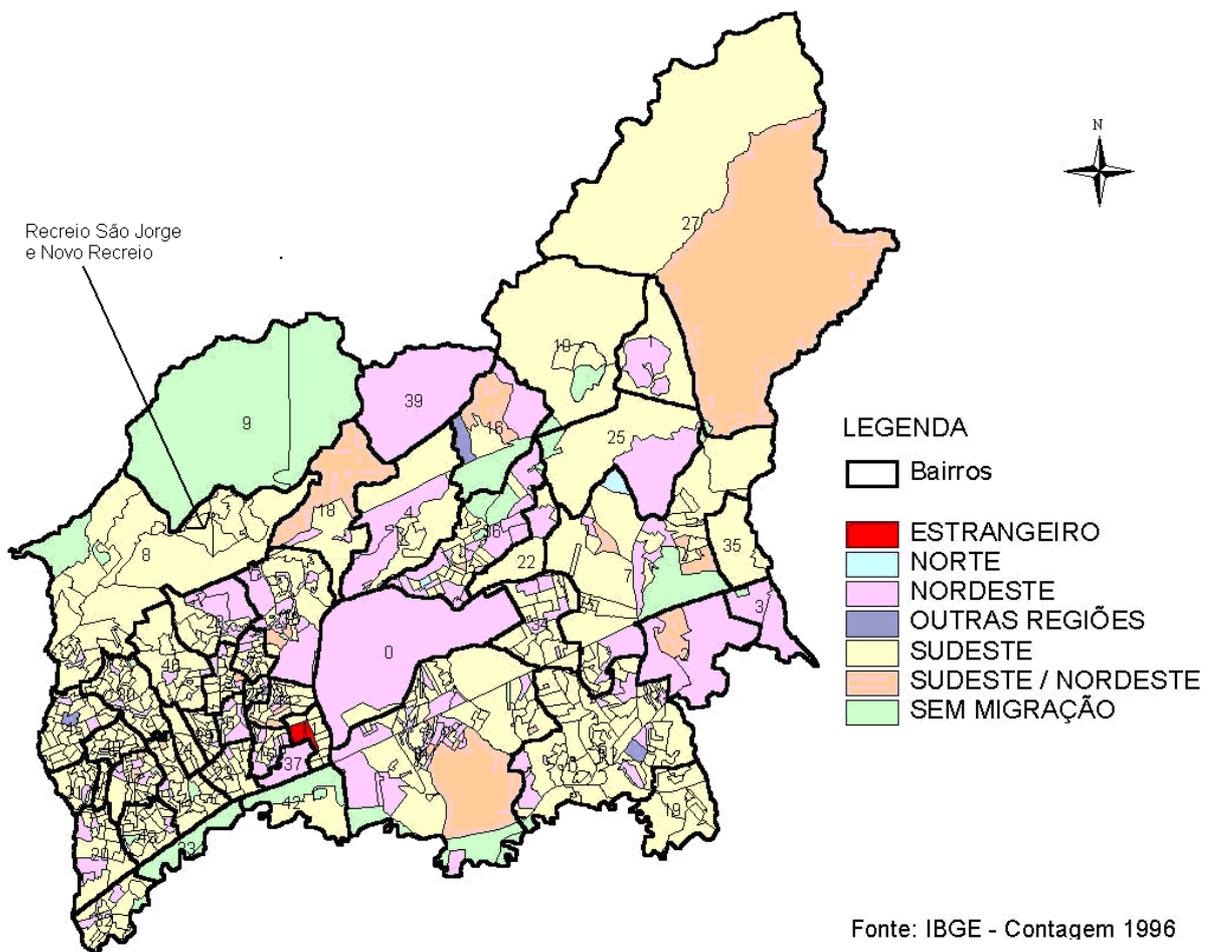


FIGURA 15 – PREDOMINÂNCIA DA ORIGEM DO CHEFE DO DOMICÍLIO POR SETOR CENSITÁRIO – 1991 – 1996

Fonte: IBGE – Contagem 1996

Pesquisa realizada pela Revista Êxito/IBOPE em 1997, quanto à origem da população, constatou-se que 79% não tinham nascido em Guarulhos e os natos eram de 21%. Do total de moradores, 30% residiam na cidade há menos de 10 anos, 38% entre 10 e 20 anos e 31% há mais de 20 anos. Esse resultado não considerou a quantidade de crianças que nasceram na capital, devido à falta de hospitais no município.

Ainda de acordo com a pesquisa, 41% vieram da capital e do interior do estado de São Paulo e 46% da região Nordeste (gráfico 3). Isso nos leva a pensar que dos 46% que vieram do Nordeste, inicialmente, instalaram-se na capital, como a

metrópole não foi receptiva economicamente, procuraram outros municípios da RMSP, inclusive Guarulhos.

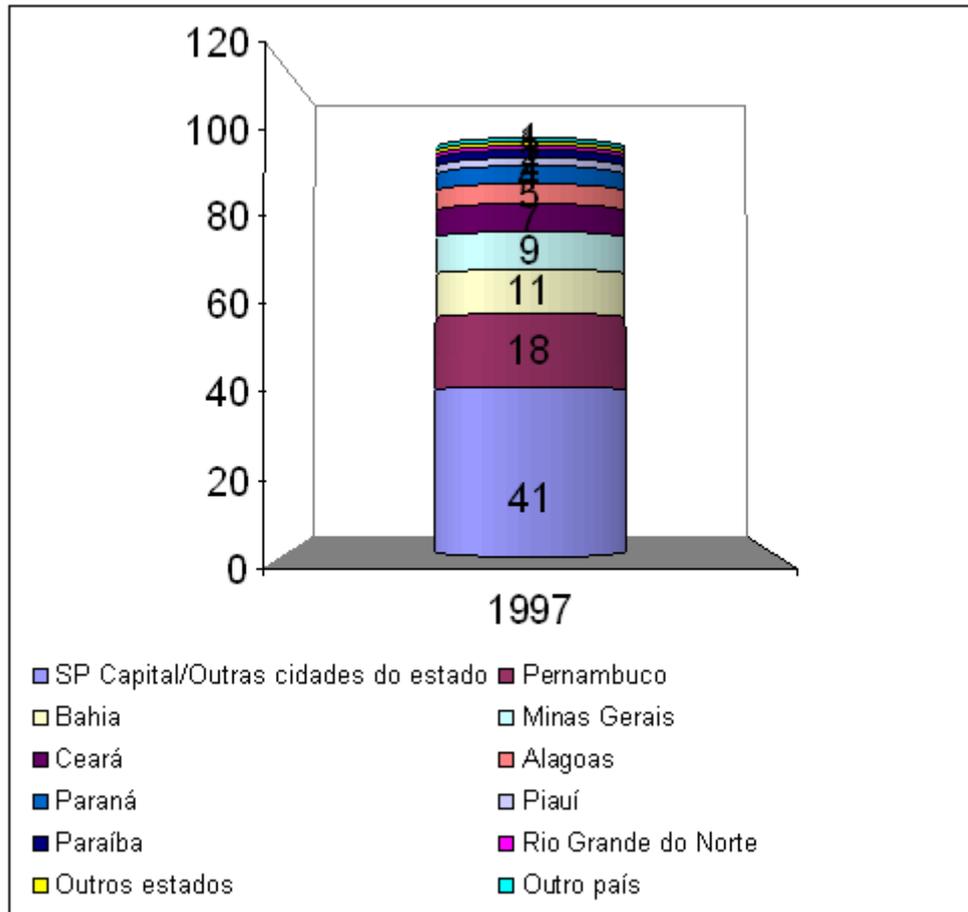


GRÁFICO 3 – ORIGEM DA POPULAÇÃO DE GUARULHOS POR ESTADO (%)

Fonte: Pesquisa Revista Êxito/IBOPE 1997

Esses arranjos que favoreceram o crescimento econômico qualificaram alguns bairros centrais, transformando o perfil econômico dos seus moradores, mas por outro lado gerou sérios impactos negativos sociais e ambientais. ABREU, (et al, 2002, p.12) atribuiu esta desconcentração, em função dos bairros centrais ampliarem as atividades ligadas ao comércio e serviços, valorizando estas áreas, e os bairros periféricos começam a ser ocupados, devido ao preço baixo e a ocupação irregular.

E a partir de 1991 até 2000 passa a ocorrer desconcentração do contingente populacional dos bairros centrais ao longo da Rodovia Presidente Dutra até o Aeroporto, e um aumento das taxas de crescimento populacional nos bairros periféricos, ou seja, intensifica a ocupação das áreas de proteção ambiental e com restrições ao norte do município.

Vários núcleos desarticulados foram surgindo na periferia da cidade de Guarulhos. Esta forma de ocupação já foi percebida desde 1960, pelo prefeito Fioravanti Iervolino no periódico *Visão* em 24 de junho de 1960, p.46, (apud F. DOS SANTOS, 2006 p. 166).

“Ao contrário do que acontece em todas as outras cidades, Guarulhos cresce de fora para dentro. E, por motivos que não vem ao caso, formaram-se diversos povoados isolados dentro do município. E isso criou sérias dificuldades na solução de dois problemas básicos da administração municipal: água e esgoto. Assim, é preciso vencer cinco quilômetros ou mais de áreas vazias para atingir um povoado. Isso cria dificuldades enormes à construção de rede de água e esgoto”.

Para F. DOS SANTOS, (2006, p.166), “a impressão que fica é que os novos bairros que surgiram e os bairros mais distantes do chamado núcleo central de Guarulhos e suas adjacências eram zonas periféricas que não pertenciam ao município [...]”. Acrescentando que são lugares socialmente e ambientalmente inferiores do que diversos autores definem de periferia. A melhoria desses núcleos requer muita seriedade e afinco por parte dos gestores da cidade.

Algumas periferias, apesar de consolidadas, não possuem o mínimo de infraestrutura, a água é transportada por caminhões pipas, como é o caso do bairro Água Azul, considerado como o lugar de maior exclusão social do município. Chegar nesses lugares é um verdadeiro desafio, são vários km de terra e a pé.

A moradia é uma mercadoria escassa e cara na economia capitalista e passa a ser um privilégio daqueles que podem pagar. No entanto, como bem colocado por RODRIGUES (1988, p.11):

“De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço”.

O aumento populacional acarreta um conjunto de conseqüências ao urbano, tais como novas relações econômicas, sociais e culturais, que altera a natureza, a intensidade e os padrões das interações. A nova forma de produzir não se desenvolve sem mudanças nas relações de produção e, conseqüentemente no espaço.

Com a instalação e o crescimento do movimento do Aeroporto, houve transformações significativas no quadro urbano e arredores do Município, com a chegada de grandes investimentos nos setores de transportes aéreos, hoteleiros e imobiliários. Instalou-se no município uma significativa rede hoteleira, principalmente de redes internacionais: Marriot, Íbis, Mercure, Parthenon, Caesar Park, Comfort Suítes.

No entanto, as vantagens econômicas com a presença do Aeroporto provocaram também imensos impactos negativos sobre o território de Guarulhos: poluição, dificuldades de transposição geográfica do território do aeroporto, que ocupa parte significativa do município, segregação da parte leste do município, a sobrecarga viária referente ao movimento do Aeroporto, restrições à ocupação na área do cone de aproximação dos aviões, que ocupa grande parte das regiões centrais do município.

De acordo com o estudo da Prefeitura Municipal de Guarulhos, a ampliação do aeroporto potencializará a interferência no uso e ocupação do solo, chegando a atingir em torno de 24% da zona urbana. Haverá também reflexos na saúde da população e na economia da cidade. Serão, aproximadamente, 164.000 habitantes, 12 escolas municipais de ensino infantil, 32 escolas estaduais de ensino fundamental atingidos com a desapropriação/desocupação dessa região.

KOWARICK (1993, p.40) coloca que o poder público, através de desapropriações e planos de reurbanização beneficia o mercado residencial ou de serviços das camadas abastadas, enquanto os grupos pobres tendem a ser expulsos para áreas mais distantes.

Essa materialização do espaço urbano de Guarulhos, caracterizado pela ampliação e diversificação da produção (indústria, comércio e prestação de serviços), favorecidos pela ampliação de infra-estruturas, principalmente os fluxos viários, promoveu o crescimento econômico, ocasionando a expansão das funções urbanas centrais e maior complexidade regional funcional, colocando-a numa condição privilegiada.

O entroncamento aéreo-rodoviário, que faz parte de rígidas redes nacionais de circulação, favoreceu a circulação material, objetos e mercadorias e também o intercâmbio de pessoas com outras cidades do país e do exterior, demonstrando o incremento das interações espaciais, ultrapassando os limites regionais e atingindo o contexto nacional, a fim de atender os diversos agentes econômicos locais e da RMSP, principalmente da metrópole.

As atividades terciárias assinalam os conteúdos da modernidade urbana, além de promover o surgimento de ocupações e empregos de elevado grau de especialização, portanto, exigências de novos profissionais, novas rendas, que

modificam as características sociais e culturais da cidade, impondo novos consumos e uma nova vida de relações no lugar.

No entanto, grande parte dos investimentos públicos é destinada aos bairros onde atenderá aos interesses capitalistas, como: Cumbica, Pimentas e Bonsucesso, cuja reprodução do capital será maior, estreitando cada vez mais a relação com São Paulo. Enquanto que a população se desloca para o Norte, o pólo magnético da reprodução do capital aponta para os bairros da porção Leste do município.

A melhoria da infra-estrutura na Zona Leste é uma das metas para atrair novas indústrias para a cidade. De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico, Antonio Carlos de Almeida, a revitalização iniciada já começou a dar resultados. (entrevista a Folha Metropolitana de Guarulhos 08/12/2006).

Há outros projetos que, certamente, provocarão alterações econômicas e sociais no espaço da cidade. Alguns em construção como: o centro de convenções, o viaduto da Paulo Faccini, o autódromo, o trem metropolitano (Pitu), a Feira Brasil, Complexo Jacu-Pêssego e o Rodoanel, que de acordo com a figura 16, passará por vários bairros, inclusive pelo Cabuçú, próximo dos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio, que poderá induzir a valorização dos terrenos como também alteração do ambiente natural da região.

Ao percorrer a cidade, observando sua paisagem atual, é possível verificar os problemas já percebidos na década de 70. O que mudou foi a dimensão do fenômeno que hoje se apresenta em proporções maiores e com outros agravantes, típicos do contexto da sociedade atual. Convive-se com realidades antagônicas, uma cidade denominada por muitos de “símbolo”, do “progresso” e a outra à sua margem.

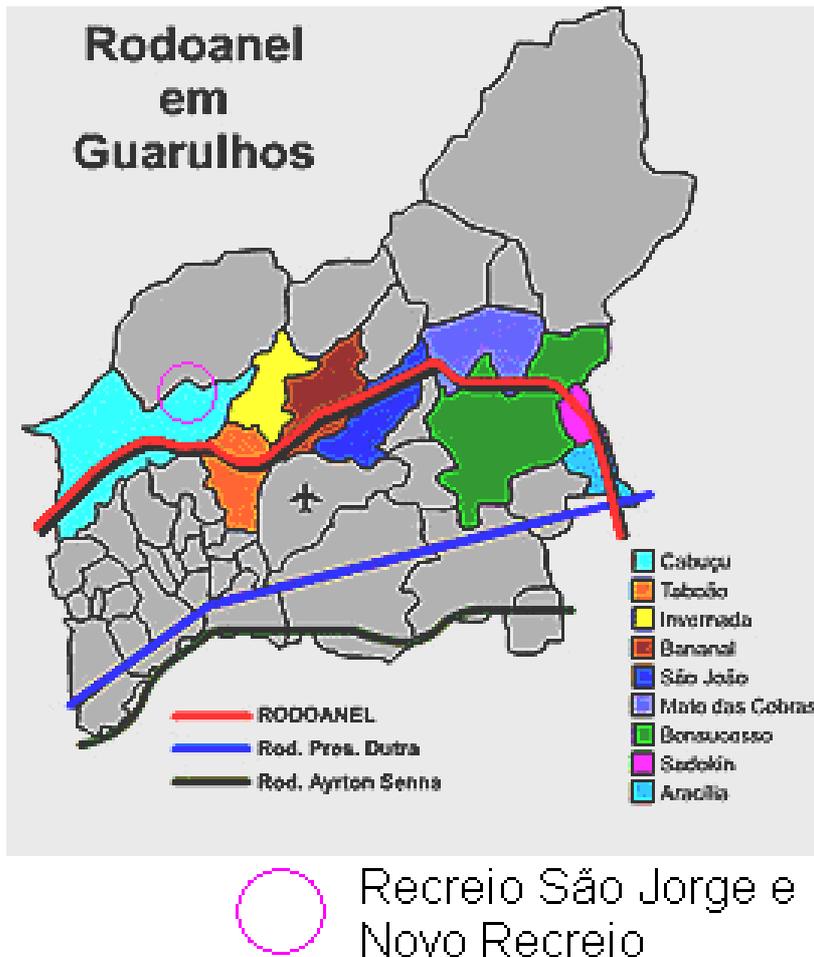


FIGURA 16 - MAPA DO RODOANEL

Fonte: Dersa/2001

http://200.182.94.4/04_empresarial/investir_guarulhos/logistica.html

Segundo MORIN (2001, p.82), “Não há evolução que não seja desorganizadora/reorganizadora, em seu processo de transformação ou de metamorfose”.

HARVEY (1996) coloca que a condição essencial para entender a modernidade é a “Destruição Criativa”, isto é, o novo tem que ser construído a partir das cinzas do antigo. Ser ao mesmo tempo descritivamente criativo é ser criativamente destrutivo, ou seja, a criatividade do vir a ser tem que acontecer mesmo que o fim seja em cima de uma tragédia. “O heroísmo criativo garante o progresso humano”.

Para que uma sociedade funcione de forma adequada, deve haver coerência entre suas diferentes estruturas: produtiva, social e territorial. Se a contradição, por um lado, indica o esgotamento do processo, por outro, indica a necessidade de readequar este espaço, destruindo formas anteriores, subordinando-as ou criando outras.

3.2 – Segregação, os riscos e a lei

O crescimento populacional é um importante indicador para se avaliar as alterações socioambientais de uma cidade. Isto, porque aliado à ocupação desordenada do território, o aumento da população gera maiores probabilidades de impactos ambientais, como impermeabilização do solo e remoção da vegetação para construção de moradias, somando-se aos impactos da ocupação, a dificuldade do poder público de colocar infra-estrutura adequada em escala e velocidade compatíveis com o aumento da população. Porém, não é o único.

Segundo PERUZZO (1984), se não for observado às conexões mais profundas e fundamentais que geram estes fenômenos, sem vinculá-los à produção concreta da existência dos homens, podemos fazer conclusões precipitadas.

BALTRUSIS (2005, p.8) em sua tese diz que Guarulhos se beneficiou com os grandes investimentos, no entanto, as condições de vida na cidade agravaram.

O fato é que Guarulhos se urbanizou, seguindo uma crescente estratificação social do espaço. O progresso rápido que chegou pelas linhas dos trilhos da Estrada de Ferro, acelerado pelo asfalto, atingindo o ápice por meio dos ares, transformou o espaço da cidade, e grande parte de seus habitantes acabou sendo desprezados por esse crescimento.

A especulação imobiliária, o alto preço dos imóveis ou dos aluguéis, e outros agentes, muitos ligados à administração pública local, vêm contribuindo para agravar

as condições de habitabilidade, “empurrando” a população mais pobre para seus pontos mais extremos, onde não há infra-estrutura necessária em todos os setores da vida como: educação, saúde, saneamento básico, transporte etc.

BALTRUSIS (2005, p.40), identifica vários agentes que atuam no mercado imobiliário da cidade.

“O mercado imobiliário informal em Guarulhos, não se limita às unidades comercializadas nas favelas da cidade, talvez a maior expressão deste mercado seja o de loteamentos irregulares, realizado por diversos agentes: pequenas imobiliárias que anunciam seus empreendimentos, corretores, loteadores informais, representantes de cooperativas, entre outros formam uma rede de comercialização”.

Segundo a Prefeitura Municipal de Guarulhos, metade da população da cidade vive em loteamentos irregulares ou em 320 favelas.

Por ocupações irregulares, entende-se que a ocupação de terrenos públicos ou privados edificados ou não, por parcela da população que construirá suas unidades habitacionais por diferentes modalidades e características. Contudo, estas ocupações são alvos da ação do poder público, que realiza obras de dotação de alguma infra-estrutura e do processo de regularização fundiária.

Para RODRIGUES (1989), como forma de contornar esta condição imposta, do difícil acesso à moradia, é que ocorreram nas cidades inúmeras ocupações em terrenos não edificados públicos ou privados.

Somente em 1979, com a Lei 6766 (Lehman), é que se abriu espaço legal para loteamentos de interesse social e coibiu a ocupação clandestina, mas não impediu que outras áreas fossem ocupadas irregularmente.

Em entrevista, a autora em 2006, Laércio Pereira, do SAAE de Guarulhos, coloca que algumas ocupações são feitas por um loteador que cadastra as famílias e quando atinge um determinado número, elas ocupam de uma única vez os pontos

ralos da vegetação e distantes das áreas já consolidadas, as denominadas “periféricas”, ocorrendo como forma de burlar a legislação ambiental, dificultando a implantação de serviços públicos, principalmente rede de água e esgoto.

Posteriormente, essa população se organiza por meio de associações e passa então a reivindicar tais serviços, que inicialmente são atendidos com caminhões pipas, a água como exemplo, o que também é inviável, pois nem sempre a água é armazenada de forma adequada, podendo trazer sérios problemas de saúde para essa população.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de município, 2007, acrescenta que quando a invasão chega ao seu conhecimento, nem sempre é possível a retirada da população de forma pacífica, a não ser usando da força policial ou fiscal da Secretaria, como ocorreu recentemente no Novo Recreio (área de estudo), onde derrubaram 15 construções, onde residiam 60 pessoas. “Fiscais da Secretaria do Meio Ambiente iniciaram ontem, a retirada de 15 construções de uma área de preservação ambiental no Novo Recreio” (Jornal Folha Metropolitana, Geral, 14/092007, p. 3).

Em entrevista, a Revista Guarulhos, (abril de 2007, p.16), o secretário do Meio Ambiente do município, Alexandre Kise, afirma que: “Por muitos anos, a Prefeitura foi omissa e aceitou os loteamentos clandestinos”.

A prática da irregularidade na cidade não é algo recente e realizada somente pela parcela da população pobre, mas além de antiga, há diversos agentes ligados direta ou indiretamente à administração pública local.

A cidade deve contemplar todos os seus moradores e não somente aqueles que estão no mercado formal da produção capitalista. A Constituição Federal de

1988 coloca que temos que oferecer uma habitação digna para todos os moradores das cidades.

O Estatuto da Cidade, Lei 10157/01, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo um conjunto de instrumentos de natureza urbanística, voltados para a regulamentação das formas de uso e ocupação do solo, gestão democrática com a participação direta dos cidadãos além de regularização das posses urbanas, principalmente áreas ilegais.

A legislação urbanística no Brasil, como apontou Villaça (1998), tem uma história voltada para a regulamentação da segregação sócio-espacial, não ultrapassando a tradição de policiar usos e ocupações do solo.

Enquanto as cidades apresentavam um crescimento populacional, a legislação não acompanhava tal crescimento, portanto, não respondia às demandas habitacionais. Portanto, o crescimento econômico, assim como o embelezamento foram prioridades.

A expansão do crescimento populacional do município nas últimas décadas ocorre em direção ao norte, especificamente, nas franjas das áreas que fazem divisas com as áreas de proteção ambiental e de elevadas declividades, impróprias ou restritas à ocupação.

Esses loteamentos clandestinos ou irregulares vêm causando problemas, como os desmatamentos e a não preservação dos mananciais além de contribuir com a alteração da qualidade de vida da população.

De acordo com estudos realizados por GONÇAVEZ et al (2007, p.4)

“No período de 25 anos (1975 a 2000) houve uma diminuição de 49% das áreas de cobertura florestal nativa, ou seja, cerca de 170 km² para 89 km², enquanto a vegetação antropizada conhecido cinturão verde, cresceu cerca de 21% em 2000 comparativamente a 1975 (de 70 para 80 km²)” .

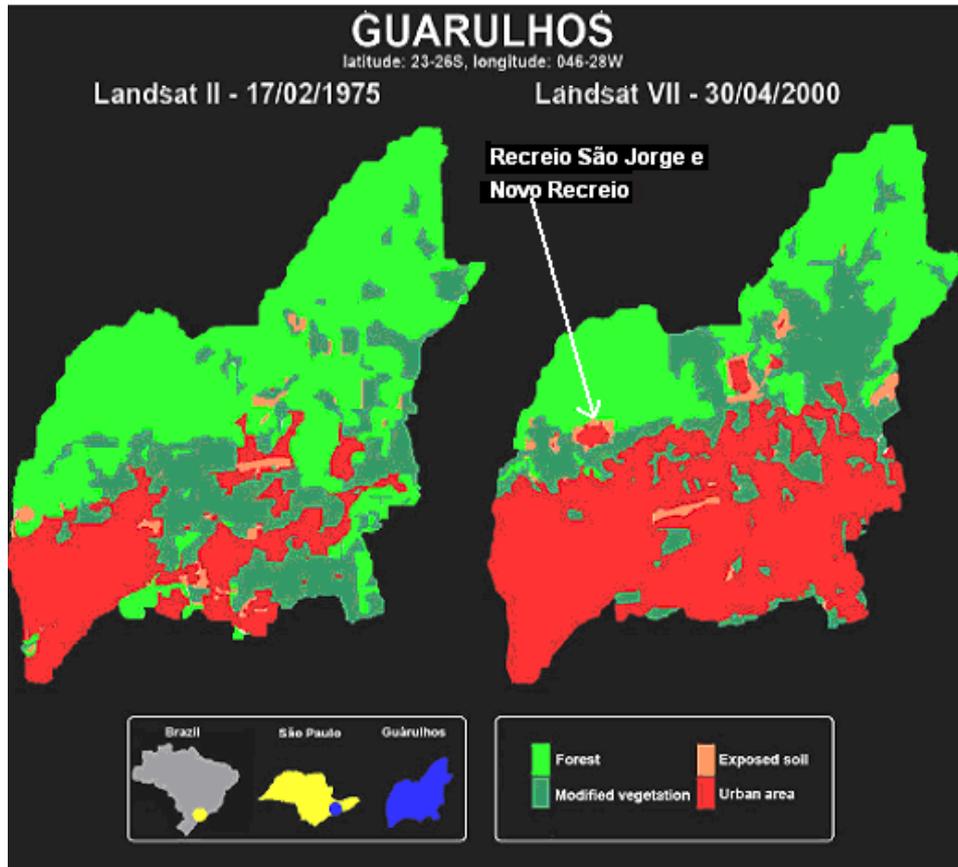


FIGURA 17 - MAPEAMENTO DE SUPERFÍCIE DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS ÁREA URBANIZADA ENTRE OS ANOS DE 1975 E 2000

Fonte: Gonçalves, S.E et al. O uso do monitoramento espaço-temporal da expansão urbana no diagnóstico de áreas passíveis de risco epidemiológico peçonhento em Guarulhos, SP. Brasil (2007, p.4)

Atualmente, cerca de 30% do território de Guarulhos é coberto por florestas (figura 17), sendo o Núcleo Cabuçu com 2.619,4 mil ha, uma Área Tombada da Reserva Estadual da Cantareira, Resolução da Secretaria de Estado da Cultura 18/83, Lei Estadual 10.228/68.

Um desses extremos é a própria Serra da Cantareira, que vem sendo invadida a cada ano por pessoas que não conseguem locais para viver mais próximos ao centro, onde ainda se concentram as maiores oportunidades de empregos formais ou informais.

As áreas serranas têm papel fundamental como áreas de nascentes formando importantes mananciais de água para o município, onde também encontramos a presença marcante de extensas manchas de Mata Atlântica de beleza exuberante.

A Serra da Cantareira estende-se ao longo dos limites com Mairiporã, Nazaré Paulista e Santa Izabel, com nomes locais de Serra do Pirucaia, do Bananal, de Itaberaba ou do Gil, sendo considerado como o bioma com maior fonte de recursos hídricos do estado de São Paulo, responsável pelo abastecimento de 60% da RMSP.

Está protegida pelo Código Florestal, Lei Federal no. 4.771/65, Decreto Estadual 41.626/83, Área de Proteção de Mananciais Lei Estadual 898/75 e 1.172/76, foi também declarada como Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo pela UNESCO em 09/06/94.

O projeto de Lei municipal 113/06, finalmente foi transformado em Lei em abril de 2007, a Lei municipal 6253/07, que regulamenta o uso, ocupação e ordenamento do solo da cidade, onde criou a ZEPAM – Zona Preservação Ambiental que futuramente poderá se transformar em APA Cabuçu-Tanque Grande.

Outro fator que limita a expansão urbana para o Norte do município é o relevo que se encontra sob o domínio do Planalto Atlântico apresentando os seguintes tipos de relevo: várzeas, planícies aluviais, colinas, morros e serras. Verifica-se a existência de rochas cristalinas, solos rasos, substrato cristalino pouco permeável, ocorrendo inclusive várias pedreiras e aterro sanitário (Quitaúna e CDR), contribuindo com os impactos ambientais da região.

Com base nas características geomorfológicas (Emplasa), em especial a topografia e os tipos de solos, as terras em Guarulhos podem ser agrupadas em quatro conjuntos quanto à disponibilidade para assentamento urbano, considerando,

principalmente, questões como a necessidade de movimentação de terra, problemas de erosão, escorregamentos de solo e rocha e as enchentes (figura 18).

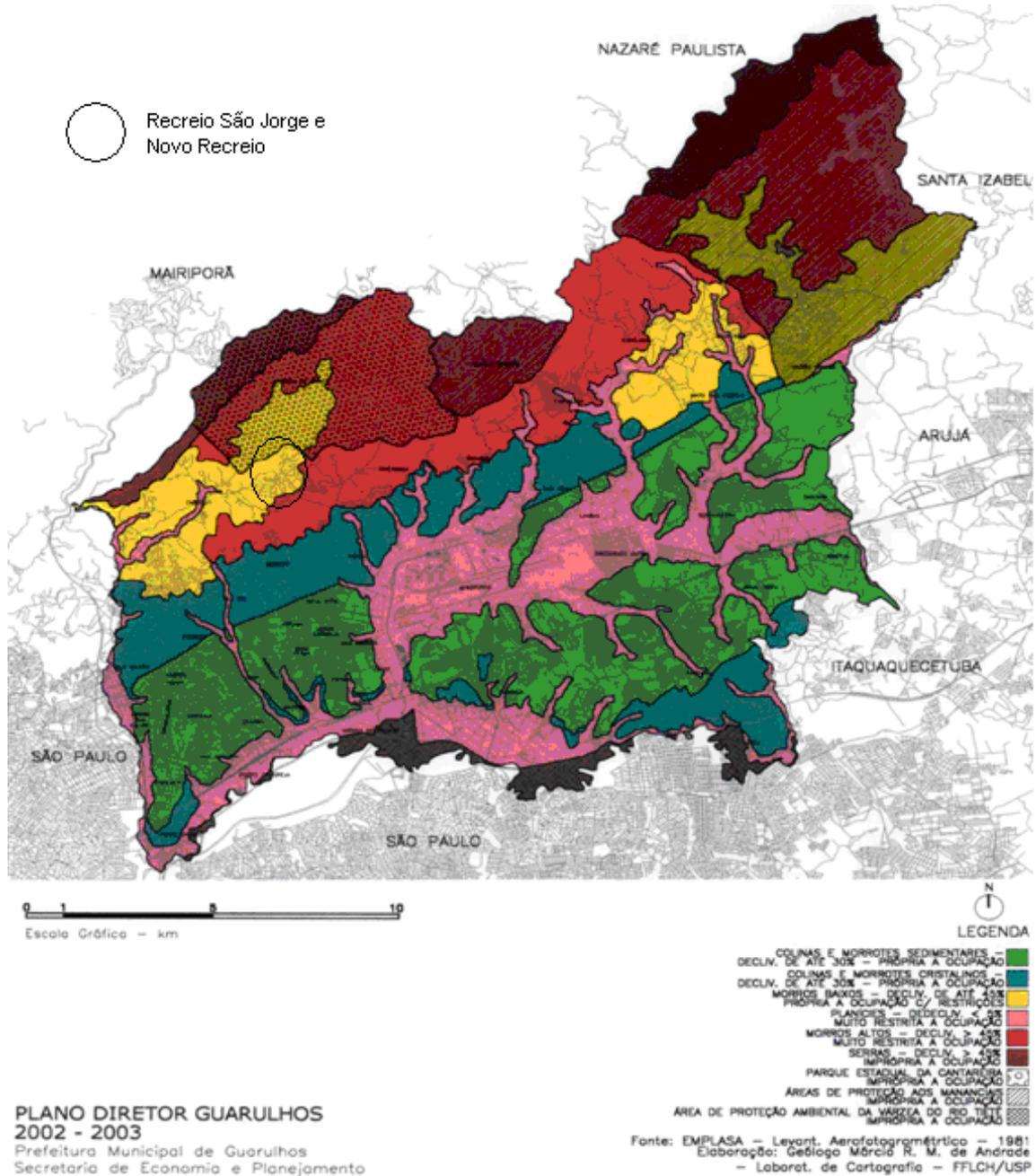


FIGURA 18 - APTIDÃO PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS

Fonte: Plano Diretor de Guarulhos 2002-2003/Emplasa

Esses conjuntos são os seguintes:

- Áreas próprias à ocupação urbana – colinas e marrotes onde as declividades não excedem 30% e as amplitudes topográficas (altitudes) não excedem 60 metros;
- Áreas próprias à ocupação com restrições – morros baixos onde as declividades não excedem 45% e as amplitudes topográficas não excedem 100 metros;
- Áreas muito restritas à ocupação – morros altos onde as declividades são superiores a 45% e as amplitudes topográficas atingem até 150 metros. Incluem-se ainda as planícies fluviais onde se encontram as várzeas que possuem declividades inferiores a 5%;
- Áreas impróprias à ocupação – correspondem ao relevo serrano onde as declividades são superiores a 45% e as amplitudes topográficas são superiores a 300 metros.

Os loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio encontram-se localizados em áreas que apresentam até 45% de declividade com restrições à ocupação, avançando para as áreas acima de 45% de declividade, impróprias e muito restritas ao adensamento, cuja hipsometria dos loteamentos variam de 760 a 1200 m de altitudes (figura 19).

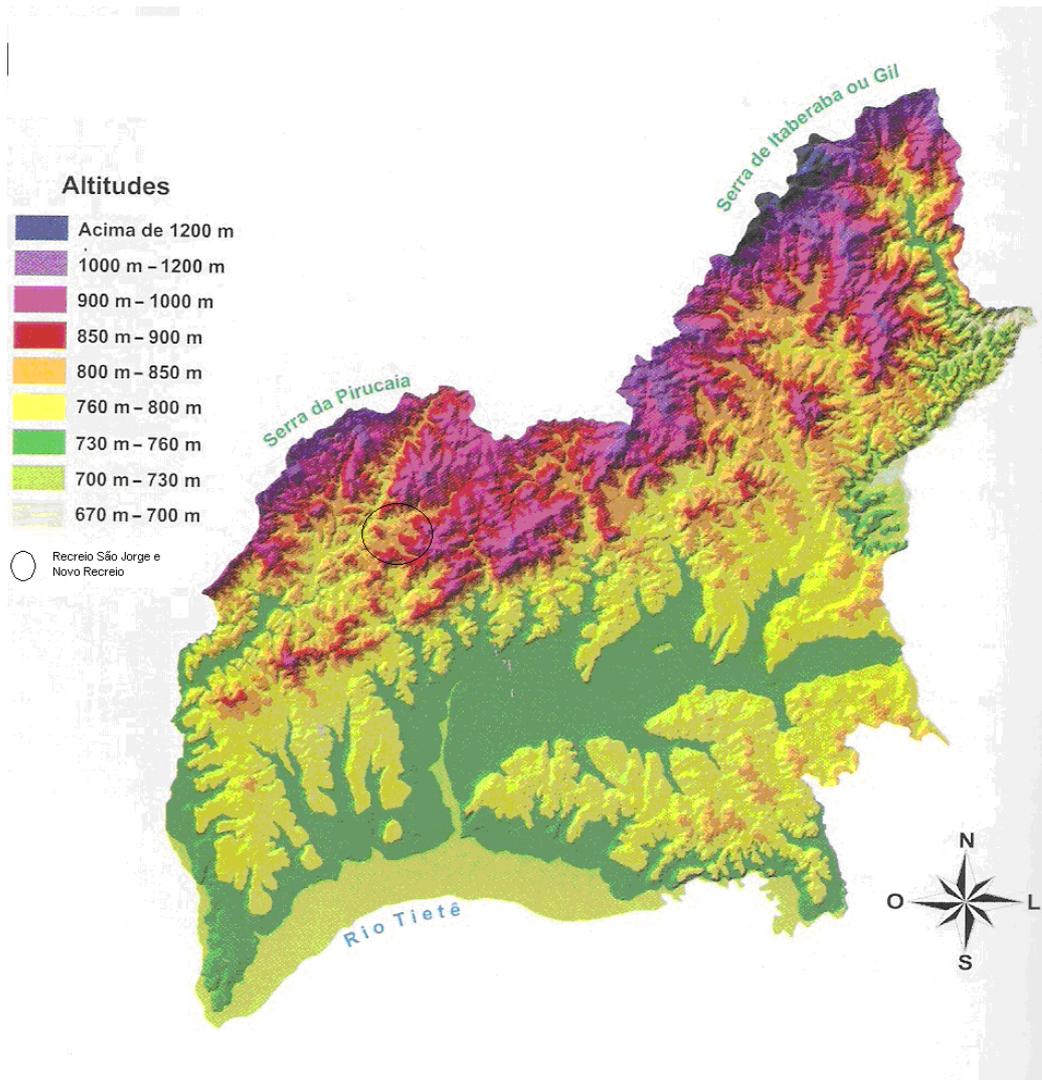


FIGURA 19 – HIPSOMETRIA DE GUARULHOS

Fonte: laboratório de Geoprocessamento – UNG

Revista Guarulhos espaço de muitos povos, 2007, 1ª. Edição, P.14

A ocupação em morros significa quase sempre áreas de risco, devido às formas de apropriação do solo, e carência de infra-estrutura. Este processo sempre envolve desmatamento, cortes inadequados e outras atividades que provocam profundas alterações e danos não só de ordem ambiental, mas também social, pois além de provocar grandes desequilíbrios à natureza, coloca inúmeras famílias em situação de risco de escorregamento e de inundações.

Em 2000, o Censo já indicava que no município havia 126.910 habitantes vivendo em áreas de riscos naturais. Os bairros com maior percentual estão

localizados na região Norte do município, sendo o Cabuçu com 20.244 habitantes; Fortaleza com 6.165 habitantes; Invernada com 4.620 habitantes; Mato das Cobras com 3.809 habitantes e Morro Grande com 212 habitantes (gráfico 4). Esses bairros apresentavam restrições para ocupação por declividade, mananciais e irregularidade fundiária.

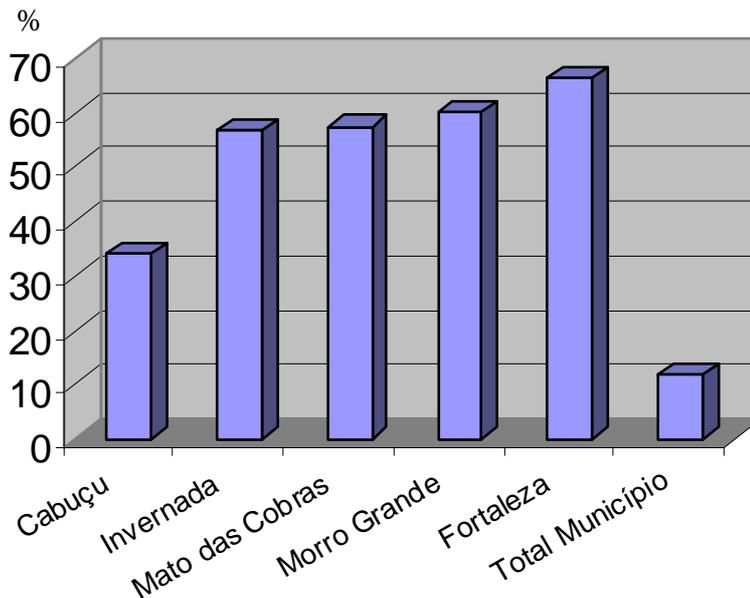


GRÁFICO 4 - BAIRROS DA ZONA NORTE EM ÁREAS DE RISCOS DE ESCORREGAMENTOS

Fonte IBGE, Censo 2000.

Elaborado por: Uzan, Elenice da Fonseca, 2007

Até 2004 existia um grupo de funcionários da Prefeitura Municipal responsável para dar atendimento à população das áreas de riscos, mas no caso da ocorrência do evento. Com a criação da Secretaria da Defesa Civil em 2004, por meio da Lei no. 6007 tornaram-se mais efetiva sua atuação, pois além de um estudo de diversas regiões do município, identificando as áreas mais críticas, há um acompanhando mais rigoroso, principalmente no período do verão.

Em 2004, a Secretaria da Defesa Civil de Guarulhos analisou 2.275 moradias em vários pontos do município, cujos riscos ambientais presentes nas áreas

estudadas são resultantes da relação entre as características do meio físico, os processos de ocupação urbana e a vulnerabilidade extrema dos moradores.

Deste total, 1850 estão sujeitas a processos de instabilização de taludes em encostas e 425 por processos associados ao fluxo dos córregos (figura 20).

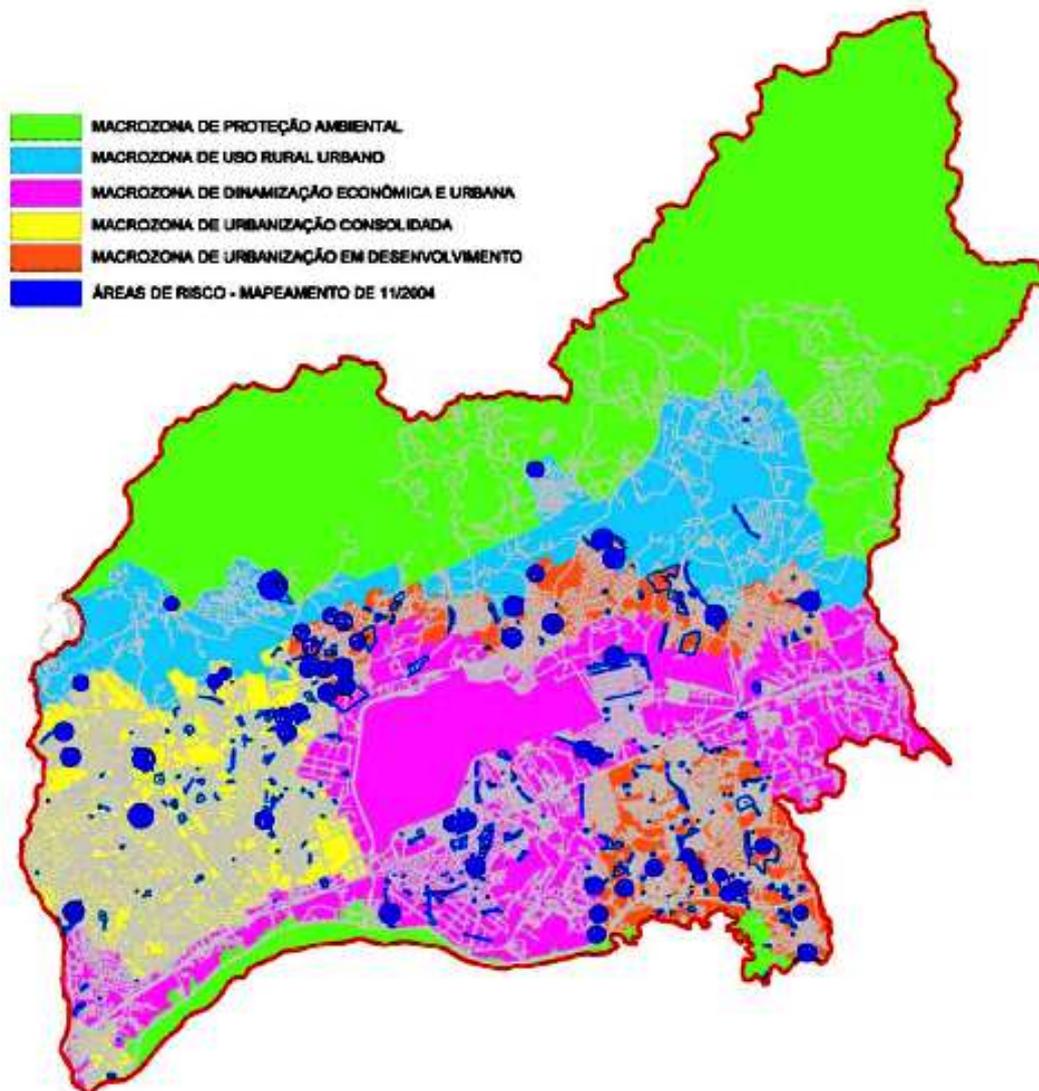


FIGURA 20 – PLANO DIRETOR - ÁREAS DE SITUAÇÃO DE RISCOS.
 Plano Diretor do Município 2004/Prefeitura Municipal de Guarulhos

Nas áreas de riscos identificadas no Plano Diretor vigente desde 2004, de acordo com o estudo da Secretaria da Defesa Civil, é na Macrozona de urbanização em desenvolvimento que apresenta maior número de áreas de riscos, total de 26, porém de solapamento (tabela 7).

MACROZONAS	ÁREAS DE RISCOS
MACROZONA DE URBANIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ¹	26
MACROZONA DE URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA ²	15
MACROZONA DE DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E URBANA ³	8
MACROZONA DE USO RURAL-URBANO ⁴	4
MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	-
TOTAL	53

TABELA 7 – ÁREAS DE RISCOS NAS MACROZONAS - 2004

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarulhos/Defesa Civil/Rosa e Bindone Engenharia Ltda.

Nesta dissertação, a ênfase será dada aos processos de instabilização de taludes de encostas, pois os loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio se enquadram neste contexto.

O mapeamento de risco é uma ferramenta importante para o gerenciamento do risco que permite a identificação dos locais de maior ou menor probabilidade de ocorrências. Com ele várias medidas preventivas podem ser tomadas, reduzindo o risco e melhorando a eficiência do serviço público no município.

A tabela 08 apresenta os critérios utilizados pela Secretaria da Defesa Civil em conformidade com o Ministério das Cidades, para definir o grau de probabilidade de ocorrência, intensidade e tipos de riscos.

¹ A Macrozona de Urbanização em Desenvolvimento é composta de áreas que requeiram melhorias urbanas significativas em vista de: I – necessidade de infra-estrutura básica, II grande incidência de loteamentos clandestinos e/ou irregulares e favelas.

² A macrozona de Urbanização Consolidada caracteriza-se por áreas dotadas de média ou boa infra-estrutura urbana com alta incidência de usos habitacionais, comércio e prestação que requeiram uma qualificação urbanística, têm maior potencialidade para atrair investimentos imobiliários e produtivos e tendência a estabilidade ou até ao esvaziamento populacional.

³ A macrozona de Dinamização Econômica e Urbana é composta por áreas de uso predominantemente industrial, comercial e de serviços, com potencialidade de atrair investimentos imobiliários e produtivos, nas quais há moradias com alta incidência de terrenos vazios e subutilizados ou áreas de circulação e preservação ocupadas, possuindo infra-estrutura deficiente e sob forte influência do aeroporto internacional.

⁴ A macrozona de Uso Rural-Urbano é composta por áreas com características rurais, existência de núcleos urbanos, baixa densidade populacional, rede precária de infra-estrutura e predominantemente ocupadas por habitações de população de baixa renda ou áreas com características rurais incrustadas em regiões urbanas.

Grau de probabilidade	Descrição
R1 Baixo	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de baixa potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. Não há indícios de desenvolvimento de processos de instabilização de encostas e de margens de drenagens. É a condição menos crítica. Mantidas as condições existentes, não se espera a ocorrência de eventos destrutivos no período de um ciclo chuvoso.
R2 Médio	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de baixa potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. Observa-se a presença de alguma(s) evidência(s) de instabilidade (encostas e margens de drenagens) porém incipiente(s) . Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de um ciclo chuvoso.
R3 Alto	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. Observa-se a presença de significativa(s) evidência(s) de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, etc.) Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de um ciclo chuvoso.
R4 Muito Alto	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. As evidências de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de escorregamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação ao córrego, etc.) são expressivas e estão presentes em grande número e/ou magnitude . É a condição mais crítica. Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de um ciclo chuvoso.

TABELA 08 - CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DO GRAU DE PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DE PROCESSOS DE INSTABILIZAÇÃO DO TIPO DE ESCORREGAMENTOS EM ENCOSTAS OCUPADAS E SOLAPAMENTO DE MARGENS DE CÓRREGOS

Fonte: Secretaria da Defesa Civil de Guarulhos, disponível em CD room, 2004.

De acordo com o critério de grau de probabilidade de ocorrência do evento, o R4 (muito alto) é a situação mais crítica, onde as possibilidades de deslizamentos são maiores, principalmente em períodos de chuvas intensas e prolongadas, em alguns casos já indica a necessidade de remoção das famílias.

Mesmo nos critérios de menor intensidade como o R1 (Baixo), R2 (Médio) e R3 (Alto), que sugere intervenção menos demorada, como limpeza, drenagem, obras de terraplenagem, nota-se que pouco tem feito.

Na tabela 9, apresenta-se o tipo de intervenção, ou seja, as medidas que podem ser tomadas prevenindo ou minimizando o risco.

TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO
SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECUPERAÇÃO	Serviços de limpeza de entulho, lixo, etc. Recuperação e/ou limpeza de sistemas de drenagem, esgotos e acessos. Também incluem obras de limpeza de canais de drenagem. Correspondem a serviços manuais e/ou utilizando maquinário de pequeno porte.
OBRAS DE DRENAGEM SUPERFICIAL, PROTEÇÃO VEGETAL (GRAMÍNEAS) E DESMONTE DE BLOCOS E MATAÇÕES	Implantação de sistema de drenagem superficial (canaletas, rápidos, caixas de transição, escadas d'água, etc.). Implantação de proteção superficial vegetal (gramíneas) em taludes com solo exposto. Eventual execução de acessos para pedestres (calçadas, escadarias, etc.) integrados ao sistema de drenagem. Proteção vegetal de margens de canais de drenagem. Desmonte de blocos rochosos e matações. Predomínio de serviços manuais e/ou com maquinário de pequeno porte.
OBRAS DE DRENAGEM DE SUBSUPERFÍCIE	Execução de sistema de drenagem de subsuperfície (trincheiras drenantes, DHP, poços de rebaixamento, etc.). Correspondem a serviços parcial ou totalmente mecanizados.
ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO LOCALIZADAS OU LINEARES	Implantação de estruturas de contenção localizadas, como chumbadores, tirantes, microestacas e muros de contenção passivos de pequeno porte ($h_{max} = 5$ m e $l_{max} = 10$ m). Obras de contenção e proteção de margens de canais (gabiões, muros de concreto, etc.). Correspondem a serviços parcial ou totalmente mecanizados.
OBRAS DE TERRAPLENAGEM DE MÉDIO A GRANDE PORTE	Execução de serviços de terraplenagem. Execução combinada de obras de drenagem superficial e proteção vegetal (obras complementares aos serviços de terraplenagem). Obras de desvio e canalização de córregos. Predomínio de serviços mecanizados.
ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO DE MÉDIO A GRANDE PORTE	Implantação de estruturas de contenção de médio a grande porte ($h > 5$ m e $l > 10$ m), envolvendo obras de contenção passivas e ativas (muros de gravidade, cortinas, etc.). Poderão envolver serviços complementares de terraplenagem. Predomínio de serviços mecanizados.
REMOÇÃO DE MORADIAS	As remoções poderão ser definitivas ou não (para implantação de uma obra, por exemplo). Priorizar eventuais relocações dentro da própria área ocupada, em local seguro.

TABELA 09 - TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES VOLTADAS À REDUÇÃO DE RISCOS ASSOCIADOS A ESCORREGAMENTOS EM ENCOSTAS OCUPADAS E A SOLAPAMENTOS DE MARGENS DE CÓRREGOS

Fonte: Secretaria da Defesa Civil de Guarulhos, disponível em CD room, 2004.

Na tabela 10, encontra-se os bairros que deverão ser atendidos com prioridade, destacando-se os loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio entre as prioridades (1, 7, 16 e 31).

Ordem de prioridade	Número e nome da área	Setor
1	23 a. JARDIM NOVO RECREIO / RECREIO SÃO JORGE	1 e 2
2	52. JARDIM FORTALEZA	1 e 2
3	17-18- PARQUE MIKAIL R. Lázaro de Almeida Campos – R. Natal Del Buoni	1 e 2
4	4. PARQUE SÃO RAFAEL JD. VILA GALVÃO	1 e 2
5	26. JARDIM CUMBICA II Rua Alvarenga	1 e 2
6	43. JD. PARQUE S. LUIS / COCHO VELHO	1
7	23 c. JARDIM NOVO RECREIO R. Renascença	1
8	24. JARDIM CUMBICA / BAQUIRIVU	1
9	47. CIDADE SOBERANA	1
10	53. JARDIM PALMIRA	1
11	8. SÍTIO DOS MORROS 1	1 e 2
12	9. SÍTIO DOS MORROS 2	1
13	19. PARQUE MIKAIL	1 e 2
14	44. JD. PRESIDENTE DUTRA – MORRO DO PIOLHO	1 e 2
15	25. RUA ESTRELA D'ALVA E ARGIRITA	1
16	23d. JARDIM NOVO RECREIO	1
17	13a . JARDIM SANTA INÉS	1
18	15-16. JD. PARAISO 1 e 2	1
19	20. PARQUE PRIMAVERA	1 e 2
20	2. VILA CAMBARA	1
21	13b. JARDIM SANTA INÉS	1
22	41. JD. JACI	1
23	54. JD. DONA MERI II	1
24	30. JD. ARAPONGAS	1
25	32-36-38. CIDADE TUPINAMBÁ 1, 2 e 3	1
26	34-35. JD. MONTE ALEGRE I e II	1
27	27. JD. CUMBICA	1
28	12. JARDIM SANTA MARIA	2
29	2. VILA CAMBARA	2
30	13b. JARDIM SANTA INÉS	2
31	23b. JARDIM NOVO RECREIO	1
32	1. JARDIM MONTE ALTO	1

TABELA 10 - ORDEM DE PRIORIDADE E OS BAIRROS EM ÁREAS DE RISCOS

Fonte: Divisão Técnica do Departamento de Assuntos Legislativos – Prefeitura Municipal de Guarulhos – Projeto de Lei – LUOS – www.ministeriodascidades.com.br

Para tentar amenizar esta questão, o Município com o objetivo de obter recursos junto ao governo federal, apresentou ao Ministério das Cidades, o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), em 2004, considerado como uma diretriz importante para a política habitacional.

Por muitos anos, a cidade conviveu com instrumentos atrasados e incompatíveis com a realidade existente. É notável nas leituras sobre a cidade, que o interesse de uma minoria prevaleceu sobre o da maioria.

Em 2004 foi aprovada a Lei 6055, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos, até então o instrumento que vigorava era o Plano Diretor, Lei 1.689 de 30 de dezembro de 1971, quando se criou o “Plano Diretor Integrado do Município de Guarulhos”, onde muitas problemáticas, como a questão de áreas de riscos nem existiam.

A Lei de zoneamento que vigorava até o mês de abril de 2007, era a 4818/96, onde a questão de risco, por exemplo, era pouco tratada. Recentemente, foi aprovada a Lei 6253/07 (figura 21) com a finalidade de disciplinar o uso, a ocupação e o parcelamento do solo no Município, em conformidade com a Lei 6055/04, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social. (art. 1º.)

Apesar que, isso não impedia que o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, fosse colocada em prática, uma vez que prevê o aprimoramento da gestão urbana, redução de riscos à saúde e de riscos naturais no contexto urbano, como a criação das ZEIS⁵.

Além da análise do espaço, paisagem, território e lugar, é necessário adequar o espaço, por meio da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor, bem como promover programas habitacionais para pelo menos amenizar os problemas socioambientais.

⁵ ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

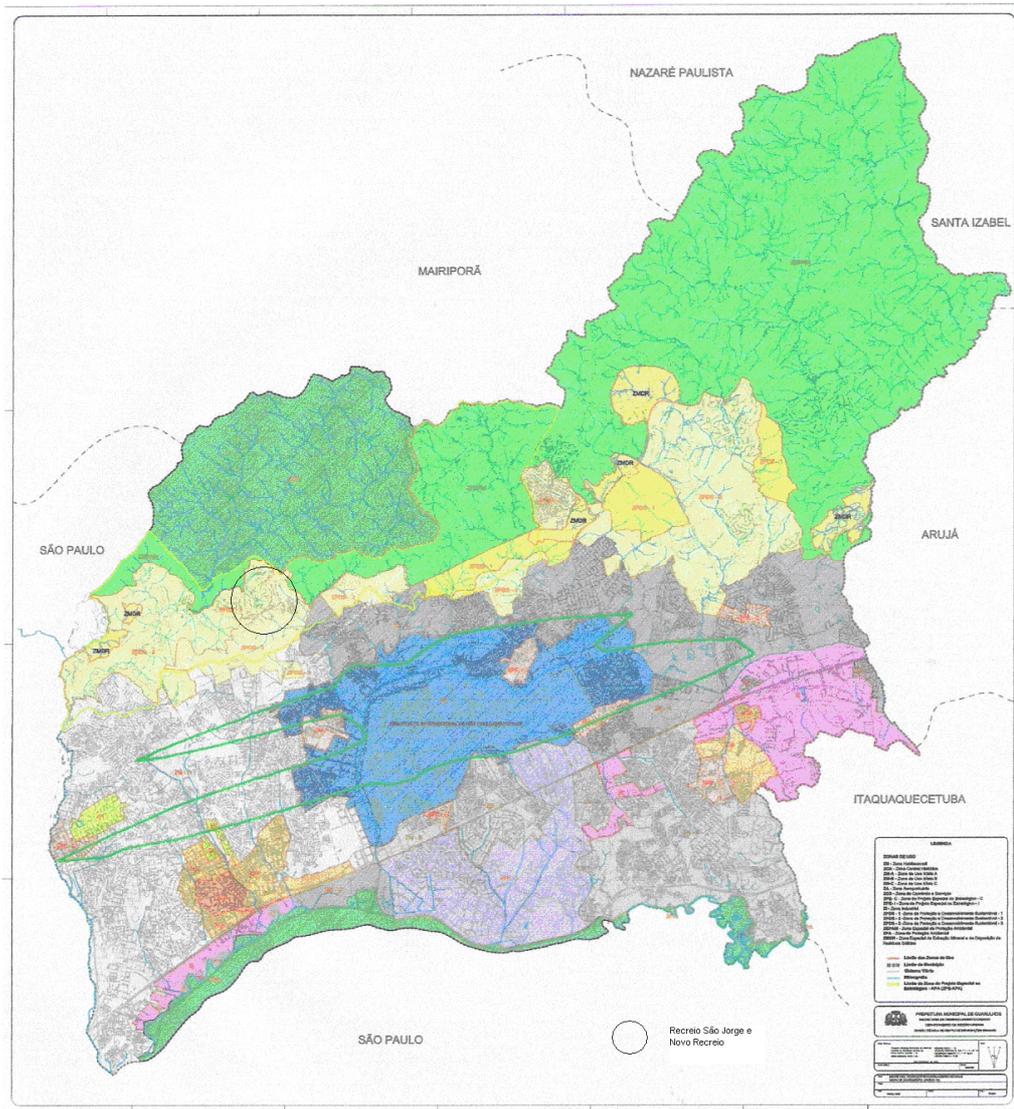


FIGURA 21– USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO - GUARULHOS
Lei 6253/07 – PMG

3.3 – Dimensões sociais e políticas públicas do município

A vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, com causas e conseqüências distintas, por meio desses índices é possível ter uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem os vários segmentos populacionais, bem como das possibilidades de sua superação ou minimização (Seade).

Vários são os elementos que podem ser confrontados, como condições de trabalho, renda, escolaridade, condições de vida, ente outros. Um desses elementos relaciona-se com as diversas formas de fragmentação urbana existentes nas grandes cidades e áreas metropolitanas. Essas, expressas em níveis crescentes de segregação residencial, constituem um dos determinantes do processo de manutenção e reprodução da pobreza e da desigualdade social. A diferenciação entre áreas intra-urbanas, em termos de infra-estrutura, segurança, disponibilidade de espaços públicos, etc. influencia os níveis de bem-estar de indivíduos e famílias e sua ausência pode gerar desintegração e marginalidade social. Em sua forma extrema, a segregação residencial cria “guetos” de famílias pobres ou que comungam de determinadas características que as tornam vulneráveis à pobreza e, no outro extremo, produz as áreas que concentram as parcelas da população com altíssimos níveis de riqueza.

Analisando as condições de vida da população da cidade por meio do IPVS⁶ 2000 (tabela 11), onde mostra que o rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios era de R\$ 763,00, sendo que 49,3% do total ganhavam no máximo até 3 salários mínimos e mulheres responsáveis pelo rendimento correspondiam a 23,5% do total.

A população que estavam no grupo 5 (alta vulnerabilidade) eram 24.814 pessoas (2,3% do total) apresentaram rendimentos de R\$ 430,00, sendo que 24,1% eram mulheres as responsáveis pelo rendimento, enquanto que no grupo 6 (muito

⁶ O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), criado pelo Seade, foi solicitado pela Assembléia Legislativa do Estado, em 2000, com a finalidade de se criar indicadores que expressassem o grau de desenvolvimento econômico e social dos municípios do Estado de São Paulo. Este índice permite ao gestor e à sociedade um conhecimento maior das condições de vida da população, tornando-se um instrumento importante para nortear as políticas públicas. 1 Nenhuma Vulnerabilidade; 2 Muito Baixa; 3 Baixa; 4 Média; 5 Alta; 6 Muito Alta.

Alta) com 134.095 pessoas (12,6% do total) apresentaram rendimentos de R\$ 325,00 sendo 21,3% as mulheres responsáveis pelo rendimento.

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1 Nenhuma Vulnerabilidade	2 Muito Baixa	3 Baixa	4 Média	5 Alta	6 Muito Alta	
População Total	36.504	133.043	265.730	473.582	24.814	134.095	1.067.768
Percentual da População	3,4	12,5	24,9	44,4	2,3	12,6	100,0
Domicílios Particulares	11.620	38.680	74.507	124.705	6.334	33.886	289.732
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,1	3,4	3,6	3,8	3,9	3,9	3,7
Responsáveis pelo Domicílio Alfabetizados (%)	99,3	96,5	95,0	91,7	86,0	83,2	92,4
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	83,0	55,8	49,6	33,9	25,9	19,2	40,9
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	11,2	8,0	7,2	5,7	4,8	4,3	6,4
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2000)	2.370	1.206	903	528	430	325	763
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	11,9	32,1	38,7	56,0	66,1	77,4	49,3
Responsáveis com Idade entre 10 e 29 Anos (%)	12,8	8,8	14,6	22,9	15,4	27,6	18,9
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	43	49	44	40	43	38	42
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	24,4	28,4	25,6	21,2	24,1	21,3	23,5
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	7,9	5,9	8,3	11,6	9,8	14,0	10,2

TABELA 11 - INDICADORES QUE COMPÕEM O ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL – IPVS - GUARULHOS – CENSO 2000

Fonte: IBGE 2000/Seade

Na figura 22 do IPVS 2000 de Guarulhos, constatou que os bairros inicialmente ocupados e próximos de São Paulo, são os que apresentam melhores condições de habitabilidade, com rendas maiores.

Os dois grupos (5 e 6) predominam na parte Norte do município, ou seja, em áreas que vem sendo intensificamente ocupadas, sendo áreas de proteção ambiental e de restrições à ocupação, devido à declividade. A região no entorno do aeroporto (grupo 6) parte é constituída de favelas, onde parcela da população trabalha exercendo funções com pouca ou sem nenhuma qualificação.

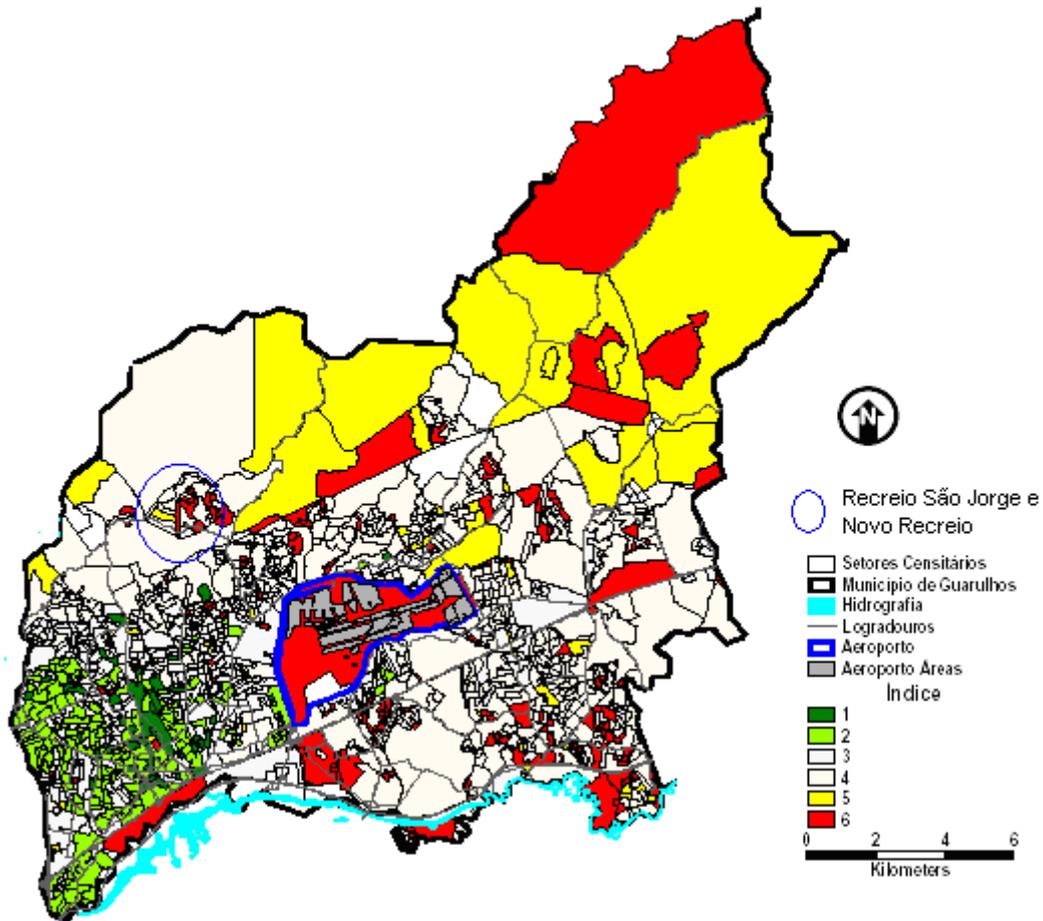


FIGURA 22 - ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL DE GUARULHOS

Fonte: IBGE, Censo 2000 – Fundação Seade.

Mesmo o município apresentando crescimento econômico superior a nível estadual, a renda média é inferior à média da RMSP e do estado de São Paulo como demonstrado no gráfico 5.

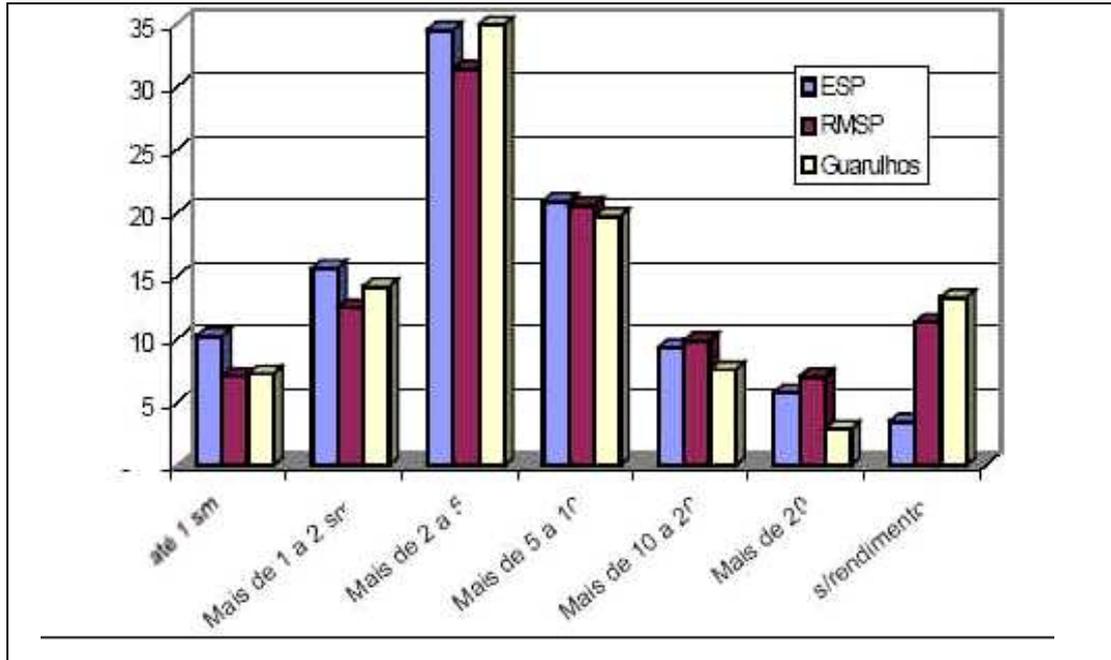


GRÁFICO 5 - RENDIMENTO MÉDIO DO CHEFE DO DOMICÍLIO - 2000

Fonte: IBGE – Censo 2000

Ao comparar os gráficos 6 e 7 do rendimento dos chefes de família, conforme os dados do Censo de 1991 e 2000 do município nota-se que a parcela da população sem rendimentos aumentou, de 6% em 1991, para 13% em 2000 e os que recebiam até três salários mínimos em 1991 (27%), passou em 2000 para 36% e os que ganhavam acima de 3 salários foram reduzidos. Isso significa que, enquanto o município cresce economicamente, a sua população vem empobrecendo.

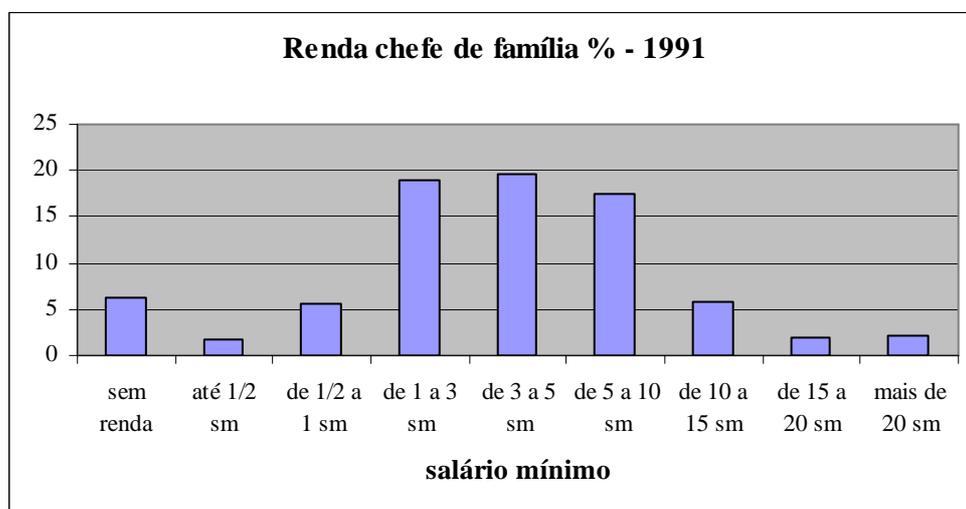


GRÁFICO 6 – RENDA CHEFE DE FAMÍLIA - 1991

Fonte: IBGE censo 1991

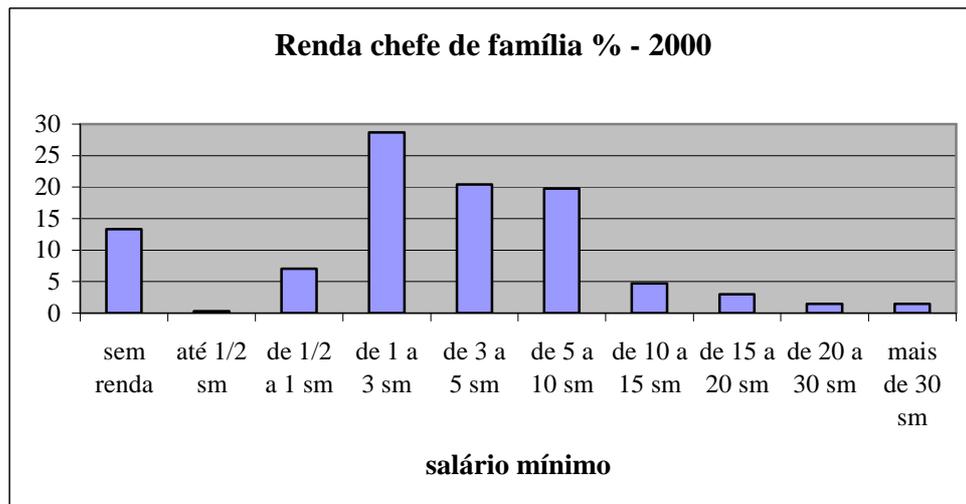


GRÁFICO 7 – RENDA CHEFE DE FAMÍLIA 2000

Fonte: IBGE – Censo 2000

Além da renda de grande parte da população não ser compatível aos programas habitacionais e à escassez de construção de moradia voltada para esta parcela da população, como será visto mais adiante nesta dissertação. Outro enclave são as divisões adotadas pelo município. Na figura 23, foram identificados os 47 bairros de acordo com a divisão regional natural.

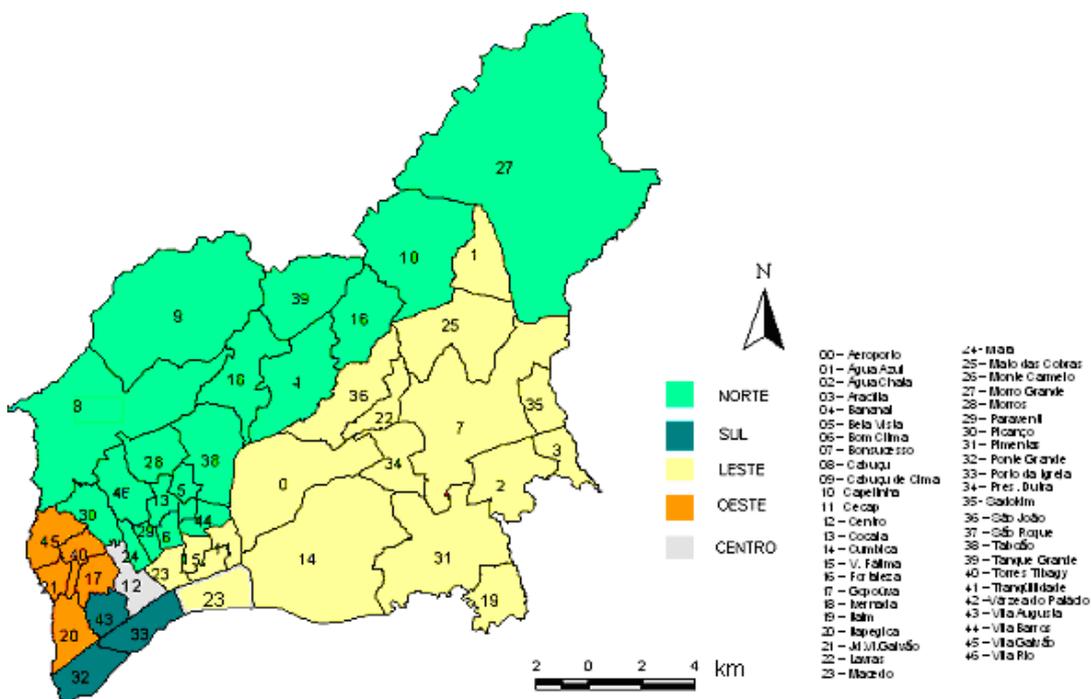


FIGURA 23 - DIVISÃO REGIONAL DE GUARULHOS

Fonte IBGE / Organizado por Uzan, Elenice da Fonseca

Estas apresentam disparidades entre os bairros da mesma região e no interior de cada bairro, que são subdivididos em microrregiões heterogêneas, recebendo diversas denominações “gleba”, “loteamento”, “Parque”, “Vila”, “Cidade”, “Jardim” ou até mesmo “bairro”.

A partir dos dados da tabela 11 (IPVS), foi feita uma análise comparativa entre os bairros da região Norte do município, com base nos dados do Censo 2000, quanto à renda e à infra-estrutura básica (água, rede de esgoto e coleta de lixo). Foi selecionada a zona norte, pois os loteamentos Recreio São Jorge e Novo Recreio localizam-se nessa área, além de outros bairros estarem inseridos em área de mananciais e de proteção ambiental (gráfico 8).

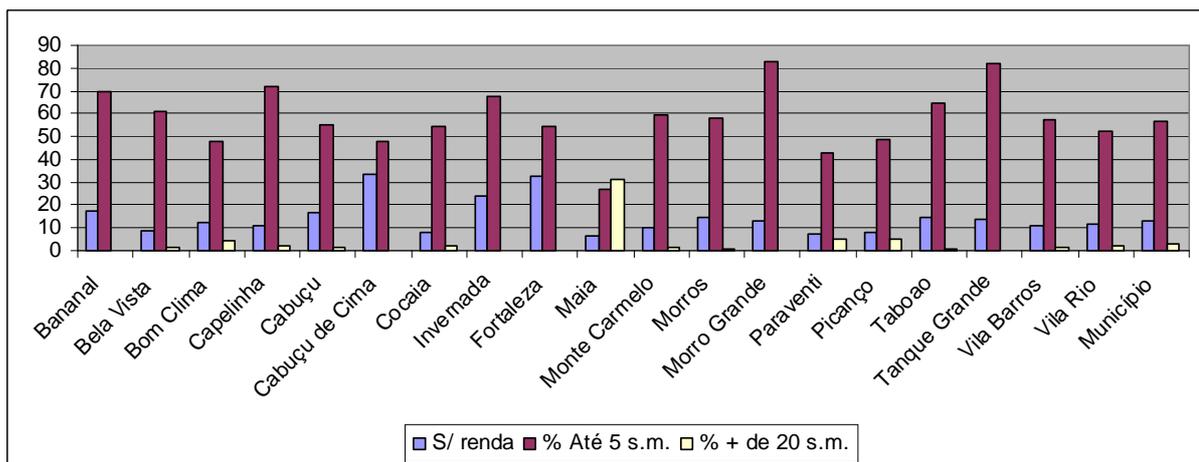


GRÁFICO 08 - COMPARATIVO DE RENDA – BAIROS DA ZONA NORTE

Fonte: Censo 2000 – organizado pela autora

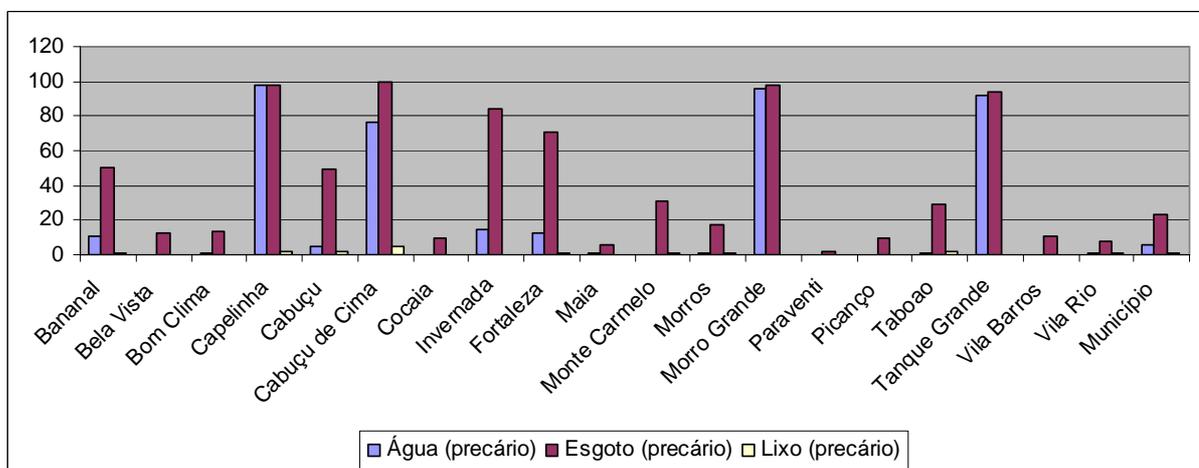


GRÁFICO 09 - COMPARATIVO DE INFRA-ESTRUTURA – BAIROS DA ZONA NORTE

Fonte: Censo 2000 – organizado pela autora

Com essa análise constatou-se que, enquanto o bairro do Maia apresenta 31,35% de sua população com ganhos acima de 20 salários mínimos, quando a média do município é de 2,92%, enquanto que, outros bairros não chegam a 1% como Bananal, Fortaleza, Morros, Morro Grande e até mesmo o Taboão que é o bairro mais industrializado dessa região, além de apresentar 28,58% sem rede de esgoto e 56,15% da população ganham até 3 salários mínimos (gráfico 9).

No Cabuçu, onde se encontra áreas de mananciais e de proteção ambiental, 16,76% não apresentam rendimentos, 51,67% ganham até 3 salários mínimos, com 48,98% sem rede de esgoto, porém somente 5,26% não são atendidos com água.

Nos dados constantes na tabela 12, procurou-se analisar os bairros que apresentam maiores percentuais de população em situação de riscos de escorregamentos, procurando compreender em quais condições socioeconômicas esta população se encontra.

Bairro	População total	Nr.de habitantes	%	s/rend a	Até 5 s.m.	+ 20 s.m.	Água precário	Esgoto precário	Lixo precário
Cabuçu	59.675	20.244	33,93	16,73	54,88	1,19	5,26	48,98	1,64
Invernada	8.172	4.620	56,54	23,66	67,34	0,28	14,70	84,28	0,37
Mato das Cobras	6.636	3.809	57,41	25,48	45,27	0,06	85,64	94,92	0,63
Morro Grande	352	212	60,23	12,77	82,92	0	95,83	97,92	0
Fortaleza	9295	6.165	66,33	32,43	54,58	0,17	12,54	71,11	0,79
Total Município	1.072.717	126.910	11,83	13,33	56,72	2,92	5,49	23,35	1,19

TABELA 12 – BAIROS EM ÁREAS DE RISCOS – GUARULHOS

Organizado por: Elenice F.Uzan
Censo 2000

São bairros com elevado número de desempregados, elevado percentual de população com renda até 5 salários mínimos e a questão de esgoto em todos são problemáticas. No entanto, é ressaltado que, internamente, esses bairros apresentam grandes disparidades, a exemplo do Cabuçu, que alguns “loteamentos”

são servidos de infra-estrutura básica, além de a população possuir um padrão de vida melhor, o que altera os dados gerais do bairro.

Outra divisão adotada pelo município que também apresenta contradições é a dos setores administrativos.

Na tabela 13, verifica-se que, enquanto nos bairros do Cabuçu e dos Pimentas apenas 7% e 8% da população, respectivamente, pertencem às classes A e B, na Vila Galvão essa proporção é de 45%; enquanto nos Pimentas possui 45% da população pertencentes às classes D e E, a Vila Galvão possui 16% de sua população nesse estrato social, observa-se ainda que no bairro da Vila Galvão, está inclusa a Vila Rosália cuja população pertence à elite da cidade com ganhos acima de 20 salários mínimos.

No centro, a realidade encontrada também é parecida à da Vila Galvão, o bairro Maia apresenta 31,35% com renda acima de 20 salários mínimos e somente 6,27 % de desempregados, bem inferior à média do município que é 13,33%.

Classe	Bonsucesso	Cabuçu	Centro	Cumbica	Pimentas	São João	Taboão	Vila Galvão
A	1	-	7	2	-	-	1	7
B	14	7	34	17	8	16	25	38
C	49	49	41	43	48	42	48	39
D	35	42	16	36	41	40	25	15
E	1	2	1	2	4	2	1	1
Base	278	59	718	288	471	257	325	604

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR CLASSE ECONÔMICA NOS CENTROS ADMINISTRATIVOS⁷

Fonte: Pesquisa Educação 2000 – Guarulhos
Elaboração PMG-SEP

⁷ Os dados foram obtidos segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil, um sistema de classificação que tem como função estimar o potencial de consumo dos diferentes grupos urbanos. Essa classificação é obtida por meio de um sistema de pontuação, segundo a posse de itens no domicílio (televisão em cores, rádio, banheiro, automóvel, empregada mensalista, aspirador de pó, máquina de lavar, videocassete, geladeira, freezer) e grau de instrução do chefe de família.

O centro administrativo do Cabuçu, formado por dois bairros (Cabuçu e Cabuçu de Cima) apresenta diferentes realidades, enquanto que no Cabuçu existiam 59.675 habitantes (Censo 2000) encontrava-se no grupo de Altíssima Vulnerabilidade habitacional e no Cabuçu de Cima existiam 92 pessoas no grupo de Baixíssima Vulnerabilidade, além de sua paisagem predominante ser a Mata e Área de Proteção Ambiental.

O centro administrativo do Taboão é agrupado pelos bairros da Invernada, Taboão, Bela Vista e Morros. Ao analisar o índice de vulnerabilidade, verifica-se que, o Taboão está no grupo de Alta Vulnerabilidade, Invernada e Bela Vista (Baixa) e Morros (Média), além de serem bairros com taxas de desemprego superiores à do município que é de 13,33%..

Na figura 24, espacializando esta divisão, procurou estabelecer uma relação entre a divisão, os indicadores associados às condições de habitação e a produção de habitação. Nota-se que há diferenças sociais entre os bairros agrupados de cada divisão.

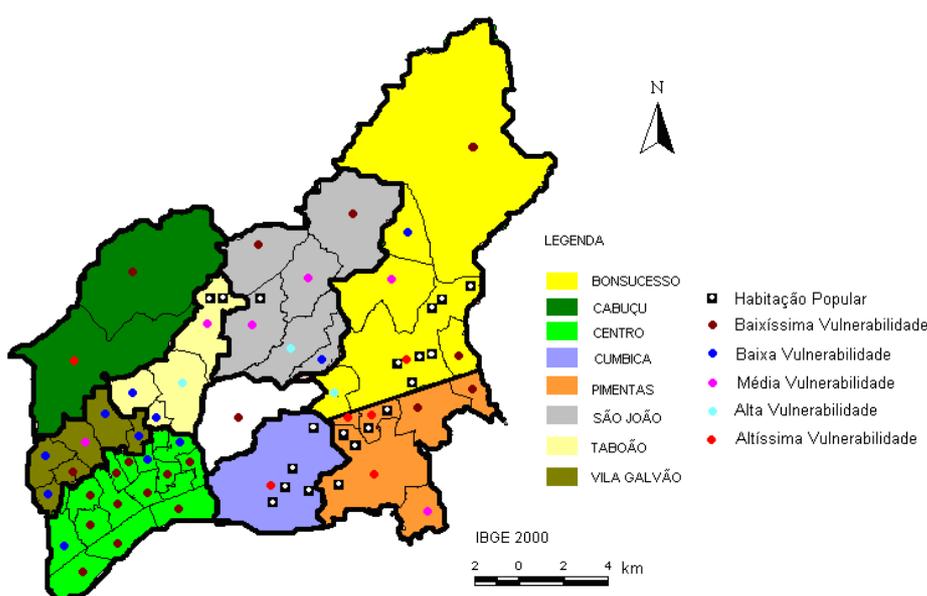


FIGURA 24 - CENTROS ADMINISTRATIVOS/CONDIÇÕES HABITACIONAL E PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR
Elaborado por: Uzan, Elenice da Fonseca, 2007

Os novos núcleos foram surgindo com características próprias, alguns problemas são semelhantes, porém outros não, portanto, para que os problemas urbanos sejam minimizados, torna-se necessário uma legislação de acordo com a realidade do espaço da cidade e que a Secretarias do Município desenvolvam um trabalho em conjunto, com a participação efetiva das comunidades afetadas.

Somente em 2007, Lei 6253 é que além de disciplinar os diferentes usos do solo, ocorreu uma nova divisão quanto a esses usos.

O art. 34 cria as Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS que correspondem às áreas em que é necessário ordenar a ocupação através da regularização urbanística e fundiária de assentamentos habitacionais, existentes e consolidados, bem como áreas livre onde haja interesse da Municipalidade em implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social para população de baixa renda, e subdividem-se em:

ZEIS-A: correspondem às áreas públicas ou privadas ocupadas por assentamentos habitacionais consolidadas, surgidos espontaneamente e ocupados sem título de propriedade por população de baixa renda, carentes de infra-estrutura urbana;

ZEIS-L: correspondem às áreas sobre as quais foram implantados loteamentos irregulares ou clandestinos, ocupados por populações de baixa renda, que se encontram consolidadas e que não atendem aos requisitos urbanísticos exigidos nas legislações pertinentes.

ZEIS-G: áreas livres ou glebas de terra não utilizadas, não edificadas ou subutilizadas, adequadas à implantação de programas habitacionais de interesse social para a população de baixa renda.

No parágrafo 3º. As ZEIS A e L, somente serão consideradas como novas zonas, se forem comprovadas sua existência, através de imagem satélite do ano 2005 de acordo com o acervo técnico municipal e o Plano de Urbanização deverá ser estabelecido através de lei específica, precedida de audiência pública.

Foi proposto através do projeto de Lei 085/2004, a criação das ZEIS, adequando-se ao Estatuto da cidade, no entanto, este item não foi incorporado na Lei 6055/2004, que instituiu o Plano Diretor atual, com a justificativa da necessidade de Lei específica. Foi então elaborado o projeto de Lei 113/06, aprovado em abril de 2007, Lei 6253/07, porém, ainda não se criaram planos específicos para estas áreas.

Na figura 25, das áreas da ZEIS-L, identificamos nossa área de estudo.

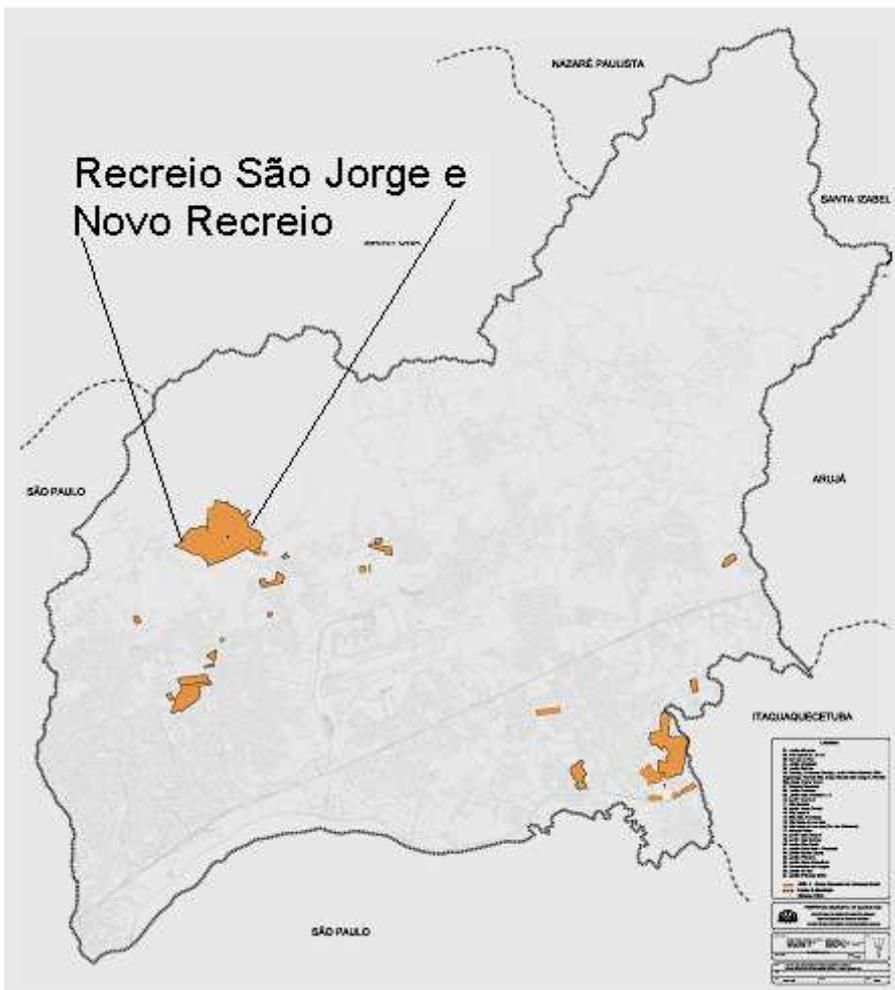


FIGURA 25 – MAPA DAS ZEIS-L (Lei 6253/07)
Fonte: PMG

Nota-se que há um atraso ou desinteresse na atualização das leis de ordenamento do espaço da cidade quando se trata das questões sociais.

Na tabela 14, os loteamentos do Recreio São Jorge e o Novo Recreio se enquadram nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS L, juntamente com outros bairros do município, sendo identificados na tabela com o número de referência 6.

Número de Referência	LOTEAMENTO
1	Jardim Miranda
2	Vila Operária I, II e III
3	Campo da Paz
4	Jardim Elisabeth
5	Jardim Beirute
6	Cabuçu, Chácaras Cabuçu, Jardim Novo Recreio, Sítio Saguaragy, Recreio São Jorge, Recreio São Jorge II, Recreio São Jorge (Terra Nova)
7	Parque Primavera
8	Jardim Princesa
9	Jardim das Oliveiras I e II
10	Jardim Munira II
11	Vila Sadokin
12	Jardim Nova Canaã
13	Vila Izabel II
14	Sítio São Francisco
15	Vila Maria de Lourdes
16	Vila Maria de Lourdes (Parque dos Pinheiros)
17	Marcos Freire
18	Jardim das Olivas II
19	Jardim dos Sonhos
20	Jardim São Paulo
21	Jardim Bela Vista – Pimentas
22	Jardim Santa Cecília
23	Jardim Pinheiro
24	Jardim Nova Guarulhos
25	Condomínio dos Veigas
26	Jardim do Sol
27	Jardim Princesa (N/C)

TABELA 14 – ZEIS-L

Fonte: PMG – Lei 6253/07 – anexo 14

Pela recente Lei de Zoneamento, as Zonas Habitacionais - ZH correspondem às áreas caracterizadas pela baixa densidade onde predomina o uso residencial.

Salientando que essas zonas são os bairros nobres, habitados pela elite da cidade, onde apresenta claramente, uma série de restrições de Uso e Ocupação.

Aliada à especulação imobiliária, a lei de zoneamento se não for bem direcionada contribui para essa valorização e segregação, expulsando ao longo do tempo os moradores que não passam por uma ascensão social, rumo a bairros mais distantes, onde se reinicia a luta pela melhoria da infra-estrutura.

Para agravar a questão de moradia na cidade, não houve programas habitacionais suficientes para atender a população de baixa renda da cidade e os poucos programas oferecidos foram incompatíveis com a renda desta população, passando a residir em subhabitação, ou seja, favelas, loteamentos clandestinos, áreas de proteção ambiental.

Segundo PASTERNAK (2004), até a década de 80, não existiu uma política habitacional nos municípios da RMSP, com exceção do município de São Paulo. Algumas exceções podem ser percebidas na região do Grande ABC. Em Guarulhos, a partir de 1998, com a cassação do prefeito, o vice, ligado ao partido verde, assume o governo e começa a adotar programas e políticas mais participativas.

Como é possível observar na figura 26, organizado por Grostein, os programas se concentraram na capital, enquanto nos demais municípios integrantes da RMSP, esses programas foram insignificantes.

Em Guarulhos, foram construídos 2 conjuntos habitacionais entre 1965 e 1976, sendo o Conjunto Zezinho Magalhães, no bairro do Cecap, para atender operários sindicalizados e o conjunto no Complexo Padre Bento para funcionários públicos, sendo que o primeiro conjunto de casas construído na cidade com recursos públicos (COHAB) foi o Haroldo Veloso em 1970, com 670 unidades habitacionais.

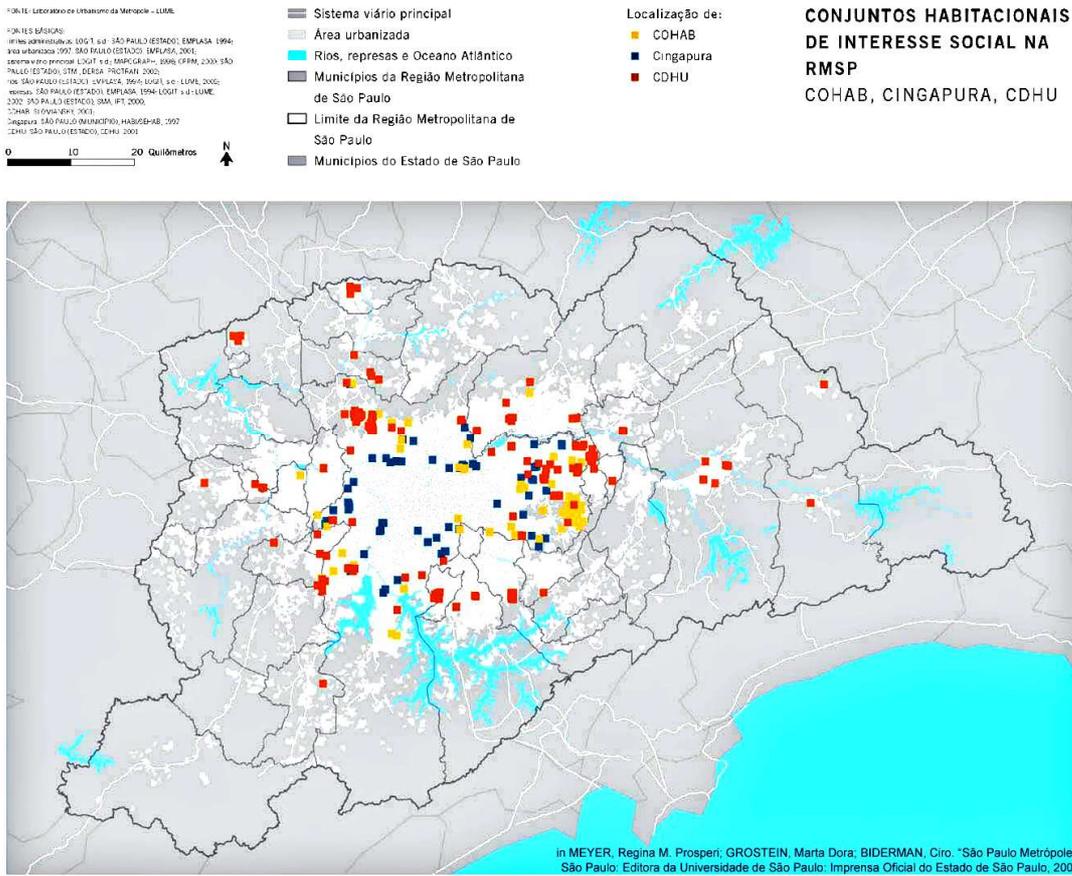


FIGURA 26 – CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NA RMSP

Fonte: <<http://lume.fau.usp.br/tikiwiki/tiki-index.php?page=São%20Paulo%20Metrópole#attachments>> acessado em 16/05/2007.

No período de 1977 a 1988 não houve produção habitacional, como aponta GROSTEIN, enquanto que, de 1980 a 1991, levando em consideração os Censos, houve um acréscimo populacional de 4,79%.

Entre 1989 e 2001 o programa também foi insignificante, somente no bairro dos Pimentas, em 1991, é que se verifica a construção do conjunto habitacional Marcos Freire com 902 casas (PMG. 1992 p.33).

Na Revista Êxito (1997, p.77), o prefeito deste período, na questão habitacional dava ênfase ao Projeto Cinguaru (figura 27), um plano de edificação de casas populares, com a perspectiva de construir cerca de 4 mil apartamentos numa fase (18 meses), erradicando os núcleos favelados, ou pelo menos minimizando e

com uma previsão, a médio e longo prazo, de construir 16 mil apartamentos, que nunca se concluiu.



FIGURA 27 – PROJETO CINGUARU

Fonte: Revista Êxito - Guarulhos 437 anos – edição especial. 1997, p.77

Enquanto que em 1991, 35% da população não tinham rendimentos compatíveis aos Programas Habitacionais; em 2000 este percentual passou para 49%, o que corresponde a 524.921 habitantes. De acordo com a Prefeitura, os programas que vêm sendo desenvolvidos são: o PAR⁸, o Morar Melhor e os mutirões.

O PAR exige renda a partir de 900 reais até 1.800,00, além da apresentação da carteira profissional e comprovante de renda e residência. Segundo a Prefeitura, este programa foi implantado em 2001 e já atendeu 3.123 famílias. Este programa é desenvolvido em parceria com o governo federal e atende população com renda de até seis salários mínimos. O arrendamento do imóvel é de até 180 meses. Após este período, as famílias têm a opção de compra. A seleção das famílias a serem atendidas pelo programa é feito pela Secretária da Habitação e pela CEF. (site da PMG, notícias, 27/02/2007).

⁸ PAR – Programa de Arrendamento Residencial, implantado no município a partir de 2001.

Outro Programa é o Morar Melhor que construiu 260 apartamentos na Vila Flórida e no Jardim Fátima, e 180 em construção no Jardim Santa Cecília III e no Jardim Santo Agostinho, e os Mutirões que foram construídas 149 residências em 9 favelas. (PMG, 2005, p. 23).

Conforme GAMA, (1998, p.55), aponta que o déficit habitacional estava em torno de 32 mil moradias. A Guarulhos Revista, (2007, p. 11), aponta que na cidade existe um déficit de 50 mil moradias.

Na figura 28, os Indicadores associados às condições de habitação de 2005, mostram que os programas habitacionais não vêm atendendo à demanda e tem concentrado em alguns bairros.

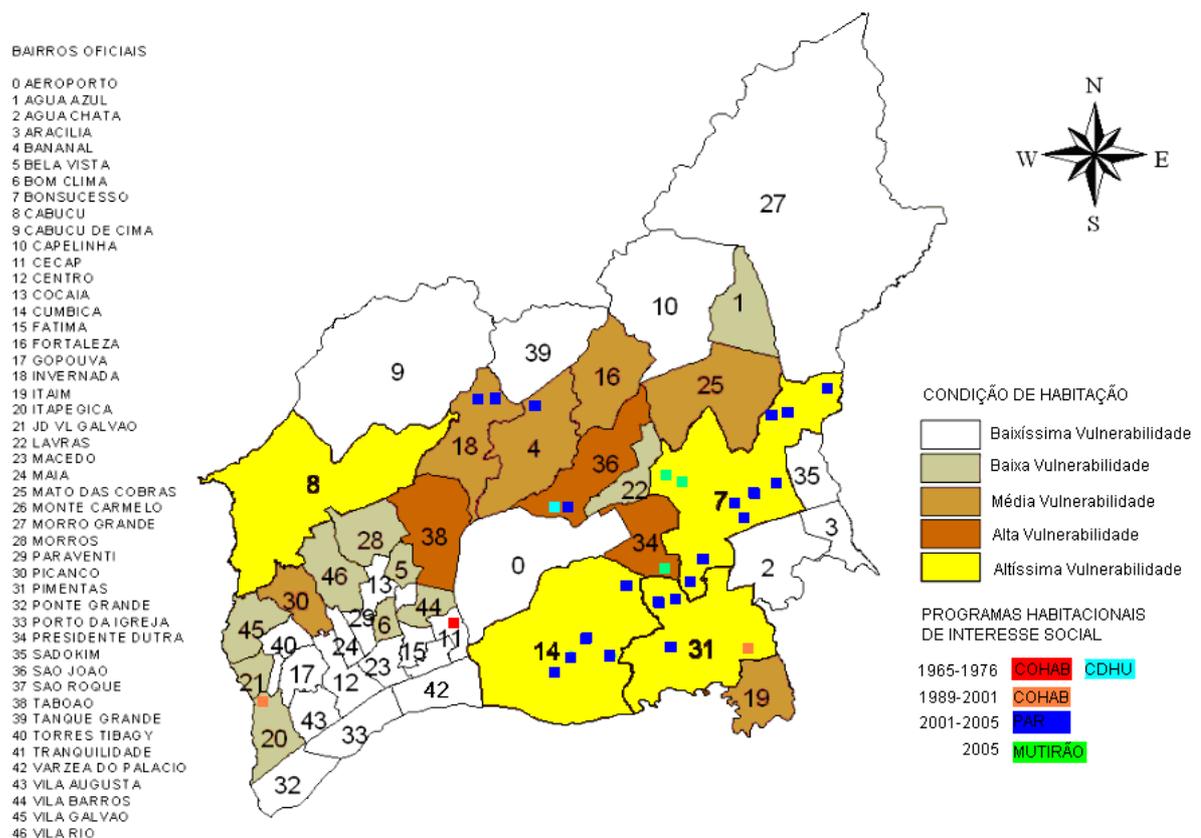


FIGURA 28 – MAPA DE INDICADORES ASSOCIADOS ÀS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO E PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Fonte: SAS11 – Divisão de Indicadores Sociais

Elaboração: SAM35 – Divisão de Geoprocessamento

Revista Guarulhos Decolou – PMG – junho 2005 – p.16-17 (Ações e Obras)

Organizado por: Uzan, Elenice da Fonseca

Algumas habitações foram construídas nos bairros mais populosos como: Cumbica, Pimentas e Bonsucesso, no Jardim São João, enquanto que o Cabuçu que está entre os bairros de altíssima vulnerabilidade e com maior número de famílias em áreas de riscos não foi beneficiado pelos programas. Ainda que ocorra a remoção para os conjuntos habitacionais, estes estão bem distantes desse bairro.

Os programas habitacionais sempre foram voltados para a construção de moradias para classe média-alta que tem ampliado consideravelmente e isso pode ser facilmente percebido ao trafegar pelas ruas dos diversos bairros da cidade e deparar com placas chamando as pessoas a conhecerem os stands de vendas.

Os empreendedores imobiliários têm sido atraídos pela demanda, pela disponibilidade de áreas e a baixa restrição às construções, mesmo com a recente aprovação da Lei de Zoneamento em Guarulhos, a cidade apresenta condições melhores às construtoras do que a capital.

Vale ressaltar que, algumas construções são de prédios de alto padrão, inclusive condomínios fechados e vem sendo construídas, principalmente em espaços ociosos, antigas fábricas ou antigas residências nos bairros mais antigos e já consolidados da cidade, como Vila Augusta e Gopoúva, cujos valores estão muito distantes da maior parte da população da cidade. Acrescentando que, de acordo com o estudo realizado pelo Instituto Pólis, em 2002, aumentou o número de imóveis ociosos. Segundo o documento, havia na cidade aproximadamente 57 mil imóveis vagos, apenas na região urbana.

Os espaços da cidade não são homogêneos, é necessário estabelecer as prioridades de atendimento e melhorias de acordo com as necessidades de cada lugar, para amenizar as disparidades que há dentro de cada bairro, melhorando as condições de vida de seus habitantes.

A Lei no. 6055 de 30 de dezembro de 2004 que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Econômico e social do Município, em seu artigo 2º diz:

“Garantir as funções sociais da cidade e da propriedade, visando assegurar, de modo cada vez mais universal, aos que vive ou atuam no Município, os benefícios e os direitos trazidos pelo progresso humano, propiciando-lhes qualidade urbana, ambiental e social em todas as regiões e locais de moradia”.

No entanto, ao observar o espaço da cidade, as realidades são antagônicas, não condizentes às que constam nos instrumentos urbanísticos. Vive-se uma realidade com instrumentos utópicos.

4 - ÁREAS DE ESTUDO: RECREIO SÃO JORGE E NOVO RECREIO SÃO JORGE

4.1 – Zona Norte e o Cabuçu

Dos 47 bairros, 19 localizam-se na zona norte do município, sendo esta a que concentra o maior número de bairros, é a segunda em números de habitantes e em arrecadação de impostos, atrás apenas da zona Leste. Em 2004, a indústria e o comércio geraram 1,2 bilhões em riquezas, ou 10,85% do PIB da cidade.

Na zona norte, está a segunda maior concentração de estabelecimentos comerciais da cidade – são 2.555 no total. Tem 333 indústrias, cuja concentração está no Taboão e 591 prestadores de serviços.

Em 2000 (IBGE) moravam na zona Norte 369.824 habitantes, sendo o Taboão com a maior concentração de pessoas, 66.037 habitantes e o Cabuçu o segundo, com 59.675 habitantes. O Cabuçu de Cima, por ser uma área que concentra muitos sítios, chácaras e de proteção ambiental, é o que apresenta menor número de moradores, com 92 pessoas.

É nesta região que está também o maior parque urbano de Guarulhos: o Bosque Maia, o Parque JB Bom Clima, JB Maciel, o Parque do Jardim City/Jardim Las Vegas, o Parque Transguarulhense e o Núcleo Cabuçu, que faz parte da reserva do Parque Estadual Cantareira, possui 90,5 km de perímetro total e diversos tipos de uso do solo em seu entorno, como sítios, chácaras de recreio, condomínios de alto padrão, pedreiras, áreas densamente urbanizadas e terrenos com mata nativa.

Na figura 29, ao fundo está o Aeroporto e a Base Aérea, na frente o Núcleo Cabuçu, o Recreio São Jorge e o Novo Recreio.



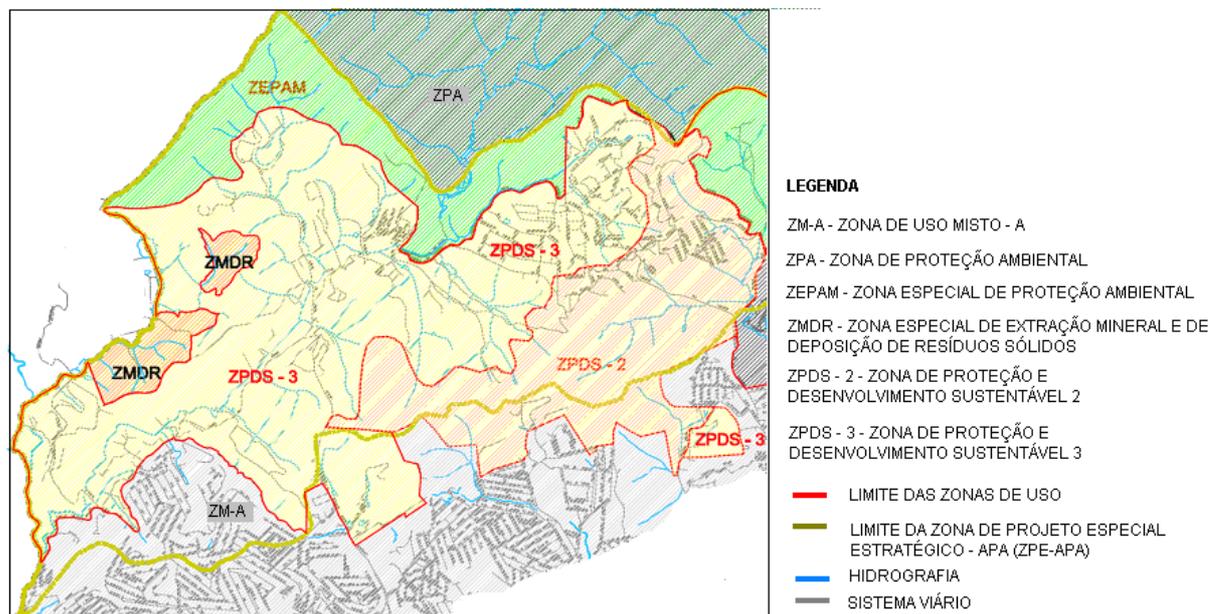
FIGURA 29 – NÚCLEO CABUÇU – RECREIO SÃO JORGE

Fonte: Revista Guarulhos/Olho Vivo ano V – no. 26 – abr/2007/SMA

O Cabuçu é o quarto e último núcleo do Parque Estadual da Cantareira. Foi aberto ao público no final do ano 2000 e é resultado de uma parceria entre o Instituto Florestal, o Serviço Autônomo de água e esgoto e Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Assim como outras glebas que formam o parque, boa parte da bacia do Cabuçu foi desapropriada para compor a área a ser protegida pelos mananciais de abastecimento. Em 1904, foi construída a barragem, ficando conhecida como Represa do Cabuçu, que funcionou por mais de 60 anos, sendo desativada quando entrou em operação o atual sistema Cantareira.

Em 1999, foram iniciados os estudos para reativação do uso da barragem, desta vez para contribuir com o abastecimento de parte de Guarulhos.



Escala: 1:30.000

FIGURA 30 – USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO – MAPA DE ZONEAMENTO – ANEXO 19 – 2007 – BAIRRO DO CABUÇU

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano/Departamento de Gestão Urbana-Divisão Técnica de Gestão de Informações Urbanas – Anexo 19/abril 2007

Pela Lei atual de Uso e Ocupação do Solo, 6253/07 criou a Zona Especial de Proteção Ambiental - ZEPAM que corresponde às porções do território destinadas a

proteger os remanescentes de vegetação significativa, o patrimônio histórico e cultural, as paisagens naturais notáveis, a biodiversidade, os recursos hídricos e as áreas de reflorestamento e de alto risco, onde parte corresponde ao bairro do Cabuçu. Futuramente, prevê a criação da APA-Cabuçu-Tanque Grande (Figura 30).

Na figura 31, este crescimento desordenado vem pressionando o principal rio da cidade – o Cabuçu é importante área de manancial, algumas áreas sem vegetação, que se não for contida, futuramente serão ocupadas, principalmente os espaços ralos.



FIGURA 31 - RIO CABUÇU

Fonte: SAAE – 2006

O bairro do Cabuçu está dividido em diversos “loteamentos”, “glebas”, “Vila”, e até mesmo “bairro” ou ainda “microregião”, como o Pq. Continental I, III e III, onde a população apresenta um padrão mais elevado e são melhores servidos de infraestrutura (água, esgoto, coleta, luz, asfalto), além de diversos equipamentos públicos (escolas, posto de saúde, transporte), em relação ao restante do bairro,

além de estar próximo do centro, apresenta espaço contínuo de outros bairros centrais.

Outra parte do Cabuçu é constituída por diversas microrregiões descontínuas, de difícil acesso, está a 9 km distantes do centro antigo de Guarulhos, apresenta precariedade de transporte e outros equipamentos públicos como posto de saúde e escolas. Nesta parte, incluem-se os loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio, razão desta pesquisa (figura 32).

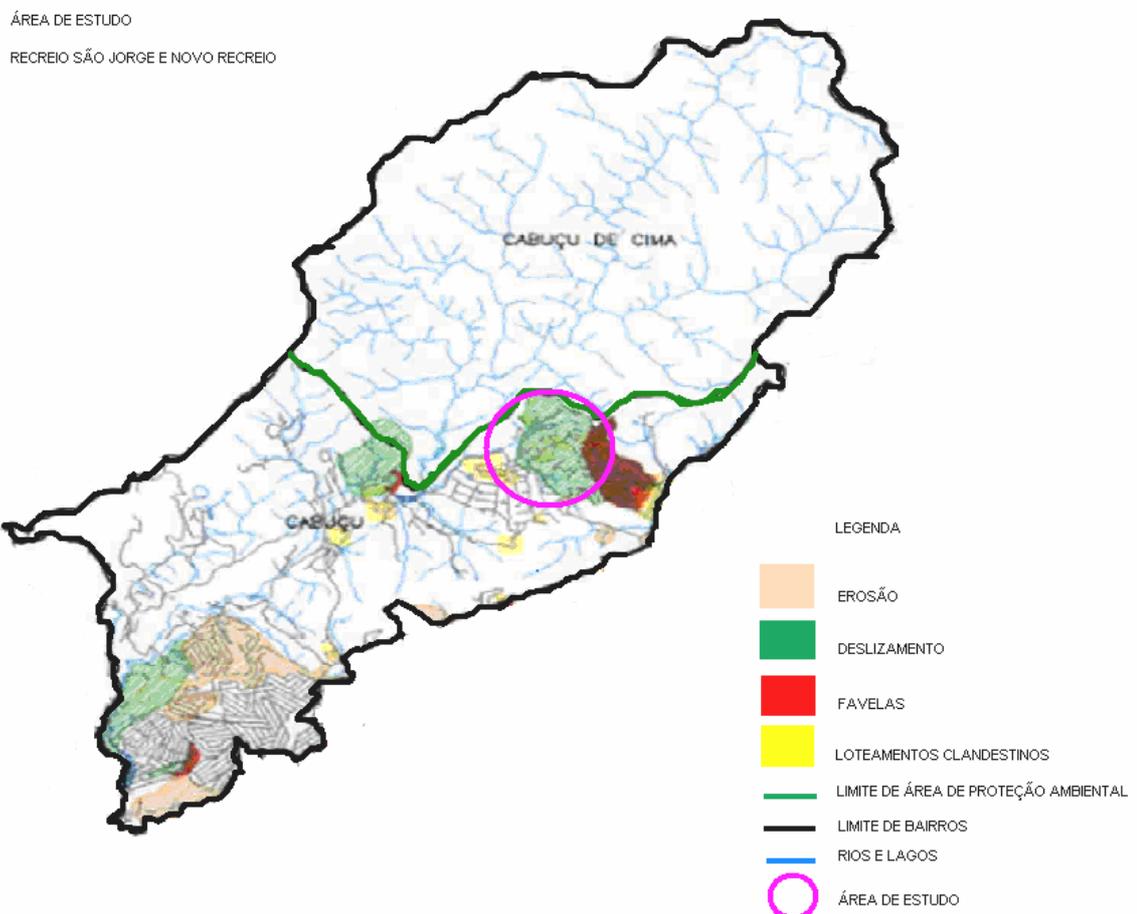


FIGURA 32 - BAIRRO DO CABUÇU

Fonte IBGE 2000

Elaborado por: Uzan, Elenice da Fonseca

Entre os anos 1980/1991, teve um incremento populacional de 16.443 habitantes (6,48%) e entre 1991/2000 foi de 21.291 habitantes (7,77%), sendo que o município apresentou 4,79% e 3,60%, respectivamente.

A maior parte da população vive precariamente, constituído de 5% de favelas e loteamentos clandestinos, 33,93% áreas de erosão e escorregamentos.

Comparando os dados (Censo 2000) do Cabuçu e o do Município é que se percebe como as diferenças chegam a ser gritantes. Com a população total de 59.675 habitantes, sendo 16,73% da população permanente, responsáveis pelos domicílios, não apresentam rendimentos, portanto, acima da média do município que é de 13,33%, 34,94% ganham até 3 salários mínimos e 1,19% mais de 20 salários. Desempregados acima de 10 anos 51,65%, enquanto que no município são de 5,20%. O gráfico 10 da renda e infra-estrutura básica dá a dimensão dessas diferenças.

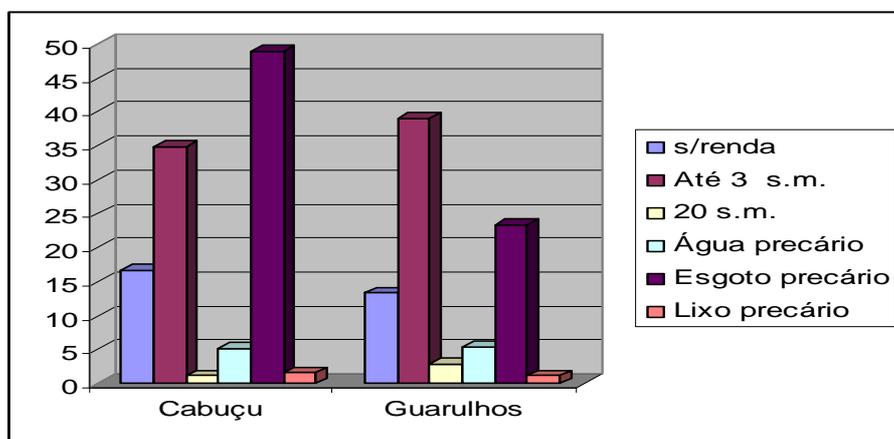


GRÁFICO 10 - RENDA E INFRA-ESTRUTURA (COMPARATIVO) – 2000

Fonte IBGE

Elaborado por: Uzan, Elenice da Fonseca, 2007

As mulheres responsáveis pelos domicílios são 23,04% e no município são 23,56%, mulheres responsáveis e não alfabetizadas são 11,76%, no município são 9,04% e sem rendimentos são 22,10%, enquanto que, no município são 10,66%. Há 2,53% não alfabetizados de 10 a 14 anos; 8% em relação aos responsáveis

pelo domicílio; 15,41% (1 a 3 anos de estudo); 39,61 (4 a 7 anos de estudo); 17,65% (8 a 10 anos de estudo); 15,9% (11 a 14 anos de estudo) e 2,9% com mais de 15 anos de estudo.

O bairro é atendido com 95% de água, 51 % de esgoto e 98% de coleta de lixo, 3 UBS. População predominante: jovens sendo 8,84% (0-3 anos), 6,3% (4-6 anos), 15,63% (7-14 anos), 10,31% (15-19 anos).

Além dos dados do Censo IBGE 2000, também analisou o IPVS do bairro, para detectar as diferenças entre essas microrregiões, uma vez que o Censo trabalha com áreas maiores, nem sempre refletindo as disparidades da realidade (figura 33).

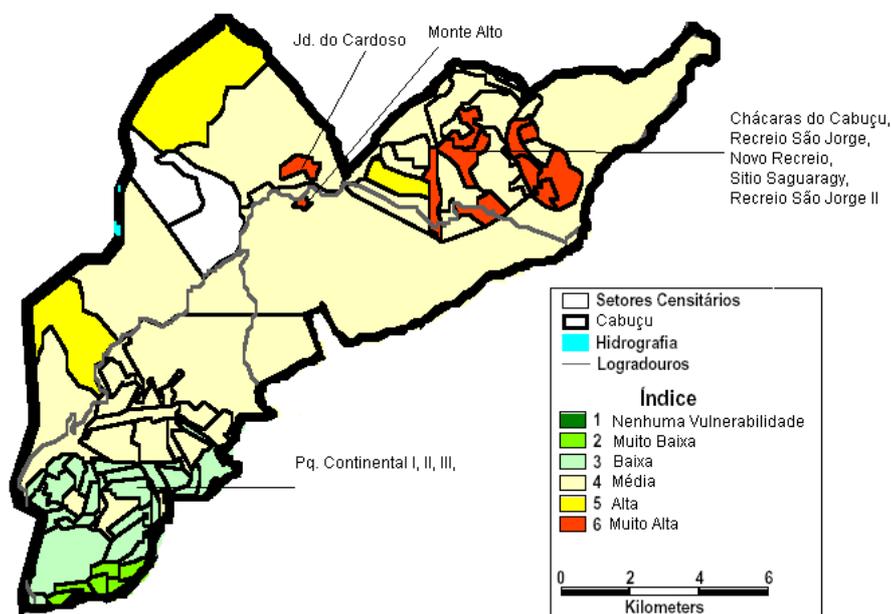


FIGURA 33 - IPVS – CABUÇU

Fonte: Seade/IBGE 2000

Elaborado por: Uzan, Elenice da Fonseca, 2007

Enquanto algumas “microrregiões” encontram-se com alta e muito alta vulnerabilidade (5 e 6), ou seja, os dois grupos que apresentam chefes de famílias

com níveis baixo de renda e escolaridade, embora, no grupo 6 concentra chefes de famílias jovens e presença significativa de crianças, outras nos grupos 2 e 3, há predomínio de famílias mais velhas e no grupo 3, jovens e mais velhas, com renda média e alta.

O mapa de exclusão/inclusão social realizado pela Prefeitura Municipal de Guarulhos e Instituto Pólis em 2003, este bairro está entre os que apresentam exclusão social.

Para agravar ainda a questão socioambiental, o bairro possui 20.244 habitantes (33,93%) em áreas de riscos de escorregamentos, sendo a mais crítica do município. Deste número, 14.498 pessoas se encontram no Recreio São Jorge e Novo Recreio, detalhado a seguir.

4.2. – Recreio São Jorge e Novo Recreio – lugar proibido

Lugar é onde acontece a vida. “É a partir de seu exame que se poderá tomar a complexidade das condições de vida dos indivíduos e dos lugares onde eles vivem como ponto de partida das políticas públicas (KOGA 2003, apud Carvalho)”.

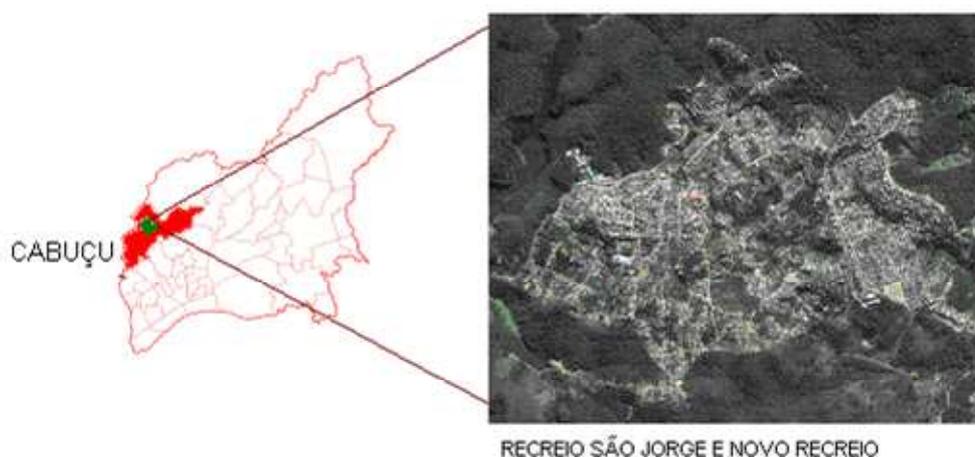


FIGURA 34 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Fonte: organizado por Uzan, E. F, 2006

Localiza-se a noroeste do município de Guarulhos (figura 34), a 10 km do centro da cidade e menos de 2 km da capital. Com topografia íngreme, que do alto é possível avistar a modernidade sobrevoando os ares, ampliando os caminhos e encurtando distâncias para viabilizar o capital.

LEFEBVRE (2006, p. 5) diz que “Os violentos contrastes entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra”.

Enquanto que ao redor, alguns sinais de fumaça, indicam que o concreto de segunda linha substituirá o verde – são os novos vizinhos, que usam da própria criatividade, sem aprendizados acadêmicos, subsistir nesta “obra”.

São mais pessoas chegando, excluídas dessa modernidade, sem nunca sequer terem sido incluídas. Nascem, lutam e morrem, sem ao menos usufruírem da benévola que a “obra” pode oferecer. Aumentarão a lista de espera dos serviços públicos, que não é pequena, cuja velocidade no atendimento dessas reivindicações não é a mesma daquilo que se vê do morro.

O ritmo neste lugar é outro, percorrendo caminhos empoeirados, quando não enlameados, além da demora pelo transporte para chegar até o seu local de trabalho, quando se tem onde trabalhar. Os catadores contribuem com a “limpeza” do lugar, não por consciência ambiental, mas por necessidade. Crianças, cheias de esperança indo para a escola, que muitas vezes também não é próximo.

Mas é um lugar importante, alguns visitantes e representantes dos setores públicos chegam ao local, nem sempre para dar boas notícias, mas para lembrá-los de que aquele lugar é proibido. A legislação fundiária e ambiental não os permite lá.

Um lugar que tem o nome de Recreio² mas que não se recreia ou que pouco se diverte, um lugar esquecido pelas políticas públicas, porém lembrado em épocas de campanhas eleitoreiras, lugar com nome de Santo “São Jorge”³, alvo de muitas promessas não por ter vocação religiosa, mas pela quantidade de eleitores, um lugar de falsas promessas, onde outro verde é fundamental para a permanência no poder.

LEFEBVRE (2006, p.46) diz que:

“A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela se mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre o terreno (o lugar) e sobre o plano, o plano da vida imediata; [...]”.

Correspondendo a um dos loteamentos do Bairro do Cabuçu, região anteriormente caracterizada como zona de uso rural. Possui uma área de 1,73 km², fazendo divisa com o Parque Estadual da Cantareira (PEC). Trata-se, portanto, de uma área de amortecimento do Parque estadual da Cantareira, como prevê o SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação – Lei no. 9985/2000.).

Documentos existentes na Secretaria da Habitação do Município de Guarulhos indicam que, em 1959, a área do Recreio São Jorge passou a constituir uma propriedade denominada Sítio Sagaragy, que posteriormente, foi dividida em lotes de 1000 m², com a finalidade de se criar loteamentos de recreação.

Ronaldo Saraceni, em entrevista com a autora, disse que, nesta época, era comum a busca por áreas de recreação no município pela população de São Paulo e, geralmente, a venda era feita por loteadores da própria capital.

² Recreio significa: divertimento, entretenimento, lugar onde se recreia (Dicionário Michaelis).

³ São Jorge foi um militar romano, cristão, que foi martirizado por volta do ano 303 por não abdicar das suas crenças. Georgius quer dizer camponês. Protetor das colheitas pelos Catalães. A lenda mais popular, escrita por Jaume de Voragine na Lenda Áurea, é que explica a vitória de São Jorge sobre o dragão. Num país não determinado, chamado Silene, um dragão aterrorizava os habitantes que, para acalmá-lo, ofereciam-lhe periodicamente um cordeiro e uma donzela escolhida por sorteio, até que um dia foi sorteada a filha do Rei e São Jorge venceu o dragão, libertando-a.
http://www.amigosdolivro.com.br/materias.php?cd_secao=484

Na década de 70, é aberto um Processo Administrativo sob o no. 3633/70, em nome de Abrahão Nicolau Beyrute, com objetivo de se abrir ruas dentro dos referidos lotes. Apesar da ausência de autorização dos órgãos, alguns lotes foram vendidos pelo proprietário e outros acabaram sendo invadidos.

O Recreio São Jorge e Novo Recreio se tornaram loteamento irregular, ocupado por 14.498 habitantes, distribuído em 3.669 domicílios, sendo que 47% da população têm idade inferior a 20 anos, e a maioria reside no local há menos de 20 anos. (SDU13, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Divisão Técnica de Gestão de Informação Urbanas, 2005 - Citado em Gouveia, s/p. 2005).

Na imagem satélite (figura 35), estão identificados os loteamentos do Recreio São Jorge e o Novo Recreio.



FIGURA 35 - IMAGEM SATÉLITE - RECREIO SÃO JORGE E NOVO RECREIO

Quick-Bird 2005 -

http://webgeo.guarulhos.sp.gov.br/webgeo/ferramentas2.php?user_id=0&key=b5576dea1624e58a6964f0490be81340&ferramenta= 20.10.2007

Essa região que correspondia à zona habitacional AEU-ZH4 (área de expansão urbana), pela lei, recentemente aprovada, corresponde a ZPDS 2 e 3, Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável 2 e 3, onde as diretrizes serão estabelecidas por plano diretor participativo próprio, sob orientação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano-CMDU. (figura 36).

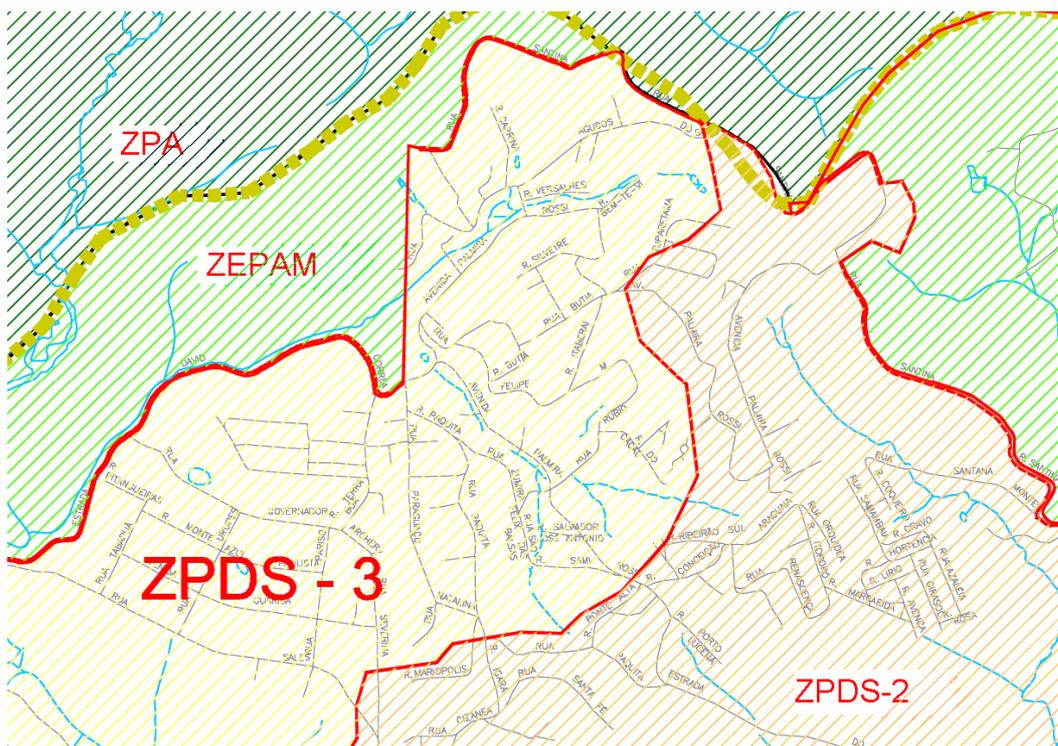


FIGURA 36 - ÁREA DE ESTUDO – RECREIO SÃO JORGE/NOVO RECREIO

Fonte: PMG/ LEI 6253/07 – Zoneamento, Uso e ocupação do solo.

ZPDS 2 – corresponde às áreas compostas por morros altos, com declividade superior a 45%, muito restritas a ocupação;

ZPDS 3 – corresponde às áreas compostas por morros baixos, com declividade de até 45%, própria a ocupação, com restrição.

Esta área também faz parte da ZEIS-L, ou seja, área consolidada, ocupação irregular ou clandestina por população de baixa renda, porém, não atendem aos requisitos urbanísticos exigidos nas legislações pertinentes. De acordo com a Lei atual, a área máxima permitida será de 250,00m² e não inferior a 45,00m². No

plano urbanístico, nessa área poderá conter alternativas habitacionais multifamiliares, permitindo o adensamento sem expansão do tecido urbano.

4.3. Condições socioambientais do Recreio São Jorge e Novo Recreio

Nas entrevistas, averigua-se que muitos moradores vieram da Zona Norte de SP e de São Miguel, atraídos pelo baixo preço da terra e a violência nos bairros onde viviam. Alguns possuem título de propriedade, porém, a maioria não o tem ou tem título ilegal. Diversos moradores, os mais antigos dos loteamentos, disseram que vários lotes foram doados por um político em período de campanha eleitoral, no entanto, não existem documentos comprobatórios para essa afirmação.

Essa condição “irregular”, a incerteza faz com que a população leve anos ou nem dão acabamentos em suas moradias, como também a não preocupação em conservar a natureza, diante da falta de renda para obter sua subsistência, a questão ambiental é o que menos interessa nesse momento.

São casas construídas no sistema de autoconstrução, sem fundação e materiais adequados, inacabadas e com tempo, sofrem deteriorização. Nas margens do córrego é que se verifica a presença de barracos de madeira. Os arruamentos são de terra, estreitos e íngremes, somente há asfalto na rua principal.

KOWARICK (1993, p.65), acrescenta que:

“Assim, a autoconstrução, enquanto uma alquimia que serve para o capital constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico que de *per si* já se apresenta características marcadamente selvagens”.

Como estão afastados do centro, há dificuldades para instalações dos serviços públicos, associados à condição de irregularidade e a declividade, no entanto, são

atendidos 95% de água (SAAE) cujo serviço houve facilitação por parte de um político, através de seu assessor. Todos pagam por este serviço, até mesmo quem mora nos barracos pagam a taxa mínima.

Apesar de serem atendidos por 70% de esgoto (SAAE), parte corre a céu aberto, indo para os córregos, atingindo o rio principal da região que é o Cabuçu.

A coleta também é feita em algumas ruas ou pontos determinados pela empresa coletora. A população leva para determinado ponto, mas como o percurso é extenso e íngreme, o lixo acaba indo para a mata ou para o córrego.

A foto (figura 37) foi tirada na Rua Palmira Rossi onde a 2 metros da lixeira tem um chiqueiro de porcos, e em frente, está um posto de saúde improvisado, além de uma creche com, aproximadamente, 250 crianças com idade inferior a 5 anos.

Observa ainda que, parte do lixo encontra-se fora, há necessidade de um trabalho mais atuante de educação ambiental no local, apesar que para eles, nesse momento, o fundamental é ter sua moradia regularizada para que possam melhorar o interior das mesmas. A riqueza natural que há naquele espaço, não é de onde retiram sua sobrevivência.



FIGURA 37 - CESTA PARA COLETA DE LIXO – NOVO RECREIO SÃO JORGE

Fonte: Foto pessoal 01.03.2007 – ponto de coleta do lixo

O transporte coletivo ainda se apresenta precário e os pontos mais altos nem todos vão até lá, principalmente quando chove. Em algumas ruas, levou em torno de 5 anos para o transporte chegar. A maioria das linhas destina-se para o Tucuruvi, pois o percurso corresponde a menos de 2 km, enquanto que para o centro de Guarulhos, são de aproximadamente 10 km.

O comércio e outros serviços são poucos expressivos, a infra-estrutura do bairro não atrai investidores e os que lá estão reclamam da situação do local. Novos investimentos gerariam empregos, minimizando o número de pessoas desempregadas no bairro. Há um Hotel de convenções no local (figura 38).

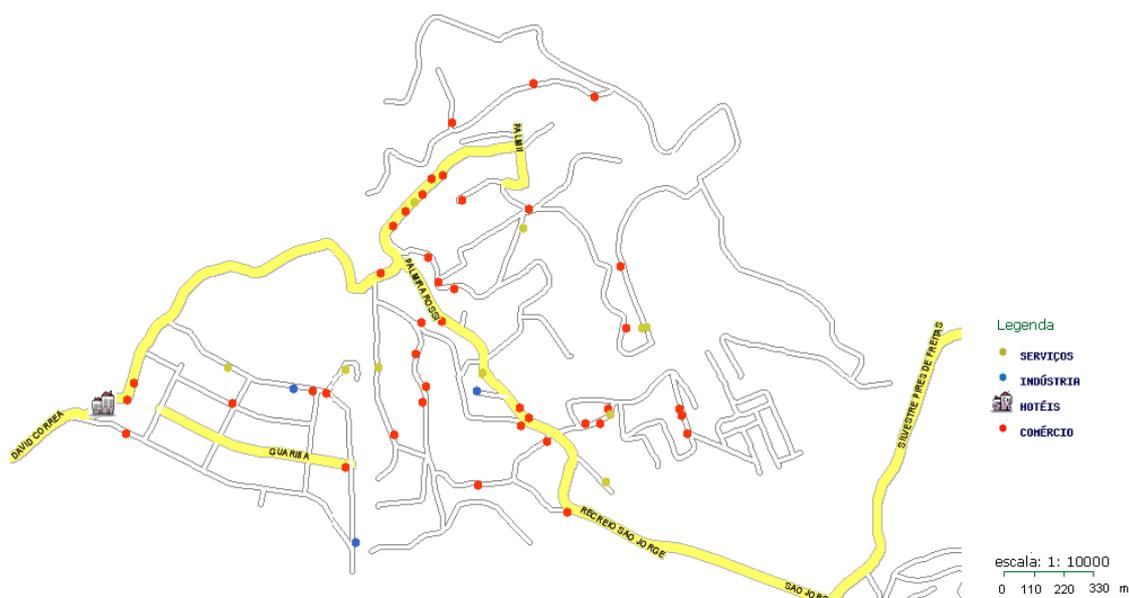


FIGURA 38 - ATIVIDADES ECONOMICAS DOS LOTEAMENTOS

Fonte: Secretaria de Finanças/DRI – nov/2004

Carentes de infra-estrutura essencial e serviços, a população busca em outros bairros como a Vila Galvão, bairro antigo e consolidado do município ou então no Tucuruvi – zona Norte de SP. Há um contato maior com São Paulo pela proximidade do que com o centro de Guarulhos.

Apesar de a infra-estrutura ser essencial, porém, no momento em que vai se dotando essas áreas, estes lugares sofrem valorização e uma parcela da população aí alojada terão que buscar outro lugar para viver.

Na aquisição, um imóvel custa a partir de R\$ 4.000 (sem construção) até R\$ 12.000 (com construção), e a variação do preço se dá em função de alguma infra-estrutura na rua, e geralmente é feita por um loteador, onde o comprador recebe um contrato de compra do imóvel e com garantia verbal de que o lote está regularizado. Quando um comprador não dispõe do valor em moeda corrente, há como parte do pagamento, utensílios domésticos como: geladeira, etc.

Nas ruas onde há transporte coletivo ou rede de água e esgoto que tem um valor maior, ainda que a diferença seja em torno de R\$ 500,00 a R\$ 1000,00 reais, é motivo para vender e comprar em outra rua, onde a infra-estrutura ainda não chegou, como forma de suprir outras necessidades como alimentação e, ao mesmo tempo, continuar morando.

Em visita ao local, constatou-se que há três escolas estaduais, uma municipal e uma creche, sendo que uma parcela das crianças estuda em bairro vizinho (Jd. Acácio) e também na Zona Norte de SP, onde se utilizam de transporte da Prefeitura do município. Tal prática, além de causar impactos nos bairros vizinhos, os projetos ambientais desenvolvidos no local pelas escolas, associações e órgãos municipais, acaba não tendo o resultado esperado, e isso é facilmente visível, basta percorrer as ruas dos loteamentos e encontra-se o lixo a céu aberto.

Apesar de que a maioria das associações tem seu trabalho mais voltado para questões assistenciais, como aponta GOUVÊA (2005):

“As atividades sociais desenvolvidas no bairro apresentam um caráter assistencial. Poucas são as instituições que se proponham a implementar projetos de desenvolvimento sustentável para o local, a fim de garantir as mudanças necessárias para a convivência de uma população, em pleno crescimento, com uma unidade de conservação

de importância como o Núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira” .

Há um posto UBS e um posto improvisado na garagem de uma das moradoras, onde consta o cadastro de 8.000 pessoas (figura 39).



FIGURA 39 - POSTO DE SAÚDE IMPROVISADO NA GARAGEM DE UMA MORADORA – NOVO RECREIO

Fonte: Uzan, Elenice da Fonseca: 01.03.2007

Por meio de solicitações da Associação de Moradores, a Prefeitura tem feito algumas melhorias no local, apesar de que esta vem ocorrendo com muita lentidão, não acompanhando o crescimento populacional, tampouco satisfazendo as necessidades básicas da população. (Cida, moradora/dez /2006\).

RODRIGUES (2007, p.92) coloca que:

[...] aqueles que não participam das condições consideradas adequadas de qualidade de vida e justiça social, partilham em escala ampliada dos “resíduos” deste processo de urbanização acelerado, respirando o ar poluído das cidades e metrópoles, habitando em situação precária e não tendo trabalho adequado para as necessidades de sua reprodução, sem fornecimento adequado de luz e água e de esgotamento sanitário, sem transportes coletivos suficientes, atendidos como “animais não pensantes” nos hospitais, postos de saúde e até nas escolas. Enfim, sem condições de vida digna”.

Em entrevista ao Jornal Folha Metropolitana (27.07.2007 – p. 3), os moradores reclamam das condições de habitabilidade e de promessas não cumpridas pela administração local. Nesta mesma matéria, a comunidade vem elaborando um abaixo assinado e propõe a pavimentação das ruas através do sistema de mutirões.

A resposta da assessoria de Secretaria Municipal de Obras é a de que há mais de 600 pedidos de mutirão na cidade e, somente após encaminhamento do abaixo assinado no Fácil, é que equipes da secretaria farão vistoria no local, analisando o caso, porém deixa claro que não tem data prevista para início das obras.

LEFEBVRE (1993, p.98) diz que: [...] Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do “urbano”.

É uma área de colinas, morrotes, morros baixos, planícies aluviais, morros altos, serras e escarpas, faz parte da Microbacia Taquara do Reino. Há ocorrência de erosão, assoreamento e movimentação de massa, constituindo-se na área mais crítica do município, onde mais domicílios estão sujeitos a riscos de escorregamento, sugerindo remoção de uma parte das famílias.

Nas figuras 40 e 41, a Rua Palmira Rossi, uma das principais dos loteamentos cujos riscos encontram-se no risco alto e muito alto, além de apresentar cultivos de bananeiras que contribuem para agravar a condição de risco.

Devido às diferentes formas de uso e ocupação ao longo dos anos, o local apresenta uma série de impactos negativos, tais como poluição, refletindo nas formações vegetais, com presença de vegetação secundária, erosão, assoreamento do rio Cabuçu, verifica-se ainda lixo no córrego e processo erosivo das rochas.



FIGURA 40 – VISTA PARCIAL DO SETOR 2 – A JUSANTE DA RUA PALMIRA ROSSI

Fonte: Secretaria da Defesa Civil – 2004



FIGURA 41 – VISTA PARCIAL DOS SETORES 1 E 2, NO TALUDE A JUSANTE DA RUA PALMIRA ROSSI

Fonte: Secretaria da Defesa Civil – 2004

São 364 domicílios em situação de risco R4 (muito alto), 154 (R3 Alto) e 52 (R2 Médio). Esta classificação foi utilizada pela Defesa Civil, de acordo com o grau de intensidade dos riscos e a necessidade de obras no local, observou-se que o Recreio São Jorge e o Novo Recreio são os que devem ser primeiramente atendidos (tabela 15).

Nome e N. da área	N. do setor	Processo adverso	Grau de probabilidade	N. aproximado de moradias ameaçadas	Alternativas de intervenção	Obs.
23 d J NOVO RECREIO (R. Ponte Alta)	1	Escorregamento em solo mobilizando material de aterro lançado ou material escorregado situado à meia encosta ou no pé	Muito alto	~14	Drenagem superficial Proteção vegetal Necessidade de remoção de moradias Obras de drenagem de sub superfície Obras de terraplenagem de médio a grande porte Obras de contenção de médio a grande porte	
23 a JARDIM NOVO RECREIO / RECREIO SÃO JORGE	1	Escorregamento em solo mobilizando material de aterro lançado ou material escorregado situado à meia encosta ou no pé	Muito alto	~300	Drenagem superficial; Proteção vegetal; Necessidade de remoção de moradias; Obras de drenagem de sub superfície; Obras de terraplenagem de médio a grande porte; Obras de contenção de médio a grande porte.	
	2	Escorregamento em solo mobilizando material de aterro lançado ou material escorregado situado à meia encosta ou no pé	Alto	~150	Obras de Drenagem superficial; Proteção vegetal; Necessidade de remoção de moradias; Obras de terraplenagem de médio porte; Obras de drenagem de sub superfície.	
	3	Escorregamento em solo mobilizando material de aterro lançado ou material escorregado situado à meia encosta ou no pé	Médio	~50	Drenagem superficial; Proteção vegetal; Obras de drenagem de sub superfície; Obras de terraplenagem de médio porte.	
23b JARDIM NOVO RECREIO (Rua Conceição do Araguaia)	1	Escorregamento em solo mobilizando material de aterro lançado ou material escorregado situado à meia encosta ou no pé;	Alto	~4	Drenagem superficial Proteção vegetal Drenagem de sub superfície Obras de terraplenagem de médio a grande porte	É recomendável que a ocupação do local não prossiga. O talude é alto e íngreme, fato que dificulta e encarece as obras necessárias à sua ocupação de forma segura
	2	Escorregamento em solo mobilizando material de aterro lançado ou material escorregado situado à meia encosta ou no pé;	Médio	~2	Drenagem superficial Proteção vegetal Drenagem de sub superfície Obras de terraplenagem de médio a grande porte.	
23 c JARDIM NOVO RECREIO R. Renascença	1	Escorregamento em solo mobilizando material de aterro lançado ou material escorregado situado à meia encosta ou no pé	Muito alto	~50	Drenagem superficial Proteção vegetal Necessidade de remoção de moradias Obras de drenagem de sub superfície Obras de terraplenagem de médio a grande porte Obras de contenção de médio a grande porte	A ausência de sistema de drenagem de águas pluviais e servidas e a deficiência/inexistência de proteção superficial está propiciando em alguns locais a ocorrência de processos erosivos

TABELA 15 - RISCOS EM ÁREAS DE ENCOSTAS - RECREIO SÃO JORGE E NOVO RECREIO

Fonte: Secretaria da Defesa Civil, 2004

No entanto, as pessoas insistem na permanência e, a cada dia, mais famílias vão se fixando nesse lugar, geralmente levadas por outros familiares que lá estão.

Essa área, todos os anos, parte da população foi ou é submetida a condições adversas desse ambiente. No período do verão, a incidência de um número maior de eventos pluviométricos intensos causa maiores impactos.

Nos relatórios de ocorrências de 2002 até 2007, fornecidos pela Secretaria da Defesa Civil, nos períodos de maior ocorrência de chuvas no município, cujos riscos são maiores, houve, 4 casos de escorregamentos em 2002, 2 em 2003 e 18 em 2004, sendo intenso no mês de fevereiro. Em 2005/2006, os meses de janeiro e março de 2006, apresentaram maior número de ocorrência, sendo 614 no total. Deste total, 150 foram de desabamentos e 76 foram de deslizamentos.

A Secretaria da Defesa Civil informou que, quando é detectada a gravidade do risco, é solicitada a retirada da família; no entanto, muitas não têm para onde ir, permanecendo no local, ou quando a Defesa civil tem êxito, esta família permanece por algum tempo longe daquele lugar, mas posteriormente retorna para o mesmo local ou então vende, mas compra outro imóvel muitas vezes na mesma rua. Na permanência e ocorrência do deslizamento, a família é retirada do local e levada para casa de familiares; na ausência destes, são removidas para outra área mais segura do bairro ou então para abrigos improvisados.

A Secretaria da Defesa Civil, com a função básica de proteger a vida, desenvolve atividades de caráter preventivo, socorro, assistencial e de recuperação. No entanto, isto não resolve o problema, pois a população continua crescendo nessas áreas e o déficit habitacional vai aumentando não pela falta de espaço, mas pela ausência de políticas que os atendam e pela falta de recursos por parte dessa população para obtenção da casa própria.

Conforme a Secretaria da Habitação, em 2007, foram removidas 71 famílias que ocupavam uma área da SABESP, sendo transferidas para a Vila das Rosas no bairro dos Pimentas, apartamentos construídos pelo CDHU.

Uma das soluções que vem sendo realizada pela administração pública do município é a remoção para conjuntos habitacionais, financiados pelos órgãos públicos, porém não tem sido a melhor solução, pois geralmente são construídos em outros bairros, muitas vezes distantes do seu local de trabalho e nem todos podem pagar por ele, aqueles que podem nem sempre permanecem nessas habitações, pois não há segurança de que vão conseguir pagar por esse imóvel, uma vez que o mercado de trabalho é incerto; caso isto aconteça correm o risco de perderem a moradia, além de pagar duplamente para habitar a cidade (mercado informal e formal).

RODRIGUES (2007, p.63), diz que os problemas ambientais são tratados como produtos indesejáveis do progresso, “desvios de meta”, e não como resultado material da dinâmica própria da produção da cidade.

Nem todos moradores dessas áreas têm clareza ou informações suficientes quanto à situação de riscos ou a legislação ambiental.

Ao visitar o local e conversar com diversos moradores e representantes de associações, percebe-se que os riscos naturais, assim como a distância em que separam do centro, parece não incomodar tanto que, mesmo sendo notificados pelos órgãos públicos do possível risco, eles insistem em permanecer no local e mais pessoas são trazidas pelos próprios familiares, fator que contribui para o fortalecimento da solidariedade e da busca pela permanência.

Como coloca LEFEBVRE (2006, p.47):

“Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”.

Existe uma expectativa muito grande em relação à regularização de suas moradias e a chegada de infra-estrutura. A ocupação representa a esperança e única oportunidade dos moradores em possuírem o direito de morar, através da expectativa da regularização da área pela Prefeitura e a instalação de infra-estrutura urbana, portanto, sobrepõe a condição do risco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação ora apresentada analisou o processo de transformação espacial de Guarulhos, no contexto da expansão e transformação da Região Metropolitana da Cidade de São Paulo.

Para tanto, levou-se em conta, como foram estruturadas as diferentes formas de ocupação e produção do espaço, a fim de se identificar as causas que têm contribuído para intensificar a segregação urbana, visível na paisagem urbana de Guarulhos, especialmente no bairro do Cabuçu-Zona Norte.

Buscou-se compreender como a população expulsa das áreas urbanas valorizadas pelo capital financeiro se insere na cidade, analisando a questão de moradia em áreas de riscos, as condições socioambientais, destacando o cotidiano dos moradores dos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio, no bairro do Cabuçu-Zona Norte.

Ao longo do trabalho, foram realizadas algumas considerações, resumidas a seguir.

O crescimento econômico de Guarulhos, favorecido por vários fatores como a localização, importantes vias de circulação, isenção de impostos, baixos preços da terra, entre outros, atraiu muitos investimentos para a cidade, colocando-a numa posição econômica privilegiada a nível estadual e nacional.

Guarulhos se urbanizou, rapidamente. Uma crescente estratificação social do espaço foi se tornando visível na paisagem. O progresso rápido que chegou pelas linhas dos trilhos da Estrada de Ferro, acelerado pelo asfalto, atingindo o ápice por meio dos ares, transformou o espaço da cidade, e grande parte de seus habitantes acabou sendo desprezados por esse crescimento.

A dispersão das atividades econômicas, o mercado de terras com alto preço, a ausência de políticas habitacionais capazes de atender a demanda e as reformas urbanas, verificadas na metrópole paulista após a década de 70, provocou sérios impactos de vizinhanças. O espaço tornou-se raro e o valor da terra inacessível para os moradores de baixa renda, buscou municípios vizinhos com características socioeconômicas semelhantes às da capital.

O processo urbano de Guarulhos sempre esteve articulado à dinâmica econômica, ao mercado imobiliário e a interesses da elite local, em um processo reforçado pelo poder público que não foi capaz de promover o adequado ordenamento territorial.

Este padrão de uso e ocupação do solo acabou agravando os vários problemas existentes na cidade e acabou por gerar a sua própria periferia. Essas conseqüências permanecem na atualidade e se traduzem em diferentes realidades nos diversos bairros da cidade.

O que mudou foi a dimensão do fenômeno que hoje se apresenta em proporções maiores e com outros agravantes, típicos do contexto da sociedade atual.

Para ocupar o solo urbano é necessário pagar por ele, aqueles que não podem pagar serão empurrados para os locais onde seus custos são acessíveis, neste caso as áreas de menor valor imobiliário, em face da localização, ausência de serviços e infra-estrutura e, muitas vezes, em situação de risco.

Para eles, a ocupação representa a esperança e única oportunidade de possuírem o direito de morar, na expectativa da regularização da área pela Prefeitura e a instalação de infra-estrutura urbana.

A parcela da população excluída do desenvolvimento econômico se insere no território municipal em um contexto de fragmentação e segregação. Em decorrência,

surgem situações de precariedade urbana, degradação ambiental e, conseqüentemente, uma maior exposição a riscos ambientais e de saúde pública, submetendo a população a uma condição de subcidadania, como foi constatado nos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio.

A este respeito, notou-se, uma contradição quanto à visão dos moradores e a do Estado. Para a Defesa Civil, a retirada dos moradores da área que apresentam riscos significa garantia de vida. Para essa população, permanecer significa manter a sobrevivência e uma oportunidade de garantir produção da família, portanto, manter uma esperança que se sobrepõe à condição do risco.

Nesta ótica, a questão ambiental urbana é, antes de tudo, um problema de carência ou insuficiência de política habitacional, uma vez que também se observou que as riquezas naturais disponíveis nesses espaços, como a madeira, a pesca, nem sempre são os meios de sobrevivência desta população. Usam a terra apenas para construir sua moradia, portanto, esta pode não ser entendida apenas como sinônimo de riqueza e poder, mas a sua posse também significa segurança na vida, significa “morar”.

Para agravar a questão de moradia na cidade, não houve programas habitacionais suficientes para atender a população de baixa renda da cidade e os poucos programas oferecidos foram incompatíveis com a renda desta população. As ações do Estado e operações urbanas parecem surgir apenas para remediar situações já agravadas neste processo.

Não há um planejamento de metas para a construção de moradias visando à redução do déficit habitacional de modo eficiente. Não basta conhecer a quantificação do problema. É preciso empenho dos órgãos públicos juntamente com a participação da sociedade para que as metas sejam estabelecidas e cumpridas,

pois a construção de uma sociedade igualitária passa pelo acesso a uma moradia digna e estável.

Por muitos anos, a cidade conviveu com instrumentos atrasados e incompatíveis com a realidade existente. Apesar de o município já contar com instrumentos urbanísticos capazes de minimizar as questões levantadas nesta pesquisa, ainda é necessário exercer uma política pública atuante, fundamentada em princípios éticos, comprometida com o desenvolvimento local e regional.

A pesquisa evidenciou a necessidade de estudos compartilhados entre as diferentes secretarias do município e mapeamento das questões que mais afetam essas comunidades, detectando as suas carências e priorizando seu atendimento. Dentre os vários problemas encontrados, muito poderão ser trabalhados em futuras pesquisas, como o estudo das comunidades afetadas pelos riscos de inundações (solapamento).

É possível que o início de um processo de mudanças seja possibilitado por gestões interessadas no conhecimento da totalidade da cidade, na utilização dos capitais para benefícios mais abrangentes, de modo a permitir uma cidade para todos. Assim, a cidade, contada em versos e prosa por diversos saudosistas, poderá, de fato, permanecer como “símbolo” e “progresso”, não apenas econômico, mas símbolo de dignidade e de direitos do cidadão.

BIBLIOGRAFIA SOBRE GUARULHOS

ABREU, Ricardo Antunes de, WEICK, Andréa Croso, IZAIAS, Kátia Cristina da Silva, CARMO, Roberto Luiz do. *Tendências recentes de expansão metropolitana e intra-urbana: o papel da migração no caso do Município de Guarulhos-SP*, 2002. Disponível

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_PO45_Weick_texto.pdf> acessado 16.06.2006.

BALTRUSIS, Nelson. *O mercado imobiliário informal em favelas na região Metropolitana de São Paulo. O caso de Guarulhos*. Tese doutorado. Habitat – FAUUSP, 2005

FOLHA METROPOLITANA DE GUARULHOS, edição 446 anos, 08/12/2006.

----- *Chuvas transformam ruas sem asfalto em lamaçal*. Geral. P. 3, 27.07.2007.

----- *Secretaria do Meio Ambiente derruba casas no Novo Recreio*, Geral, p.3, 14/09/2007.

F. SANTOS, Carlos José dos, *“Identidade Urbana e globalização – A formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP*, editora Annablume, 2006

GAMA, Haroldo Leandro, Exedito. *Formação de uma Metrópole*, São Paulo: CDDH, 1998.

GONÇALVES, S. E. et al. *O uso do monitoramento espaço-temporal da expansão urbana no diagnóstico de áreas passíveis de risco epidemiológico peçonhento em Guarulhos-Estado de São Paulo, Brasil*. Apresentando: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p.3171-3178.

GOUVEA, Monica. *O relacionamento dos Moradores da Região do Recreio São Jorge com o Parque Estadual da Cantareira no Município de Guarulhos, SP, Brasil*. Monografia de conclusão de curso de Biologia. Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos, 2005

GUARULHOS, *Perfil do Município*, Seade. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>> – acessado em 15.03.2006.

GUARULHOS, Lei no. 6.055, de 30 de dezembro de 2004. *Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos e dá outras providências*. Disponível em <<http://www.guarulhos.sp.gov.br>> – acessado em 12.03.2006

GUARULHOS, Lei no. 6253, de 24 de abril de 2007. *Institui o zoneamento, uso e ocupação do solo*. Disponível em <<http://www.guarulhos.sp.gov.br>> acessado em 28/05/2007.

GUARULHOS TEM HISTÓRIA. *História de Guarulhos*. Disponível em <<http://www.guarulhostemhistoria.com.br/>> acessado em 20.05.2007.

MARQUES, Fabrício. Revista Pesquisa FAPESP, out/2006 – ed. 128. Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/extras/imprimir.php?id=3066&bid=1>> acessado em 19.02.2007

Mapeamento de riscos em áreas de encostas e margens de córregos em favelas no município de Guarulhos, Secretaria da Defesa Civil, CD room 2004

NORONHA, Adolfo de Vasconcelos. *Guarulhos cidade Símbolo*, Guarulhos, s/e, 1960.

PIETÁ, Elói. *Revirando a História de Guarulhos*, São Paulo, Inca, 1992.

PERFIL DO MUNICÍPIO, Prefeitura Municipal de Guarulhos, Instituto Polis, 2002-2003. Secretaria da Habitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, *A cidade*. <<http://www.guarulhos.sp.gov.br>> diversos acessos (2006/2007)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, *Guarulhos Hoje*, agosto de 1992

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS – *Guarulhos é uma das cidades mais seguras para investir, aponta estudo*. 02/07/2007 - <http://www.guarulhos.sp.gov.br/07_noticias/lenoticia.php?idSec=0&idmenu=0&ov=&rnd=3478&idnot=2513> acessado 15/07/2007

PMG, *Conheça Guarulhos e suas potencialidades*, Coordenação da Comunicação Social da PMG. 2004.

PMG, *Guarulhos decolou*, Junho de 2005

PORTAL DE GUARULHOS, <www.portaldeguarulhos.br> d.d.

JORNAL POOL IMOBILIÁRIO, *Corretor de imóveis “fundou” Guarulhos há 48 anos*, 15/05/1999, edição 05, disponível em: <<http://www.poolimobiliario.net/materiais/92673720063728.php>> acessado em 13.10.2006

JORNAL POOL IMOBILIÁRIO, *Imobiliárias fazem parte da história de Guarulhos*, 05/12/2002, edição 76, disponível em <<http://www.poolimobiliario.net/materias/l03911987846687.php>> acessado em 13.10.2006

RANALI, João. *Cronologia Guarulhense*, 2 volumes. Guarulhos, s/e, 1996

----- *Repaginando a História*, Soge, Sociedade Guarulhense de Educação, São Paulo, 2002.

REVISTA ÊXITO, *Guarulhos 437 anos*, ano I, no. 5 – dez/1997

REVISTA GUARULHOS ESPAÇO DE MUITOS POVOS, Noovha América Editoria Distribuidora de Livros Ltda, 1ª. Edição, 2007

SAAE, *fotos do bairro do Cabuçu, Recreio São Jorge e Novo Recreio*, CD room, 2006

SARACENI, Norma Zacharias. *Nuances de uma Rua*. GerundioGe Edições, 2005

SECRETARIA DA HABITAÇÃO. *Programas Habitacionais do Município*, 2005/2006

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. *Cabuçu e Recreio São Jorge*. Cd Room 2007

REDER, Maria Genaina de Almeida Ribeiro, Dissertação de Mestrado: *Ensino Público Primário em Guarulhos: As Escolas Isoladas na primeira República*, 2005 – Universidade São Marcos, p.12.

REVISTA GUARULHOS, *Trilhas da Cantareira*, Olho Vivo, ano V, abril/2007, no. 26

ROMÃO, Gasparino José & Noronha, A.V. *Guarulhos 1880-1980*. Guarulhos, PMG, 1980.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ATLAS, Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, 2003 – PNUD, disponível em <<http://www.pnud.org.br>> – acessado em 15.04.2006

AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Nacional, 1958.

BECK, U. *A Sociedade Global do Risco*. Uma discussão entre Ulrich Beck e Danilo Zolo. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br>>

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4ª. edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001

CARLOS, Ana Fani A. *A Cidade*. São Paulo, Contexto, 2005

CARVALHO, Carlos Alberto José de, *A contribuição do conceito de território para uma gestão socialmente justa da cidade*. <<http://www.geo.ggf.br>>

CASTEL, Robert , WANDERLEY, Luiz E. e BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, EDUC, 2000

CASTRO, Cleber Marques de, Peixoto, Maria Naise de Oliveira & Rio, Gisela Aquino Pires do, *Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas*, Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ

CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo. 4ª. edição, Editora Ática, 2004

FOLHA ON LINE, “*Nove municípios respondem por 25% do PIB brasileiro, diz IBGE*”
Janaina Lage <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u95906.shtml>>
03/05/2005> - RJ

FUNDAÇÃO SEADE , <www.seade.gov.br> d.d.

EMPLASA, <www.emplasa.sp.gov.br> d.d.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Edusp, 1991

------. *Mundo em descontrole o que a globalização está fazendo de nós*.
Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. 5ª. Edição, Rio de Janeiro, Editora Record,
2006.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da
mudança cultural* . 6ª. Edição. São Paulo, Editora Loyola, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, <www.ibge.gov.br>.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. 2ª. edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e
Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. 4ª. edição, Centauro Editora, 2006.

LENCIONI, Sandra. *Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do
processo de metropolização do espaço*. In.Dilemas Urbanos Novas abordagens
sobre a cidade. 2003, Ed. Contexto.

LEVI, F. Carvalho, M.B.et.al. *A Terra gasta. A questão do meio ambiente*. São Paulo
EDUC/Razão Social, 1992.

MAY, Rollo. *A coragem de criar*. 14ª. edição. Tradução: Aulyde Soares Rodrigues.
Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2004.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e
violência*. São paulo, Hucitec, 1996.

------. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias Planejamento urbano
no Brasil*. In.A cidade do pensamento único Desmanchando consensos. 3ª. Ed., Ed.
Contexto, Petrópolis, RJ, 2002.

MENDONÇA, Francisco, *Geografia e Meio Ambiente*, Editora Contexto, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, <www.ministériodascidades.com.br> d.d.

MONTEIRO, C. A. de F. *Qualidade Ambiental – Recôncavo e Regiões limítrofes,
Salvador, Centro de Estatísticas e Informações*, 1987.

MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. 6ª. Edição, Ed. Brasiliense, 1985.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. 4ª. edição, Editora Cortez, 2001.

OJIMA, Ricardo. *A cidade de riscos e a fragmentação urbana: os desafios para a gestão no século XXI*. Artigo in. <www.revista.iphan.gov.br/print.php?id=98>. acessado em 22.10.2006.

OLIVEIRA, I.C.E. de. *Estatuto da Cidade: para compreender...* Rio de Janeiro, IBAM/DUMA 2001.

RODRIGUES, Arlete M. *A cidade como direito*. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Los Problemas del mundo actual: soluciones y alternativas desde la Geografía y las Ciencias. Porto Alegre, 2007. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/arlete.htm>> acessado em 22.09.2007

----- *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo, Contexto, 1989.

----- *Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana*. Disponível em <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/deed.pt>> acessado em 15.07.2007

SANTOS, F. dos Carlos Nelson. *Habitação - O que é mesmo que pode fazer quem sabe?* In. Repensando a Habitação no Brasil – Debates Urbanos 3. Valladares, Lúcia do Prado. 1983, Zahar Editores. RJ

SANTOS, Milton. *Espaço & Método*. São Pulo: Nobel, 1985 (Coleção espaços).

----- *A Natureza do Espaço Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, 4ª. edição, Edusp, 2006.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura, *O Brasil Território e sociedade no início do século XXI*, Rio de Janeiro, Record, 2005

SILVA, José Borzacchiello da, *Estatuto da Cidade Versus Estatuto da Cidade – Eis a Questão*, in. Dilemas Urbanos, Novas abordagens sobre a cidade, 2003 – ed. Contexto.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista In: MARICATO, E.; OLIVEIRA, F. de. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

OLIVEIRA F. de (org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*, São Paulo, Alfa Ômega, 1979.

PASTERNAK, Suzana, BASTRUSIS, Nelson. *Um olhar sobre a Habitação em São Paulo*. Observatório IPPUR/UFRJ/FASE, Projeto Habitare. 2004

PERUZZO, Dilvo. *Habitação Controle e Espoliação*. Cortez Editora, 1984.

SOUZA, Marcelo Lopes. *ABC do Desenvolvimento Urbano*, Rio de Janeiro, Bertan do Brasil, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, *O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano*, in *Dilemas Urbanos Novas abordagens sobre a cidade*, 2003, ed. Contexto.

TASCHNER, Suzana P. e BÓGUS, Lucia M.M., *São Paulo o caleidoscópio urbano*, São Paulo em Perspectiva, disponível em <<http://www.scielo.br>> – acessado em 28.02.2006

VEYRET, Yvette. *Os Riscos, o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo, Ed. Contexto, 2007.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo. Studio Nobel/FAPESP, 1998

WHATELY, Marussia e CUNHA, Pilar. *Cantareira 2006 Um olhar sobre o maior manancial de água da Região Metropolitana de São Paulo, Resultados do diagnóstico socioambiental participativo do Sistema Cantareira*. Instituto Socioambiental., 2007, disponível em <www.mananciais.org.br/upload_/cantareira2006.pdf> acessado em 20.08.2007